

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2026
PROCESSO Nº 001107/2026 – SMO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 968396/2024 – PAC/MCIDADES/PMBV/CAIXA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 3.045.000,00
(três milhões e quarenta e cinco mil reais)

Data da Concorrência e Horário da Disputa de Preços:

15/04/2026 às 10:00 horas (horário de Brasília - DF)

Critério de Julgamento das Propostas: Técnica e Preço por Item.

Modo De Disputa: Fechado.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

E-mail: concorrenciapmbv@gmail.com

Contato Telefônico: (95) 98410-6664.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a realização da licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, cujo critério de julgamento das propostas será: **TÉCNICA E PREÇO por ITEM**, e o **regime de execução** ocorrerá por **Empreitada por Preço Unitário**, a ser realizada as 10:00 horas (Horário de Brasília - DF), no dia 15/04/2026, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 083/2025, pela IN SEGES/ME nº 02/2023, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – A Concorrência será realizada em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases;

1.2 – A licitação será conduzida pelo (a) Agente de Contratação do Município de Boa Vista/RR, o (a) Sr. (a) **FRANCISCO JHONATTAN DOS SANTOS TIMÓTEO**, designado pelo Decreto 187/P, publicado no DOM nº 6324 de 04 de abril de 2025, com o auxílio da equipe de apoio, por meio de Sistema Eletrônico www.gov.br/compras.

2 – OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 968396/2024 – PAC/MCIDADES/PMBV/CAIXA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2.2. A licitação será realizada em único item.

3 – ÁREA SOLICITANTE

3.1. Secretaria Municipal Obras -SMO

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1 – Cópia deste instrumento convocatório estará disponível nos sítios eletrônicos: www.gov.br/compras; <http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes>; e www.gov.br/pncp.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



4.1.1 – Os licitantes e demais interessados deverão acompanhar o andamento da licitação e as devidas publicações nos sites eletrônicos: www.gov.br/compras e www.gov.br/pncp; **no Diário Oficial da União (DOU), no Diário Oficial do Estado de Roraima (DOE); no Diário Oficial do Município de Boa Vista (DOM); e no Jornal Folha de Boa Vista** <https://www.folhabv.com.br>; com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme o art. 164 da Lei Federal n. 14.133/2021 c/c o art. 56 do Decreto Municipal 083/E de 2025, inciso II**, de forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: concorrenciapmbv@gmail.com;

4.2.1- A inobservância do prazo legal citado no subitem 4.2 decairá o direito de impugnação e do pedido de esclarecimentos aos termos deste edital.

4.3 – O agente de contratação ou a comissão de contratação responderá as solicitações de esclarecimentos e impugnações aos editais até o último dia útil anterior à data prevista da abertura do certame;

4.3.1 – As respostas das solicitações de esclarecimentos e impugnações **serão divulgadas no sistema eletrônico que operacionalizar o certame licitatório.**

4.4 – Os pedidos de esclarecimentos e impugnações não possuem efeito suspensivo, salvo se expressamente requerido na impugnação e desde que concedido, excepcionalmente, mediante justificativa, pelo Agente de Contratação;

4.5 – Caso o agente de contratação verifique a impossibilidade de responder o esclarecimento ou a impugnação no prazo previsto no **subitem 4.3**, poderá adiar a data de abertura do certame ou suspendê-lo;

4.6 – O Agente de Contratação requisitará, quando necessário, o auxílio e subsídios formais dos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos, da área técnica ou do órgão de assessoramento jurídico competente, conforme o caso;

4.7 – As modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, conforme o § 1º do art. 55 da Lei Federal n. 14.133/2021;

4.8 – O Município não se responsabiliza pelos pedidos de esclarecimentos e impugnações apresentadas em endereço eletrônico diverso do indicado no **subitem 4.2** deste edital, ou fora do prazo legal.

5 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação: Pessoa jurídica; Consórcio de Pessoas jurídicas; Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações; cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);

5.1.1. Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

5.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

5.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

5.1.5. A não observância do disposto no item **5.1.4** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

5.1.6 - Será concedido tratamento diferenciado e favorecido para as Microempresas - ME Empresas de Pequeno Porte-EPP, conforme as disposições constantes na Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que observado:

a) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado não for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte - EPP (art.4º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);

b) se as Empresas de Pequeno Porte - EPP, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte-EPP (art.4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

5.1.6.1 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nas alíneas “a” e “b”, do item 5.1.6.

5.2 – Não poderá participar da presente licitação empresa:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) Anexo (s);

b) autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do Projeto Executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do artigo 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i)** Que se declarar ME/EPP e estiver inclusa em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;
- j)** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- k)** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.2.1** - O impedimento de que trata a **alínea “d”** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 5.2.2** - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **alíneas “b” e “c”** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 5.2.3** - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 5.2.4** - O disposto nas **alíneas “b” e “c”** não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Termo de Referência e do Projeto Executivo, nas contratações integradas, e do Projeto Executivo, nos demais regimes de execução;
- 5.2.5** - A vedação de que trata a **alínea “h”** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 5.3** – A observância das vedações constantes no **item 5.2**, suas alíneas e subitens é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, enquadra-se, no que couber, nas infrações previstas § 2º do art. 60 do Decreto Municipal nº 083/E, de 11 de agosto de 2025, sujeitas às



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



sanções administrativas indicadas no § 3º do mencionado dispositivo normativo municipal, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, conforme o caso.

6 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, E DO MODO DE DISPUTA

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação das propostas de técnica e de preço, e de julgamento.

6.2. Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, o licitante deverá enviar suas propostas de técnica e de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento **das propostas de técnica e de preço**, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de ocorrência impeditiva;

6.3.3. cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

6.3.4. está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

6.3.5. observa os incisos III e IV, do artigo 1º e cumpre o disposto no inciso III, do artigo 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano e degradante;

6.3.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.3.7. cumpre a reserva de cargos prevista em Lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

6.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

6.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preços anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



6.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.10. Será adotado o modo de disputa FECHADO, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

7 – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.2. A Proposta Técnica deverá ser apresentada, **conforme os requisitos constantes no item 10.1.2 do Termo de Referência** Anexo I deste edital.

7.3. A Proposta de Preços deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) indicar o valor UNITÁRIO em moeda nacional corrente;
- b) apresentar as especificações detalhadas do objeto, as quais vincularão o licitante;
- c) indicar a sua validade, a qual deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação (art. 90, §3º, e art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021);
- c.1) A proposta que não apresentar o prazo de validade, será considerada válida por no mínimo 60 (sessenta) dias.

d) apresentar as demais informações exigidas no modelo de no Termo de Referência e seus anexos.

7.3.1. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.3.2. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.3.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no presente certame;

7.3.4. É de inteira responsabilidade do Licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento, objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

7.3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



7.3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

8.2. Iniciada a sessão pública, o(a) Agente de Contratação informará no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preços, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 10.2.1 deste edital;

8.2.2. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 8.2 será comunicada tempestivamente, via sistema, de forma a não cercear o direito de recorrer dos licitantes.

8.3. Ato contínuo a sessão será suspensa para análise e julgamento das propostas.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação e os licitantes.

8.5. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da sessão pública, e persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.6. O critério de julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no Termo de Referência e seus anexos, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta;

8.6.1 O julgamento das propostas será realizado em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023 que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.6.1.1 DA PROPOSTA TÉCNICA

8.6.1.1.2 A Nota da Proposta Técnica será calculada conforme os critérios estabelecidos no item **10.4 do Termo de Referência** da seguinte forma:

DESCRIÇÃO PONTUAÇÃO

PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT) Pontuação Técnica (PT) = CT + EP + CM

Onde: CT = Capacitação Técnica da Licitante (32 pontos);

EP = Experiência Profissional da Equipe Técnica da Licitante (42 pontos);

CM = Conhecimento e Metodologia da Licitante (26 pontos).

8.6.1.1.3 Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

8.6.1.1.4 Não obtiverem pontuação em pelo menos um dos profissionais do item de Qualificação da Equipe Técnica ou da Experiência da Licitante.

8.6.1.1.5 Obtiverem Nota Técnica Final menor do que **70 %**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



8.6.2 DA PROPOSTAS DE PREÇOS

8.6.2.1 As PROPOSTAS DE PREÇOS serão classificadas em ordem crescente quanto ao seu valor.

8.6.2.1.2 Após verificados os critérios de aceitabilidade de cada PROPOSTA DE PREÇOS, será atribuída a respectiva nota, **conforme os critérios estabelecidos no item 10.5 e seus subitens do Termo de Referência** da seguinte forma:

$$VEC = 0,7x (PT/70) + 0,3x*(Pmín/PE)$$

Onde:

- PT = Pontuação Técnica = (CT+ EP + CM)
- CT = Pontuação de Capacidade Técnica da Licitante (máx. 32 pontos);
- EP = Pontuação de Experiência Profissional da Equipe Técnica (máx. 42 pontos);
- CM = Pontuação por Conhecimento e Metodologia (máx. 26 pontos).

8.7. Os quesitos de natureza qualitativa da proposta de técnica serão analisados por banca, composta de, no mínimo, 3 (três) membros, a serem nomeados pela Secretaria Municipal de Obras – SMO, com conhecimento técnico do objeto, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados neste edital e seus anexos;

8.8. Encerrada a etapa de abertura das propostas, o(a) Agente de Contratação realizará, em conjunto com a banca de que trata o item 8.7, a verificação da conformidade das propostas do licitante que obteve a maior pontuação a partir da ponderação das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço, quanto à sua adequação técnica e ao valor proposto, conforme definido no Termo de Referência e seus anexos, anexo I deste edital.

8.9. Serão desclassificadas as propostas que, nos termos do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações;

8.11. O exame de conformidade das propostas de técnica e de preço será realizado conforme as regras e as condições de ponderação e de valoração previstas no Termo de Referência e seus anexos (anexo I deste edital) e o disposto no artigo 37 da Lei nº 14.133/2021;

8.11.1. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



8.11.1.1. O desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021;

8.11.1.2. A obtenção de pontuação na proposta técnica devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente;

8.11.2. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o(a) Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

8.11.2.1. O (a) Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.11.2.2. Em contratação de **obras e serviços de engenharia**, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

b) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado (art. 6º, LVI c/c art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

c) **No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;**

d) Será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

d.1) A garantia adicional **deverá ser prestada obrigatoriamente por caução em dinheiro** ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, o qual deverá ser repassada a **CONTA 51.553-1, AGÊNCIA 3797-4, BANCO DO BRASIL**.

d.2) – Aceita a proposta do licitante mais bem classificado provisoriamente, após a análise da proposta, o agente de contratação convocará este licitante para prestar a garantia adicional e comprová-la no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, por meio do sistema.

8.11.2.2.1 – A garantia adicional será devolvida ao licitante nas seguintes situações:

a) Ao licitante vencedor, após 10 (dez) dias da celebração do contrato administrativo;

b) Aos demais licitantes inabilitados que prestarem a garantia adicional, sua devolução será realizada em até 10 (dez) dias após a homologação do certame.

c) A não apresentação da garantia adicional no prazo estabelecido implicará a desclassificação automática do licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



d) É facultado ao (à) Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período previsto no item 8.11.2.2. alínea “d.2” do Edital.

8.11.2.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11.2.4. O (a) agente de contratação com o auxílio da equipe de apoio, deverá realizar avaliação sobre o potencial sobrepreço relativo à proposta de preço.

8.11.2.5. Constatado o risco de sobrepreço, o(a) agente de contratação deverá negociar condições mais vantajosas.

8.11.2.5.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11.2.5.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sobrepreço, a análise de propostas e a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 60, da Lei nº 14.133/2021.

8.11.2.6. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.2.7. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, a planilha de composição de preços indicando os quantitativos e custos unitários, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), quando couber, com os respectivos valores readequados a proposta ofertada, observadas as exigências contidas no Projeto Básico/Termo de Referência (ANEXO I – Edital) e os critérios de exequibilidade nos termos da Lei.

8.11.2.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.2.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11.2.9. Quando houver necessidade, para fins de análise da proposta de preço quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o(a) Agente de Contratação poderá encaminhar os autos à Secretaria demandante, para manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



8.12. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

8.13. Encerrado o prazo estabelecido no item 8.2, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

8.14. Em caso de empate entre duas ou mais notas finais atribuídas à ponderação entre as propostas de técnica e de preços, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado de Roraima;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.15. O critério previsto no inciso I, do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicado apenas com relação à proposta de preços.

8.16. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.17. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

8.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



8.18. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

8.19. O (a) Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, envie, por meio do sistema, a proposta adequada à proposta ofertada, e, se necessário, os documentos complementares.

8.19.1. A prorrogação de que trata o item 8.19, poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, mediante justificativa, feita pelo chat, antes de findo prazo, e aceita pelo(a) agente de contratação; ou

b) de ofício, a critério do(a) agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 8.8.

8.19.2. Em se tratando de obras e serviços de engenharia deverá ser apresentada a planilha de composição de preços indicando os quantitativos e custos unitários, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), quando couber, deverá ser encaminhada nos termos do item 7.21.4, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor negociado, observadas as exigências contidas no Termo de Referência (ANEXO I – Edital) e os critérios de exequibilidade nos termos da Lei.

8.20. O(a) Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021, demais legislações correlatas, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, nos termos do artigo 91, §4º, da Lei nº 14.133/2021:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.20.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.20.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.20.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.20.4. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.20.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



8.21. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o (a) Agente de Contratação, verificará a documentação de habilitação do licitante, conforme disposições neste edital e seus anexos.

9 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor. (art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

9.2. Serão exigidos para fins de habilitação, os documentos previstos nos itens 11.1. e seus subitens do Termo de Referência (anexo I deste Edital) necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3.1. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.4. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida no Termo de Referência, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida no Termo de Referência, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por Microempresas-ME ou Empresas de Pequeno Porte-EPP e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e as demais exigidas neste edital e anexos, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, sob pena de inabilitação (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7 - A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.7.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.7.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.8. A verificação pelo(a) Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de duas horas**, a contar da convocação do(a) Agente de Contratação.

9.9.1. **É facultado ao (à) Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, por igual período previsto no item 9.9 do Edital.**

9.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

para matriz e filiais, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

c) se o licitante for à matriz e o executor do objeto for à filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à filial e o executor do objeto for a matriz, observando-se o disposto na alínea “a” deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.14. O (a) Agente de Contratação encaminhará os documentos de habilitação referentes à qualificação técnica à Secretaria Municipal de Obras - SMO, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no item 11.5 e seus subitens do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

9.14.1 - Após a manifestação da Secretaria demandante, o (a) Agente de Contratação fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

9.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

10 – DOS RECURSOS

10.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 caberá a interposição de recurso, no prazo de 03(três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata, em face de (artigo 165, da Lei nº 14.133/2021):

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

10.1.1. Caberá o pedido de reconsideração, no prazo de 03(três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, serão observadas as seguintes disposições:

10.2.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03(três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.2.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03(três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. O recurso de que trata o subitem 10.1 e alíneas deste edital será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, o qual deverá solicitar os respectivos por meio do endereço eletrônico: concorrenciapmbv@gmail.com;

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021.

10.8. Da aplicação das sanções previstas no item 17.2 deste edital caberá recurso, conforme **disposto nos subitens 17.12 e 17.13.**

11 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado para a **Secretaria Municipal de Controle e Transparência – SMCT**, ou seja, o órgão de controle interno da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, como terceira linha de defesa de que trata o inciso III do art. 169 da Lei Federal n. 14.133/2021, para análise técnica dos procedimentos licitatórios realizados, considerando o artigo 72 do Decreto Municipal nº 083/E 2025, no que tange:

Parágrafo único. A análise técnica, de que trata o caput deste artigo, **será dispensada** quando a contratação, oriunda de procedimento licitatório, inexigibilidade ou dispensa de licitação, não ultrapassar o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

11.2. Após o processo licitatório será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante responsável pela contratação para **adjudicar** o objeto e **homologar** a licitação (artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 78, ambos do Decreto Municipal nº 083/2025);

11.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12 – DO CONTRATO

12.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, conforme estabelecido no Termo de Referência (anexo I deste edital), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.3. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.2, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.4.1. A regra do item 12.4 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea “a”, do item 12.3.

12.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 12.2 e 12.3.

12.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme justificativa constante no item 5.1, Termo de Referência (Anexo I deste edital).

12.7. O prazo de vigência da contratação e demais regras são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta de contrato.

12.7.1. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

12.8. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021)

13 – DA GARANTIA DO CONTRATO

13.1 - Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas no **item 12 do Termo de Referência** e nas cláusulas do contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

13.2 - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

14 – EXECUÇÃO DO OBJETO/ GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE

14.1.2. Dentro deste período de vigência, o prazo para a execução de cada serviço demandado será especificado individualmente em cada Ordem de Serviço (OS), observando-se o estabelecido no respectivo cronograma físico-financeiro.

14.1.3. Caso não seja possível executar o objeto no prazo estipulado no subitem 14.1.2, a empresa deverá comunicar à Contratante, as razões respectivas, para que seja analisada a possibilidade de prorrogação do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

14.2. Além das previstas neste edital deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 140 da Lei 14.133/2021, no Termo de Referência (Anexo I, do presente edital) e na minuta do contrato (anexo II, deste edital), para execução do objeto.

14.3. As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I, deste edital) e na minuta do contrato (anexo II, deste edital).

15 – PAGAMENTO

15.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado conforme as formas, condições e prazos estabelecidos **no item 9 e seus subitens do Termo de Referência** (Anexo I, deste Edital).

16 - DO REAJUSTE

16.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado de novembro de 2025;

16.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação **do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) conforme o item 9.7 do Termo de Referência (anexo I deste Edital);**

16.3. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



16.4. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

16.5. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

Para cálculo do reajuste aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = P_i \times (I_i - I_0) \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento;

P_i = preço inicial dos serviços a serem reajustados;

i = índice geral de preços de mercado – IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no 13º mês, contados da data da apresentação da proposta.

I₀ = índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês da apresentação da proposta.

16.6. Enquanto não divulgado o índice correspondente do mês de aniversário da proposta, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice correto;

16.7. O reajuste do preço deverá ser apresentado em Fatura/Nota fiscal complementar.

16.8. A data do orçamento estimado em questão é **novembro de 2025 conforme o item 2.8 do Termo de Referência (anexo I deste Edital);**

16.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

16.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

16.11. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria Geral do Município.

16.12. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I, deste edital) e na minuta do contrato (Anexo II, deste edital).

17 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei nº 14.133/2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



17.2. Serão aplicadas, ao(s) responsável(eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos contantes no §1º, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

17.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

17.4. Na aplicação das sanções serão observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.5. A sanção de multa, não poderá ser inferior a 0,5%(cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, da Lei nº 14.133/2021;

17.5.1. No caso de infrações cometidas na fase licitatória, para aplicação da sanção de multa serão observados os percentuais definidos no item 17.5 e na Lei nº 14.133/2021, levando em consideração o princípio da razoabilidade;

17.5.2. Nos demais casos, para a aplicação de sanção de multa, serão observados os percentuais estabelecidos pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, discriminadas no Termo de Referência (Anexo I, deste edital), bem como a regra estabelecida no item 17.5 e o princípio da razoabilidade;

17.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

17.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

17.8. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Boa Vista/RR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

17.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput, do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

17.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

17.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

17.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

17.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

17.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

17.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

17.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

17.18. No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (art. 138, § 4º do Decreto Municipal nº 162/2023);

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
 E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

17.19. Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021;

17.20. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável;

17.21. Ficará a cargo da SMLIC a abertura de processo para fins de apuração e aplicação das sanções cabíveis, nos casos de infrações cometidas pelos licitantes, na fase de licitação, observadas as regras contidas no art. 155 ao 163, da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 138 e parágrafos, do Decreto Municipal nº 162/2023;

17.21.1. Nos demais casos, caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante realizar todo o procedimento para abertura de processo para apuração e aplicação das penalizações previstas em Lei.

17.22. A SMLIC e a autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverão informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (art. 161 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 138, §3º, do Decreto Municipal nº 162/2023);

17.23. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I, deste edital) e na minuta do contrato (Anexo II, deste edital).

18- DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

18.2. Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

18.3. O(a) Agente de Contratação, no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão da Concorrência, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto nos incisos I e II do art. 64, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento referente as propostas de preços e os documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



- 18.3.2. Se houver solicitação de documentos em diligências, deverão ser apresentados via sistema.
- 18.3.3. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.
- 18.4. A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 18.5. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de conveniência e oportunidade, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na SMLIC para conhecimento dos participantes da licitação.
- 18.6. Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.7. Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.
- 18.8. Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.
- 18.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Agente de Contratação.
- 18.10. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.11. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 18.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.15. Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
E COMPRAS - UASG: 980301. Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011. Boa Vista - RR

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



18.16. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência e Anexos;
- b) Anexo II – Minuta Contratual;
- c) Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;

Boa Vista – RR, *data constante no sistema.*

Elaborado:

Assinatura Eletrônica
Elton de Azevedo Salvador
Superintendente de Licitações e Compras
Mat. 44332

Autorizado:

Assinatura Eletrônica
Edimir Alvares Ribeiro Neto
Secretário Municipal de Licitações e
Compras/SMLIC





Secretaria Municipal de Obras - SMO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

TERMO DE REFERÊNCIA 028/2025

1 DA INTRODUÇÃO

1.1. Em cumprimento ao artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/21, elaboramos este Termo de Referência para que seja realizada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS, objeto do Termo de Compromisso nº 968396/2024 – PAC/MCIDADES/PMBV/CAIXA.**

1.2. As referências dos custos unitários foram obtidas através da Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, com o intuito de assegurar a viabilidade técnica e financeira da licitação.

1.3. O presente Termo de Referência visa, ainda, possibilitar a avaliação dos custos e a definição dos métodos e dos prazos de execução, através de orçamento referencial, fundamentado pelos custos dos profissionais efetivamente elencados na execução dos serviços.

2 DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS, objeto do Termo de Compromisso nº 968396/2024 – PAC/MCIDADES/PMBV/CAIXA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências neste instrumento.

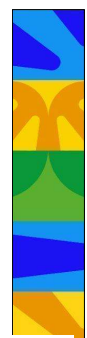
CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNIT(R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
809	Elaboração de Projetos – Implantação de Abrigos, Terminais, Ciclofaixas e Faixas Exclusivas e calçadas	UND	1	R\$ 3.045.000,00	R\$ 3.045.000,00



Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 2.2. Os serviços de Apoio e Assessoramento em Engenharia Consultiva deverão ser executados por empresa de consultoria, de acordo com habilitação requerida no presente termo.
- 2.3. **Natureza:** Trata-se de objeto de natureza técnica e intelectual, relacionado à elaboração de projetos de engenharia, o que demanda o desenvolvimento de soluções específicas e a aplicação de conhecimentos especializados. Dessa forma, a contratação exige a atuação de profissionais legalmente habilitados e devidamente registrados nos respectivos conselhos de classe. Assim sendo, classifica-se o presente objeto como Serviço Especial de Engenharia, com base no art. 6º inciso XVIII da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.4. O orçamento referencial é de **R\$ 3.045.000,00 (três milhões e quarenta e cinco mil reais)**. Os valores do orçamento estão demonstrados devidamente na planilha orçamentária que compõem este Termo de Referência.
- 2.5. **Dos orçamentos e Preços de Referência:** Os preços unitários que deram origem aos valores do orçamento referencial, foram extraídos da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, publicada no Boletim Administrativo nº 163 de 25 de agosto de 2020.
- 2.6. **Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio**, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidas as exigências previstas no edital, inclusive quanto à comprovação de habilitação individual e solidária das consorciadas para o objeto pretendido. No caso de consórcios formados por empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança será obrigatoriamente atribuída à empresa brasileira, que será reconhecida pelo CONTRATANTE como responsável pela realização dos serviços contratados.
- 2.7. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não possuam o Decreto de Autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando necessário conforme a natureza da atividade.
- 2.8. **Data base do orçamento:** novembro de 2025.
- 2.9. **Modalidade da Licitação:** Concorrência.
- 2.10. **Critério de julgamento da Licitação:** Técnica e Preço, em conformidade ao § 2º do Art. 37º da Lei 14.133/2021
- 2.11. **Forma de Execução da Licitação:** Eletrônica.
- 2.12. **Modo de Disputa da Licitação:** **Fechado**, conforme disposto no inciso II do art. 56 da Lei nº 14.133/2021. Nesse modelo, as propostas permanecem sigilosas até a data e horário definidos para sua abertura, **não havendo fase de lances ou negociação de valores**. O modo fechado impede lances públicos e sucessivos, e a atribuição de notas à proposta técnica e à proposta de preços já define a classificação, sem espaço para ajustes posteriores. Ademais, nos termos do §2º do mesmo artigo, é expressamente **vedada a adoção do modo de disputa aberto quando utilizado o critério de julgamento por técnica e preço**





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

Empreitada por Preço Unitário, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos ao longo da contratação.

2.14. Não serão aceitos valores unitários por itens maiores que os valores estipulados neste Termo de Referência.

2.15. **Da participação de microempresa-me e empresa de pequeno porte-epp:** Será admitida a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicando-se, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006. Contudo, não serão aplicados os benefícios previstos nos artigos 47 e 48 do referido diploma legal, com fundamento no inciso III do artigo 49, o qual estabelece que tais dispositivos não se aplicam quando o tratamento diferenciado e simplificado não se mostrar vantajoso para a Administração Pública ou puder representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

2.15.1. **A não aplicação dos referidos benefícios justifica-se pelos seguintes motivos:**

- a) o valor estimado da contratação ultrapassa o limite previsto para licitação exclusiva destinada às microempresas e empresas de pequeno porte;
- b) a exigência de subcontratação de ME ou EPP mostra-se incompatível com a adequada execução técnica do objeto, considerando sua natureza e grau de complexidade;
- c) o objeto não se caracteriza como bem ou serviço de natureza divisível, não sendo viável a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para contratação de ME e EPP, sendo a contratação realizada em lote único.

2.16. **Permite Subcontratação: Sim,** será permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitando o limite máximo de até 30% (trinta por cento) do valor total, apenas com prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de extinção.

2.17. É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da totalidade dos serviços da execução do objeto, a terceiro.

3 JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

3.1. Fundamentação

3.1.1. A contratação de serviços especializados para a elaboração de projetos de engenharia justifica-se pela necessidade de embasamento técnico adequado à execução de futuras intervenções, garantindo a conformidade com as normas vigentes, a viabilidade técnica e econômica, e a qualidade.

3.1.2. Considerando a complexidade técnica das atividades e a necessidade de mão de obra especializada, equipamentos e conhecimento multidisciplinar, justifica-se a contratação de empresa ou profissional habilitado para a elaboração dos projetos de engenharia, observando as exigências de responsabilidade técnica estabelecidas pelos conselhos profissionais competentes.

3.2. Justificativa

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KAYNARA CARVALHO DE OLIVEIRA EM 19/02/2026 10:40:24
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

público do Município de Boa Vista – RR. Essa iniciativa dá continuidade às diretrizes estabelecidas no Plano de Mobilidade Urbana, instituído pela Lei nº 2.704, de 16 de Junho de 2025.

3.2.2. A expansão da malha de transporte público, por meio da implantação de terminais de passageiros, abrigos de ônibus, ciclovias e faixas preferenciais, visa ampliar a cobertura do sistema de transporte coletivo em áreas periféricas, promover o descongestionamento das vias centrais e incentivar o uso de meios de transporte sustentáveis. Além disso, busca reduzir o tempo de deslocamento da população, melhorar a integração entre modais e elevar a eficiência, a segurança e a qualidade da mobilidade urbana no município.

3.3. Quantitativo

3.3.1. Os quantitativos estimados para a execução do objeto contratual estão detalhadamente apresentados na Planilha Orçamentária, que é parte integrante do Termo de Referência.

3.3.2. Esses documentos especificam os insumos e serviços, com suas respectivas unidades de medida e volumes, de forma a garantir a clareza, a precisão e a viabilidade da contratação.

3.3.3. A definição dos quantitativos foi embasada nas diretrizes estabelecidas em levantamentos técnicos realizados pela equipe responsável, observando critérios de adequação à realidade da execução e ao princípio da eficiência.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, este Termo de Referência adota o princípio da sustentabilidade nas contratações públicas, considerando os impactos ambientais, sociais, econômicos e tecnológicos associados ao objeto contratado, bem como todas as etapas de seu ciclo de vida, desde o planejamento até o descarte final.

4.2. No âmbito da presente contratação, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

Planejamento e projeto

4.3. A solução contratada deverá atender às necessidades do Município de Boa Vista no que se refere à modernização e ampliação da infraestrutura urbana voltada à mobilidade, acessibilidade e integração dos modais de transporte. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizadas soluções que promovam a redução de impactos ambientais, o uso racional de recursos naturais, a eficiência energética e hídrica, bem como a previsão de materiais de baixo impacto ambiental ou recicláveis.

Desenvolvimento dos estudos e projetos

4.4. Será exigida a elaboração de projetos executivos completos, compatibilizados em plataforma **BIM (Building Information Modeling)**, conforme diretrizes do Decreto Federal nº 9.983/2019 e da Lei nº 14.133/2021. A utilização da metodologia BIM permitirá maior controle técnico, transparência nos processos, integração entre disciplinas e eficiência na tomada de

decisões, além de proporcionar ganho de produtividade, precisão nos quantitativos e redução de





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

4.5. A CONTRATADA deverá incorporar práticas sustentáveis no desenvolvimento dos estudos e projetos, prevendo medidas mitigadoras de impactos ambientais, soluções que facilitem a gestão de resíduos, o controle de poluição e a proteção de áreas sensíveis, quando aplicável. Também deverão ser observadas as normas técnicas, ambientais e de acessibilidade pertinentes.

Implantação futura e manutenção

4.6. As soluções técnicas propostas deverão considerar a viabilidade construtiva, a durabilidade, a facilidade de manutenção e operação, e a otimização de custos durante a vida útil da intervenção projetada, visando à eficiência no uso dos recursos públicos e garantindo a integração física e operacional com o sistema de transporte público existente.

Descarte ou encerramento do ciclo de vida

4.7. Deverão ser previstas, sempre que possível, diretrizes para o descarte ambientalmente adequado de materiais ao final da vida útil das soluções projetadas, priorizando alternativas de reaproveitamento, reciclagem ou destinação final conforme a legislação ambiental vigente.

Responsabilidade socioambiental e tecnológica

4.8. Durante a elaboração dos projetos, deverão ser observados, na medida do possível, critérios que favoreçam a inclusão social e o desenvolvimento local, tais como: utilização de mão de obra local nas fases de implantação, estímulo à capacitação profissional, e cumprimento das legislações trabalhista, ambiental e urbanística.

4.9. As entregas deverão contemplar, no mínimo:

4.9.1. Levantamentos topográficos e geotécnicos com tecnologia de nuvem de pontos e/ou drone;

4.9.2. Modelagens digitais BIM para arquitetura, urbanismo, estrutura, instalações (elétrica, hidráulica, drenagem, SPDA, gás, climatização), paisagismo, acessibilidade e pavimentação;

4.9.3. Compatibilização de projetos com verificação de interferências (clash detection);

4.9.4. Memoriais descritivos, justificativas técnicas, orçamentos conforme SINAPI/SICRO, cronograma físico-financeiro, e emissão de ART/RRT;

4.9.5. Exportação dos modelos em formato nativo e IFC, além de pranchas em PDF assinadas digitalmente;

4.9.6. Suporte técnico durante análises, aprovações e questionamentos em fase de licitação ou execução da obra.

4.10. Essas diretrizes deverão ser integralmente observadas pela CONTRATADA durante toda a execução dos serviços, sendo passíveis de fiscalização e condicionantes para a aceitação do objeto final.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A empresa contratada deverá cumprir integralmente os parâmetros definidos neste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo perfeito cumprimento do objeto do contrato, em

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KAYNARA CARVALHO DE OLIVEIRA EM 19/02/2026 10:40:24

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

BOAVISTA, 19 de fevereiro de 2026.

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

órgãos relacionados à execução do objeto. Será de responsabilidade da contratada comunicar à contratante, por escrito, qualquer anormalidade que interfira na adequada prestação dos serviços, propondo as ações corretivas cabíveis.

5.2. A execução dos projetos deverá ser realizada por profissionais habilitados, com formação compatível com as disciplinas envolvidas, devidamente registrados em seus conselhos de classe (CREA/CAU), contratados ou vinculados à empresa por vínculo societário, empregatício ou contratual. A contratada deverá assumir a total responsabilidade pela contratação e remuneração de sua equipe técnica, arcando com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e securitárias decorrentes.

5.3. A contratada deverá, **no prazo de até 5 dias após a assinatura do contrato**, disponibilizar estrutura de apoio ou escritório de representação em Boa Vista-RR, conforme custos previstos no Item 8.1 da planilha orçamentária, visando garantir a interlocução técnica imediata e o cumprimento das atividades de campo descritas neste Termo.

5.3.1. A exigência de manutenção de escritório local ou representante técnico na cidade de Boa Vista não se confunde com critério de qualificação técnica ou condição de participação, o que afrontaria o **Acórdão 1176/2021-Plenário do TCU**. Trata-se, estritamente, de uma **condição de execução contratual**, a ser implementada pela licitante vencedora somente após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço. Tal distinção é fundamental, pois garante a ampla competitividade no certame, permitindo que empresas de qualquer localidade participem sem a necessidade de estrutura prévia na região.

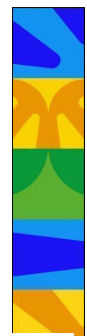
5.3.2. A complexidade das intervenções propostas (abrangendo terminais, corredores de ônibus e 85,72 km de ciclovias) demanda interações constantes com a Secretaria Municipal de Obras (SMO) e concessionárias locais para ajustes de projeto in loco.

- Agilidade e Eficiência: A presença de um escritório local e de um preposto (conforme exigido pelo Art. 117 da Lei 14.133/2021) é essencial para a resolução célere de interferências urbanas que não podem ser sanadas remotamente sem risco de erro técnico.
- Fiscalização: Permite o acompanhamento imediato da fiscalização municipal, garantindo que o cronograma físico-financeiro, vinculado a recursos federais, não sofra atrasos por dificuldades logísticas de comunicação.

5.4. Subcontratação

5.4.1. Será permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitando o limite máximo de até 30% (trinta por cento) do valor total, apenas com prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de extinção. É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da totalidade dos serviços da execução do objeto, a terceiro.

5.4.2. A eventual SUBCONTRATADA assumirá responsabilidade solidária com a





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

subcontratado, nos limites da subcontratação autorizada, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e civis, nos termos da legislação aplicável.

5.5. Garantia da Contratação

5.5.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.

5.5.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.5.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.5.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.6. Vistoria

5.6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é considerada medida relevante para o pleno conhecimento das condições e especificidades que envolvem o objeto da contratação. Será assegurado aos interessados o direito de realização de vistoria técnica, mediante solicitação prévia à Comissão de Contratação e conforme as condições estabelecidas no Edital.

5.6.2. O representante da empresa deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e declaração formal da empresa que comprove sua habilitação para representar a licitante na vistoria técnica.

5.6.3. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa futura para alegações de desconhecimento das condições do local, dúvidas ou omissões sobre aspectos relevantes à execução dos serviços. Caberá à CONTRATADA assumir integralmente os ônus decorrentes da execução contratual, inclusive aqueles relacionados a eventuais dificuldades não observadas por falta de vistoria.

5.6.4. Nos termos do § 2º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, o Atestado de Visita Técnica poderá ser substituído por declaração formal do licitante, atestando que tem pleno conhecimento das condições e características do local e da execução do objeto contratual.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução dos serviços será desenvolvida de forma sequencial e integrada, conforme o planejamento estabelecido neste Termo de Referência, garantindo o cumprimento das etapas e produtos definidos e o alinhamento técnico com a fiscalização do contrato.

6.2. O início da execução do objeto deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da **Ordem de Execução de Serviços (OS)** emitida pela Contratante.

6.3. O **prazo total de execução** dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

dos produtos previstos.

6.4. Os serviços deverão ser executados conforme o **cronograma físico-financeiro** apresentado e aprovado, respeitando a sequência de desenvolvimento dos produtos e os percentuais de pagamento correspondentes a cada entrega:

- **Produto 01 – Relatório de Estudos Preliminares:** 20% (vinte por cento);
- **Produto 02 – Relatório de Projeto Básico:** 30% (trinta por cento);
- **Produto 03 – Projeto Executivo:** 30% (trinta por cento);
- **Produto 04 – Orçamento Analítico e Sintético:** 20% (vinte por cento).

6.5. Etapas, Entregas e Intervalos

6.5.1. Após a entrega de cada produto, a Fiscalização designada pela Contratante disporá de prazo para análise e emissão de parecer técnico, conforme definido no cronograma contratual. Todas as observações, correções e recomendações deverão ser integralmente atendidas pela Contratada, devendo o produto ser reapresentado até a aprovação final da etapa.

6.5.2. A execução deverá respeitar rigorosamente as fases de evolução do projeto, de forma progressiva, garantindo a coerência entre os níveis de detalhamento e evitando sobreposições, perdas de informação ou retrabalho.

6.5.3. Os trabalhos deverão obedecer ao cronograma físico em anexo I:

6.6. Materiais e Equipamentos a Serem Disponibilizados

6.6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, softwares, ferramentas e utensílios necessários à elaboração dos projetos, em quantidades adequadas e em conformidade com as exigências técnicas deste Termo de Referência.

6.6.2. Caberá à Contratada garantir o funcionamento, atualização e substituição dos equipamentos e softwares sempre que necessário, de forma a não comprometer o cronograma e a qualidade das entregas.

6.7. Informações Relevantes para Dimensionamento da Proposta

6.7.1. A demanda do órgão contratante tem como base as características físicas, funcionais e urbanísticas das áreas de intervenção, conforme levantamentos e mapa de intervenções propostas constante do Anexo III.

6.7.2. A Contratada será responsável pela elaboração dos projetos completos de acordo com as instruções técnicas definidas no item 7 deste Termo de Referência, observando as diretrizes de compatibilização, padronização e detalhamento mínimo exigido para cada disciplina.

6.8. Garantia dos Serviços

6.8.1. A Contratada deverá manter-se à disposição para prestar esclarecimentos e realizar eventuais ajustes técnicos nos projetos elaborados, enquanto se mantiver como responsável técnica pelos documentos produzidos, não se eximindo de responsabilidade após o encerramento contratual.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KAYNARA CARVALHO DE OLIVEIRA EM 19/02/2026 10:40:24

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

(Código de Defesa do Consumidor), permanecendo o dever da Contratada em sanar eventuais falhas técnicas ou omissões constatadas após a entrega dos produtos.

6.9. Procedimentos de Transição e Finalização Contratual

6.9.1. Em razão da natureza técnica e conclusiva do objeto, não se aplicam procedimentos de transição contratual, sendo a finalização formalizada mediante o recebimento definitivo dos produtos e aprovação da fiscalização, conforme cronograma físico-financeiro.

6.10. Equipe Técnica e Responsabilidade Profissional

6.10.1. Caberá à Contratada compor equipe técnica multidisciplinar compatível com as exigências do objeto, abrangendo as especialidades de arquitetura, engenharia civil, elétrica, de tráfego, drenagem e orçamentação, entre outras que se fizerem necessárias.

6.10.2. O coordenador geral dos projetos deverá ser engenheiro civil ou arquiteto devidamente registrado no CREA ou CAU, com experiência comprovada em coordenação de projetos de infraestrutura urbana, sendo responsável pela integração das disciplinas, compatibilização e consolidação final do conjunto técnico.

6.10.3. A responsabilidade pela elaboração dos projetos caberá exclusivamente a profissionais legalmente habilitados, registrados nos respectivos conselhos de classe (CREA e CAU), com emissão das ARTs e/ou RRTs correspondentes a cada disciplina.

6.10.4. Todos os projetos e pranchas técnicas deverão ser assinados pelos respectivos autores, constando número de registro profissional e cópia do comprovante de recolhimento da ART/RRT, os quais deverão ser entregues à Fiscalização para fins de conferência e arquivamento.

6.10.5. Caso sejam necessárias aprovações ou licenças junto a órgãos de controle (Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, órgãos ambientais e sanitários), caberá à Contratada incorporar as adequações e revisões exigidas para obtenção dos pareceres favoráveis, sem ônus adicional para a Administração.

6.10.6. A aprovação do projeto pelos órgãos competentes não exime os autores e a empresa Contratada de suas responsabilidades técnicas e legais, conforme disposições das normas e legislações vigentes.

6.11. Transferência de Direitos e Responsabilidade Pós-Entrega

6.11.1. Ao final dos serviços, a Contratada cederá à Administração Pública Municipal todos os direitos de uso, reprodução, modificação e adaptação dos projetos desenvolvidos, permitindo sua utilização futura sem necessidade de autorização adicional, respeitados os créditos autorais técnicos.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

6.11.2. A cessão dos direitos de uso não implica em exclusão das responsabilidades técnicas originais assumidas pelos profissionais da Contratada, que permanecem vinculados às peças elaboradas sob suas respectivas ARTs/RRTs.

6.11.3. Deverão ser entregues, junto com os produtos, todos os modelos, bibliotecas, arquivos editáveis e bases de dados utilizados durante a elaboração dos projetos, assegurando a rastreabilidade e futura atualização deles.

6.11.4. Mesmo após o término da vigência contratual, a Contratada compromete-se a responder prontamente a eventuais solicitações de esclarecimento técnico relacionadas aos projetos elaborados, sempre que houver necessidade de interpretação, readequação ou verificação de quantitativos, especificações e critérios construtivos.

7 DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

7.1. Generalidades

7.1.1. As disposições e especificações contidas neste Termo de Referência integram o contrato e deverão ser observadas em sua totalidade pela Contratada, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis em caso de descumprimento.

7.1.2. Os representantes da Contratante reportar-se-ão diretamente ao **preposto da Contratada**, o qual deverá ser indicado formalmente antes da emissão da **Ordem de Execução de Serviço (OS)**, sendo responsável pela interlocução técnica e administrativa com a Fiscalização.

7.1.3. A Contratante poderá disponibilizar levantamentos técnicos, plantas, dados georreferenciados ou informações cadastrais pré-existentis, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada em realizar as conferências, medições e inspeções técnicas necessárias para garantir a precisão e a confiabilidade das informações utilizadas no desenvolvimento dos projetos.

7.1.4. As etapas do projeto compreenderão:

- **Fase 1 – Estudos Preliminares (Produto 01)**
- **Fase 2 – Projeto Básico (Produto 02)**
- **Fase 3 – Projeto Executivo (Produto 03)**
- **Fase 4 – Planejamento e Orçamento (Produto 04)**

7.1.5. Todas as etapas deverão atender integralmente às exigências deste Termo de Referência, às normas da ABNT aplicáveis (NBR 9050, NBR 5410, NBR 5101, NBR 6492, NBR 15575, entre outras), e às boas práticas nacionais de projetos de mobilidade urbana e infraestrutura viária (DNIT, CAU, CREA, CAIXA, BID, entre outros).

7.1.6. Ao final dos serviços, a Contratada cederá à Administração Pública Municipal todos os direitos de uso, reprodução, modificação e adaptação dos projetos desenvolvidos, permitindo sua





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

utilização futura sem necessidade de autorização adicional, respeitados os créditos autorais técnicos.

7.1.7. Mesmo após o término da vigência contratual, a Contratada compromete-se a responder prontamente a eventuais solicitações de esclarecimento técnico relacionadas aos projetos elaborados, sempre que houver necessidade de interpretação, readequação ou verificação de quantitativos, especificações e critérios construtivos.

7.2. Etapas e Fases de Elaboração

7.2.1. Fase 1 – Estudos Preliminares

7.2.2. Esta etapa tem por objetivo o levantamento e diagnóstico das áreas de intervenção, visando compreender as condições existentes e propor alternativas de soluções urbanas e funcionais para implantação de abrigos de ônibus, terminais, ciclofaixas e calçadas acessíveis.

7.2.3. A Contratada deverá efetuar visitas técnicas e vistorias de campo, identificando condições locais, interferências, fluxos, drenagem, pavimentação, mobiliário urbano existente, arborização, redes e demais elementos relevantes, consolidando as informações em relatório técnico e registro fotográfico.

7.2.4. Deverão ser apresentadas alternativas técnicas e conceituais de implantação e desenho urbano, com análise de viabilidade física, funcional e ambiental, acompanhadas de estimativa preliminar de custos.

7.2.5. Entregas mínimas desta fase:

- a) Relatório de diagnóstico e condicionantes locais;
- b) Planta de situação geral e estudos de locação preliminar;
- c) Esquemas funcionais e fluxogramas de mobilidade;
- d) Estudos de acessibilidade, paisagismo e conforto ambiental;
- e) Relatório fotográfico georreferenciado;
- f) Estimativa preliminar de custos e prazos;
- g) ART/RRT dos responsáveis técnicos.

7.2.6. Fase 2 – Projeto Básico

7.2.7. O Projeto Básico tem como finalidade definir tecnicamente a solução adotada, demonstrar a viabilidade técnica e econômica, permitir a estimativa de custos e prazos de execução e apresentar o conjunto de documentos necessários à licitação da obra.

7.2.8. Nesta fase deverão estar solucionadas as interferências entre disciplinas, assegurando a compatibilização entre arquitetura, estrutura, drenagem, pavimentação, sinalização e instalações elétricas.

7.2.9. Entregas mínimas desta fase:





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- a) Plantas de locação e implantação em escala adequada;
- b) Cortes, elevações e detalhes representativos;
- c) Memorial descritivo e justificativo;
- d) Especificações técnicas e quadro de materiais;
- e) Quadro de áreas e quantitativos preliminares;
- f) Cronograma físico-financeiro preliminar;
- g) Planilha orçamentária sintética;
- h) Compatibilização entre disciplinas;
- i) ART/RRT da equipe responsável.

7.2.10. Fase 3 – Projeto Executivo

7.2.11. O Projeto Executivo deverá consolidar o detalhamento completo de todas as disciplinas, apresentando elementos técnicos suficientes e compatibilizados para permitir a execução precisa das obras.

7.2.12. Deverão ser incluídos todos os detalhes construtivos, especificações, dimensionamentos e memoriais de cálculo necessários, atendendo às normas vigentes e às condições locais de execução.

7.2.13. Entregas mínimas desta fase:

- a) Pranchas técnicas finais (RVT., DWG. e PDF) de todas as disciplinas;
- b) Detalhamentos construtivos completos (fundação, estrutura, piso, cobertura, instalações, drenagem, sinalização etc.);
- c) Memorial descritivo e especificações de execução;
- d) Listas de materiais e quantitativos finais;
- e) Planilhas orçamentárias revisadas;
- f) Compatibilização final entre disciplinas;
- g) ARTs/RRTs correspondentes às áreas de atuação.

7.2.14. Fase 4 – Planejamento e Orçamentação (Produto 04)

7.2.15. Esta fase destina-se à elaboração das planilhas orçamentárias analítica e sintética, bem como do planejamento executivo e cronograma físico-financeiro, baseados no Projeto Executivo aprovado.

7.2.16. O orçamento deverá ser elaborado conforme metodologia reconhecida (SINAPI ou equivalente), adotando critérios de composições unitárias e parâmetros de mercado.

7.2.17. Entregas mínimas desta fase:

- a) Planilha orçamentária detalhada e sintética;
- b) Composições de custos unitários (CPU) e memória de cálculo;
- c) Planilha de BDI e encargos sociais;





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- d) Curvas ABC de serviços e insumos;
- e) Cronograma físico-financeiro consolidado;
- f) Declaração de compatibilização entre orçamento e projeto;
- g) ART/RRT da planilha orçamentária e do orçamento final.

7.2.18. O recebimento definitivo do objeto contratual ocorrerá somente após a entrega, em suas versões finais e devidamente aprovadas, de todos os projetos, memoriais, especificações, planilhas e documentos técnicos que compõem o escopo dos serviços, em formato digital (DWG e PDF) e físico (A1 e A3), conforme exigências deste Termo de Referência.

7.2.19. A aprovação dos órgãos de fiscalização e controle, quando aplicável, será requisito para o recebimento definitivo, não eximindo os autores e a Contratada de suas responsabilidades técnicas.

7.3. **Do conteúdo do projeto:** O conteúdo dos projetos é fundamental para a realização de obras que demandam planejamento, coordenação e execução de atividades complexas. Os projetos básicos e executivos devem abordar a análise de viabilidade, a definição dos requisitos funcionais, a elaboração do plano geral, a identificação de riscos e a definição de cronograma. Além disso, os projetos executivos devem detalhar os planos e projetos básicos, incluindo a especificação de materiais e a definição de cronogramas, além de estabelecer cronogramas para a construção e a entrega da obra. Para que os projetos sejam eficazes, é necessário que atendam a certos padrões. O conteúdo dos projetos deve ser claro e preciso, evitando ambiguidades e erros. Além disso, deve atender às normas e regulamentações aplicáveis à obra, integrar-se com outros projetos e planos relevantes e ser flexível o suficiente para permitir ajustes e mudanças durante a construção. Devem ser levantados e considerados quando forem pertinentes, os seguintes itens:

7.3.1. LEVANTAMENTO DE CAMPO FOTOGRÁFICO

7.3.1.1. Levantamento de campo com equipe qualificada no uso de nuvens de pontos utilizando LASER SCANNER e ou Levantamento com uso de drone.

7.3.1.2. A CONTRATADA deverá elaborar o modelo digital do terreno que coordenará e orientará os projetos de arquitetura, urbanismo, paisagismo, infraestrutura e demais disciplinas que estejam vinculadas às informações de topografia. O projeto topográfico deverá ser modelado como uma disciplina isolada e estará integrado às demais disciplinas do projeto, devendo ser elaborado de forma a garantir sua perfeita implantação e estar de acordo com suas coordenadas UTM Universal Transversa de Mercator ou geográficas previamente determinadas pelo levantamento planialtimétrico. Ademais, os volumes de corte e aterro deverão ser extraídos do modelo digital.

7.3.1.3. Os Estudos devem ser realizados conforme a Instrução de Serviço IS-204, (Estudos Topográficos para o Projeto) e Instrução de Serviço IS-205, (Estudos topográficos para Projeto Executivo de Engenharia) constantes no Manual de Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

7.3.2. LEVANTAMENTO DE CAMPO GEOTÉCNICO

7.3.2.1. Os serviços geotécnicos visam o conhecimento da natureza, tipo e características dos materiais constituintes das diversas camadas de solo ou rocha ocorrentes no subsolo do local de implantação das obras.

7.3.2.2. Estes serviços visam à obtenção de parâmetros para serem englobadas são os estudos de escritório, vistorias de campo, investigações e ensaios geotécnicos de laboratório e de campo. A metodologia aplicada para a realização dos estudos geotécnicos seguiu as recomendações da especificação técnica e os procedimentos adotados durante a realização procurando seguir ao máximo os métodos de ensaios da NBR 6484/2001.

7.3.2.3. Sondagens SPT, Mistas, Trado: São voltadas para construção de edificações, pontes, viadutos e para obras de infraestruturas, onde o estudo geológico indicar solos instáveis ou sujeitos a recalques.

7.3.3. MODELAGEM DE PROJETOS DE ARQUITETURA 3D

7.3.3.1. O BIM é uma metodologia de modelagem gráfica eficaz que reúne informações parametrizadas criando modelos 3D e compartilhando-os em um ambiente seguro e acessível, permitindo que todas as partes envolvidas colaborem conforme as regras estabelecidas, facilitando o gerenciamento digital do projeto. Com ferramentas avançadas, é possível garantir detalhes gráficos precisos e uma representação realista, evitando erros e retrabalho. Além disso, a colaboração multidisciplinar é requerida, reduzindo custos e melhorando a eficiência do projeto. Os benefícios incluem melhor visualização do projeto, comunicação integrada, apoio à logística e redução do retrabalho, e transparência no processo durante todo o ciclo de vida do projeto.

7.3.3.2. Será necessária que a modelagem no software Autodesk Revit ou equivalente execute a disciplina de projeto de arquitetura com as especificações indicadas em documentação 2D, com produção de pranchas digitais para exportação em PDF (processo híbrido, visto o atual momento de transição tecnológica para o BIM) e métodos construtivos fornecidos pelo setor de projetos. A modelagem da arquitetura deverá levar em consideração o projeto estrutural para precisão na quantificação assim como a exportação do modelo em IFC para compatibilização e quantitativo de materiais para obra.

7.3.3.3. O Projeto Executivo de Arquitetura deverá ser compatibilizado com todos os outros projetos complementares e deve conter todas as informações e detalhamentos necessários para o perfeito entendimento da obra, em conformidade com as normas técnicas da ABNT, em especial as normas NBR 6492, NBR 13531, NBR 14718, NBR 10821, NBR 12179, NBR 8160, NBR 9050, NBR 9077, NBR 10067, NBR 10844, NBR 15575, NBR 16636 ou as que vierem substituí-las, em suas últimas versões.

7.3.4. PLANTA DE SITUAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E PLANTAS DE COBERTURA





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 7.3.4.1. Indicar largura de ruas, Norte magnético e verdadeiro, adequadamente identificados, lote em questão destacado; indicação da área em questão;
- 7.3.4.2. Indicar limites do terreno, vias de acesso interno, curvas de nível modificadas ou não indicando platôs/taludes, áreas verdes, estacionamentos e áreas cobertas;
- 7.3.4.3. Indicação do meio-fio rebaixado na calçada com pontos e cotas de amarração;
- 7.3.4.4. Indicação dos acessos previstos, designação dos diversos edifícios (ou fases) previstos, localização de fossas e sumidouros;
- 7.3.4.5. Nas plantas de cobertura, indicar os planos de cobertura e de calhas, sentidos de escoamento de águas e porcentagem de inclinação;
- 7.3.4.6. Indicar a posição e dimensionamento das calhas condutoras de águas pluviais e destino delas;
- 7.3.4.7. Indicação dos detalhes de cumeeiras, rufos, arremates, elementos de impermeabilização, isolamento termoacústico e outros elementos;
- 7.3.5. **PLANTAS BAIXAS**
 - 7.3.5.1. Indicação dos elementos do sistema de vedação e estrutura (pilares e vigas);
 - 7.3.5.2. Indicação dos cortes gerais, elevações parciais, detalhes e secções;
 - 7.3.5.3. Indicação da função e área de cada ambiente;
 - 7.3.5.4. Locação, relação, descrição e especificação de equipamentos por ambiente;
 - 7.3.5.5. Referência e numeração de escadas, esquadrias, convenções para o quadro de aberturas;
 - 7.3.5.6. Indicação do sentido das escadas e rampas e porcentagem de inclinação das rampas;
 - 7.3.5.7. Indicação de soleiras e peitoris com especificação dos materiais;
 - 7.3.5.8. Indicação dos pontos de distribuição de água para jardins, filtros, bebedouros e caixas de incêndio (previsão);
 - 7.3.5.9. Localização e dimensionamento dos vãos para aparelhos de ar-condicionado, quando se tratar de aparelhos individuais;
 - 7.3.5.10. Indicação de prumadas hidráulicas, elétricas, etc. (previsão);
 - 7.3.5.11. Indicação da projeção dos reservatórios de água (inferior e superior), com respectivos acessos e capacidade em litros;
 - 7.3.5.12. Uso das convenções oficiais, especialmente em casos de reforma;
 - 7.3.5.13. Indicações de acabamentos, revestimentos e pisos, parede, teto/forros e rodapés;
 - 7.3.5.14. Quadro de aberturas com dimensionamento das esquadrias especificações, quantidades de cada uma e sentido de abertura;
- 7.3.6. **LAYOUT DOS AMBIENTES:**
 - 7.3.6.1. Memória de cálculo de quantitativo de especificações, peças, acabamentos, revestimentos e pisos.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 7.3.6.2. Indicação dos cortes gerais;
- 7.3.6.3. níveis dos pisos;22.
- 7.3.6.4. Pés direitos;
- 7.3.6.5. indicação das cotas de piso bruto e acabado;
- 7.3.6.6. referência e numeração de sanitários;
- 7.3.6.7. escadas, rampas, balcões, divisórias, gradis, guarda corpos, corrimãos, esquadrias (de madeira, ferro, alumínio);
- 7.3.6.8. indicação do sentido de abertura de esquadria;
- 7.3.6.9. maior;
- 7.3.6.10. indicação de enchimentos, dutos, prumadas das instalações e respectivas projeções;
- 7.3.7. CORTES E FACHADAS
- 7.3.7.1. Diferenciação gráfica entre elementos construtivos;
- 7.3.7.2. Indicação dos perfis longitudinais e transversais naturais do terreno, aterros e desaterros, e dos novos perfis longitudinais e transversais do terreno;
- 7.3.7.3. Desenho detalhado da cobertura e estrutura de sustentação da cobertura seccionada, mostrando calhas, rufos, tesouras, platibandas, cumeeiras, etc.;
- 7.3.7.4. Quantitativo de movimentos de terra previstos (em volume e tipo);
- 7.3.7.5. Anotação dos níveis dos pisos (piso bruto e piso acabado);
- 7.3.7.6. Anotação do dimensionamento de lajes e indicações de forro, perfis naturais do terreno e outros elementos que venham a ser necessários para a compreensão da obra;
- 7.3.7.7. Distinguir graficamente os elementos estruturais dos sistemas de vedação quando forem seccionados;
- 7.3.7.8. Representação gráfica e especificação completa dos materiais de revestimento (marca, referência, cor, dimensões), determinando o respectivo modo de assentamento e acabamento;
- 7.3.7.9. Indicação e especificação completa de vidros, cristais, elementos vazados, brises e esquadrias;
- 7.3.7.10. Memória de cálculo de quantitativo de especificações, peças, acabamentos, revestimentos e pisos.
- 7.3.8. DETALHAMENTO
- 7.3.8.1. Utilizar escalas adequadas, como por exemplo, (1/20, 1/25);
- 7.3.8.2. As plantas devem conter indicação de posição e referência completa de louças sanitárias, ferragens e acessórios, bem como balcões, armários, soleiras, frisos, divisórias e arremates;
- 7.3.8.3. Detalhes de bancadas e outros elementos construtivos, com especificações de acabamento, utilizando recursos de perspectivas e vistas internas desdobradas dos ambientes em detalhamento;





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

7.3.8.4. Escadas e Rampas: as plantas devem conter dimensionamento de pisos e patamares, representação e especificação completa de corrimão e revestimento de pisos e espelhos;

7.3.8.5. Esquadrias, guarda-corpos e corrimãos;

7.3.8.6. Caderno de esquadrias com elevação das esquadrias e outros componentes metálicos com representação das folhas e montantes, cotas gerais de seus componentes, indicação dos elementos fixos e móveis e tipos de acabamento; secções verticais e horizontais das esquadrias e outros componentes metálicos, onde constem especificação, montagem e detalhes de vedação, peitoris, bem como indicação e detalhes de puxadores e peças de comando, especificação de ferragens, vidros e painéis etc

7.3.9. PLANTA DE FORRO

7.3.9.1. Indicação da posição e dimensionamento das placas ou lâminas, com especificação completa delas;

7.3.9.2. Representação específica e completa das luminárias, com indicação dos pontos de iluminação no teto;

7.3.9.3. Representação dos aerofusos, sancas com respectivas grelhas de insuflamento e retorno para sistema de ar-condicionado central, quando no forro;

7.3.9.4. Indicação dos pontos de instalações especiais, quando no forro;

7.3.9.5. Indicação de sancas, rebaixos e projeções, com memória de cálculo de superfícies tratadas.

7.3.10. PAGINAÇÃO (PISO E PAREDE)

7.3.10.1. Representação gráfica detalhada e especificação completa dos materiais de revestimento (marca, referência, cor, dimensões), determinando o respectivo modo de assentamento e acabamento

7.3.10.2. Área de alvenaria, divisórias e “drywall” entre outras separadas por tipo;

7.3.10.3. Comprimento de calhas, rufos, cumeeiras, embocamento de beiral e de oitões, etc. (metragem linear);

7.3.10.4. Extensão de rodapés dos diversos pisos (metragem linear);

7.3.10.5. Área dos diversos tipos de revestimentos de parede (descontar vãos de portas e janelas) e de teto;

7.3.10.6. Área de pintura PVA, acrílica e/ou texturizada (descontar vãos de portas e janelas);

7.3.10.7. Área de bancadas, armários, prateleiras etc.;

7.3.10.8. Área de impermeabilização;

7.3.10.9. Extensão de juntas de dilatação (metragem linear).

7.3.11. URBANISMO E PAISAGISMO

7.3.11.1. Definição do programa de necessidades, desenho e espécies vegetais.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 7.3.11.2. Planta geral de implantação, esquematicamente apontando os insumos necessários para o entendimento geral da inserção do projeto e estratégias macro; contendo legenda.
- 7.3.11.3. Plantas de sinalização viária vertical e horizontal, de acordo com o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
- 7.3.11.4. Plantas individualizadas dos espaços projetados e, quando aplicável, das relações entre os espaços livres e abertos e os edificados e outras situações; a paginação de revestimentos; definição de áreas pisoteáveis, cores e sazonalidade desejáveis; definição espacial dos ambientes, os materiais básicos e facilidade de manejo e manutenção.
- 7.3.11.5. Cortes gerais (longitudinais e transversais) contendo os principais movimentos de terra e apontando as suas dimensões e impactos, contendo os maciços vegetais preexistentes;
- 7.3.11.6. Cortes aproximados (longitudinais e transversais) contendo as estratégias de iluminação, mobiliário e espaços;
- 7.3.11.7. Cortes detalhados em escalas 1/25 ou 1/20 quando forem necessários, para evidenciar detalhes de projeto ou estruturas subterrâneas; dutos e demais soluções de cidade inteligente;
- 7.3.11.8. Elevações e fachadas, quando aplicável para a arquitetura paisagística ou para os conjuntos arquitetônicos a serem incluídos;
- 7.3.11.9. Detalhes construtivos, quando aplicável;
- 7.3.11.10. Detalhes de mobiliários inseridos em projeto e suas respectivas especificações;
- 7.3.11.11. Planta de plantio com as espécies selecionadas, contendo tabela de identificação delas;
- 7.3.11.12. Planta de iluminação, contendo os pontos de iluminação que incluem balizadores, refletores e demais itens de iluminação geral;
- 7.3.11.13. Sistemas de irrigação e drenagem;
- 7.3.11.14. Sistemas inteligentes de mobilidade urbana.
- 7.3.11.15. Definição de áreas pisoteáveis, cores e sazonalidade desejáveis. Definição espacial dos ambientes, os materiais básicos e facilidade de manejo e manutenção. Deverão ser indicados o plantio, a paginação de revestimentos, a irrigação, a drenagem e a iluminação. Sistema inteligentes de mobilidade Urbana, com controle tecnológico por sensores para monitoramento dos seguintes serviços:
 - a) Qualidade do Pavimento Urbano;
 - b) Visão computacional câmeras móveis com inteligência artificial, indicando a localização por GPS de qualquer interesse da via.
- 7.3.11.16. O projeto de Paisagismo deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos:





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

7.3.11.17. Projeto executivo: plantas de locação de canteiros com detalhes construtivos e indicações de elementos urbanísticos;

7.3.11.18. Projeto de Plantio: plantas de locação e especificação qualitativa e quantitativa das espécies vegetais. A especificação deverá listar os extratos arbóreo, arbustivo, herbáceo e as palmáceas;

7.3.11.19. Deverão ser apresentadas as tabelas com a denominação botânica, quantidades, espaçamento de plantio, porte de mudas e outras informações que permitam a elaboração de orçamentos dos serviços de plantio e implantação do projeto.

7.3.12. PROJETOS COMPLEMENTARES: Os Projetos Complementares deverão ser adotados a Modelagem da Informação da Construção (BIM), onde deverá seguir o conjunto de políticas, processos e tecnologias que reduzem custos e prazos de obras públicas.

7.3.13. PROJETO EXECUTIVO DE FUNDAÇÕES E ESTRUTURAL

7.3.13.1. O projeto executivo de fundação deverá ser feito de acordo com parâmetros estabelecidos pelo Estudos Geotécnicos, sendo que o projeto os parâmetros dados pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP (Orientação Técnica OT-IBR 001/2006) deve ser seguido, sendo necessário a elaboração em modelo BIM, e execução do Projeto de Fundação por completo e outros elementos, como muros de arrimo, contenções, muros de fechamento e outros, caso necessário.

7.3.13.2. As referências apresentadas para o projeto de fundação e estrutura tem como base o sistema de concreto armado, podendo, no entanto, ser adotado a execução de estruturas metálicas ou outro sistema estrutural.

7.3.13.3. O projeto completo deverá conter todas as informações e detalhamentos necessários para o perfeito entendimento da execução obra em conformidade com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, como exemplo a NBR 6118, NBR 6122, NBR 7187, NBR 7190, NBR 8800, NBR 9062, NBR 11191, NBR 12516, ou as que vierem a substituí-las.

7.3.13.4. A implantação estrutural contempla o projeto das estruturas de fundação da edificação principal, bem como o projeto estrutural das estruturas adjacentes (muros de arrimo, contenções, reforço de muros existentes e demais itens aplicáveis à obra).

7.3.13.5. Projeto de Fundação - O projeto estrutural do projeto padrão foi concebido em concreto armado com cobertura em estrutura metálica. Devido às particularidades do solo quanto à resistência e composição, faz-se necessário o desenvolvimento de projeto de fundação particularizado a cada realidade. Assim sendo, o referido projeto é indispensável e deverá ser elaborado em conformidade com os resultados obtidos no Relatório e Laudo de Sondagem.

7.3.13.6. O Projeto Estrutural da edificação, integrante do Projeto Padrão, não poderá ser alterado (em caso de dúvidas, o projetista terá que ser consultado). Projeto Estrutural de Outros





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

Elementos – Se refere à elaboração de projeto estrutural para as demais edificações necessárias à implantação do Projeto Padrão, tais como muros de fechamento, muros de arrimo, contenções, guarita, sistema de tratamento de esgoto, sistema de aproveitamento de água pluvial, entre outros.

- 7.3.13.7. Locação das fundações e pilares (escala 1:100);
- 7.3.13.8. Forma das fundações (escala 1:50);
- 7.3.13.9. Forma dos pavimentos, da cobertura (escala 1:50) e, se for o caso, dos muros de arrimo (escala apropriada);
- 7.3.13.10. Armação das fundações (escala 1:20 e 1:50);
- 7.3.13.11. Armação dos pavimentos, da cobertura, dos muros de arrimo (escala 1:20 e 1:50);
- 7.3.13.12. Reservatórios d'água;
- 7.3.13.13. Memória de cálculo.
- 7.3.13.14. O projeto das fundações e estrutura deverá ser modelado como uma disciplina isolada e estará integrado às demais disciplinas do projeto.
- 7.3.13.15. O projeto deve seguir as seguintes diretrizes de modelagem:
- 7.3.13.16. Os elementos estruturais devem ser modelados separadamente por pavimentos, de forma que respeitem a lógica de construção a ser seguida ao longo da etapa de execução da obra;
- 7.3.13.17. Em estruturas de concreto armado, poderá ser modelada a armadura, com a representação de suas respectivas esperas e sobreposições, caso existam;
- 7.3.13.18. As fôrmas utilizadas deverão ser modeladas para fins de quantificação e planejamento de obra.

7.3.14. PROJETOS ELÉTRICOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- 7.3.14.1. Plantas necessárias para aprovação na concessionária de energia e/ou empresa especializada em energia solar e/ou empresa pública privada, detalhando entrada de energia, localização do empreendimento, proteções e caminhamento dos eletrodutos e cabos até os quadros de distribuição;
- 7.3.14.2. Documentações necessárias para aprovação na concessionária de energia concessionária de energia e/ou empresa especializada em energia solar, contendo memorial elétrico, cálculo de queda de tensão, entre outros que se fizerem necessários;
- 7.3.14.3. Plantas de todos os pavimentos, detalhando o caminhamento de cabos e eletrodutos desde os quadros de distribuição até os pontos de consumo de energia (iluminação, tomadas de uso geral e tomadas de uso específico);
- 7.3.14.4. Diagrama unifilar geral de toda a instalação e de cada quadro com descrição detalhada da carga existente em cada circuito;
- 7.3.14.5. Exportação do modelo em IFC para compatibilização;
- 7.3.14.6. Quantitativo de materiais para obra.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

7.3.14.7. Iluminação Pública buscando a qualidade da tipologia de lâmpadas em LED e sistemas de energias renováveis como (fotovoltaica), e sistema de classificação dos postes que indica a qualidade da iluminação que cada via atende em suas as normas técnicas, utilizando tecnologias de sistema de gestão em uma base monitoramento;

7.3.14.8. Ampliação de Rede de Energia Urbana RDU com a tecnologia Cidade Inteligente.

7.3.15. PROJETO DE TELEFONIA, TV, LÓGICA E CFTV

7.3.15.1. Plantas detalhando a entrada de telefonia, localização do empreendimento, caminhamento dos eletrodutos e cabos de telefonia até as caixas (VDI) da edificação e modo urbano;

7.3.15.2. Planta de cada pavimento da edificação e modo urbano (conjunta com a planta de pontos de rede lógica), contendo as caixas de saídas, quadros, tubulações e caminhos para passagem do cabeamento;

7.3.15.3. Pontos de entradas dos circuitos de telefonia, desenhos esquemáticos de interligação e de todo o cabeamento e seus elementos, identificação das tubulações e fiação;

7.3.15.4. Exportação do modelo em IFC para compatibilização;

7.3.15.5. Quantitativo de materiais para obra.

7.3.16. PROJETO SPDA

7.3.16.1. Plantas necessárias para entendimento do projeto, com materiais utilizados e o sistema utilizado para escoamento de um possível atingimento da estrutura por Descarga Elétrica Atmosférica.

7.3.16.2. Detalhes necessários para entendimento de conexões, soldas e materiais;

7.3.16.3. Memorial descritivo de todo o sistema;

7.3.16.4. Exportação do modelo em IFC para compatibilização; • Quantitativo de materiais para obra.

7.3.17. PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICA, SANITÁRIAS, PLUVIAIS E SANEAMENTO

7.3.17.1. Os projetos de instalações hidráulicas, sanitárias e pluviais deverão ser modelados como disciplinas isoladas.

7.3.17.2. Para fins de padronização da representação gráfica dos produtos entregáveis, estão definidas a seguir as subdisciplinas do projeto de instalações hidráulicas, sanitárias e pluviais, bem como suas especificações no que diz respeito à cor e espessura das linhas.

7.3.17.3. O projeto deve seguir as seguintes diretrizes de modelagem:

7.3.17.4. Sistema de Drenagem cadastrada com sua localização com bueiros inteligentes sendo monitorado por uma central com o gerenciamento em mapas digitais.

7.3.17.5. Sistema de esgotamento sanitário;





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 7.3.17.6. Sistema de abastecimento de água;
- 7.3.17.7. Deve ser iniciado seguindo as referências de cotas de trabalhos dos demais projetos de instalações e arquitetura;
- 7.3.17.8. O modelo deverá apresentar as tubulações com suas devidas conexões. A tubulação, sempre que possível, deverá estar efetivamente conectada com os equipamentos hidrossanitários. Em alguns softwares, a conexão com os equipamentos não acontece ou é inviável. Portanto, nestes casos, a CONTRATANTE avaliará se a falta de conexão dos elementos compromete os usos pré-definidos como, por exemplo, a simulação de fluidos;
- 7.3.17.9. As inclinações das tubulações modeladas deverão seguir, necessariamente, as identificadas no projeto, a fim de permitir a compatibilização e a correta execução a partir do modelo;
- 7.3.17.10. Plantas necessárias para aprovação, com detalhamento da entrada de água, saída de esgoto e saída de águas pluviais, localização do empreendimento, localização e capacidade dos reservatórios de água;
- 7.3.17.11. Demais documentos necessários para aprovação;
- 7.3.17.12. Plantas de todos os pavimentos, detalhando a localização dos aparelhos sanitários, ralos, caixas sifonadas e reservatórios, caminhamento das instalações de água fria e quente, esgoto sanitário, ventilação, reaproveitamento parcial de águas pluviais e águas pluviais, com indicação de material e diâmetro dos tubos;
- 7.3.17.13. Detalhamento em isométrico, planta e/ou elevação dos banheiros, cozinhas e demais ambientes de consumo de água indicando os componentes do projeto, especificando diâmetros, conexões, registros, válvulas e cotas;
- 7.3.17.14. Detalhes dos reservatórios, bombas, locais de medição de água e pressurizadores;
- 7.3.17.15. Exportação do modelo em IFC para compatibilização;
- 7.3.17.16. Quantitativo de materiais para obra.
- 7.3.18. PROJETO DE INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO DE COMBATE À INCÊNDIO E PÂNICO
- 7.3.18.1. O projeto de prevenção e combate a incêndios e pânico deverá ser modelado como uma disciplina isolada e estará integrado às demais disciplinas do projeto. O projeto deve seguir as seguintes diretrizes de modelagem:
- 7.3.18.2. Plano de segurança contra incêndio e pânico para riscos isolados;
- 7.3.18.3. Deve ser iniciado seguindo as referências de cotas de trabalhos dos demais projetos de instalações e arquitetura;
- 7.3.18.4. O modelo deverá apresentar as tubulações com devidas conexões. A tubulação, sempre que possível, deverá estar efetivamente conectada aos equipamentos hidráulicos. Em alguns





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

softwares, a conexão com os equipamentos não acontece ou é inviável. Portanto, nestes casos, a CONTRATANTE avaliará se a falta de conexão dos elementos compromete os usos pré-definidos como, por exemplo, a validação da pressão da rede de água;

- 7.3.18.5. A sinalização e iluminação de emergência deverão ser modeladas.
- 7.3.18.6. Plantas, detalhes, esquemas e memoriais necessários para aprovação no corpo de bombeiros;
- 7.3.18.7. Projeto de pressurização de escadas;
- 7.3.18.8. Detalhamentos executivos das instalações de todos os equipamentos empregados na prevenção e combate a incêndio na edificação;
- 7.3.18.9. Exportação do modelo em IFC para compatibilização;
- 7.3.18.10. Quantitativo de materiais para obra;
- 7.3.18.11. Para validação em softwares de checagem, como, por exemplo, o Solibri Model Checker, referente à rota de fuga definida no projeto, é indispensável que as portas estejam classificadas como portas de saídas de emergência e porta corta-fogo.
- 7.3.18.12. Para validação de alguns parâmetros do Código de Prevenção contra Incêndio e Pânico, o modelo deverá:
- 7.3.18.13. Conter espaço conforme área mínima exigida ao redor dos extintores;
- 7.3.18.14. Conter espaço conforme área mínima exigida ao redor dos hidrantes;
- 7.3.18.15. Apresentar classificação da edificação conforme tipo de ocupação e grau de risco.
- 7.3.18.16. Apresentar propriedade de carga de incêndio;
- 7.3.18.17. Conter espaço de escada e rampas;
- 7.3.18.18. Apresentar denominação dos espaços, como Abrigo de GLP ou Central de GLP, caso não estejam denominados no projeto de instalação de gás;
- 7.3.18.19. Informar à população que ocupa a edificação;
- 7.3.18.20. Nas escadas e rampas, apresentar guarda-corpos e corrimãos, piso tátil e acessórios antiderrapantes, quando necessário.

7.3.19. PROJETO DE INSTALAÇÕES DE GÁS

- 7.3.19.1. Definições dos pontos de consumo;
- 7.3.19.2. Definições dos materiais a serem empregados, ventilações permanentes, pressões a serem atendidas;
- 7.3.19.3. Plantas e detalhes das redes de distribuição de gás residencial;
- 7.3.19.4. Definições e detalhamentos das centrais para GLP ou estações reguladoras de pressão para GN;
- 7.3.19.5. Exportação do modelo em IFC para compatibilização;
- 7.3.19.6. Quantitativo de materiais para obra.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

7.3.20. PROJETO DE VENTILAÇÃO E AR-CONDICIONADO – AVAC

7.3.20.1. O projeto de aquecimento, ventilação e ar-condicionado deverá ser modelado como uma disciplina isolada e estará integrado às demais disciplinas do projeto. O projeto deve seguir as seguintes diretrizes de modelagem:

7.3.20.2. Plantas de todos os pavimentos, preferencialmente em escala 1:50, que serão climatizadas com a localização dos equipamentos e traçado das tubulações frigorígenas;

7.3.20.3. Deve ser iniciado seguindo as referências de cotas de trabalhos dos demais projetos de instalações e arquitetura;

7.3.20.4. O modelo deverá apresentar os dutos com respectivas conexões e camada de isolamento;

7.3.20.5. Os dutos deverão estar efetivamente conectados com os equipamentos;

7.3.20.6. Os equipamentos deverão contemplar os espaços para devida manutenção e instalação;

7.3.20.7. Apresentar nomenclatura das redes e definição de cores por sistema;

7.3.20.8. Apresentar informação da carga térmica;

7.3.20.9. Realizar a validação de fluxo nas salas limpas;

7.3.20.10. Realizar a simulação térmica do ambiente, utilizando software compatível;

7.3.20.11. Realizar a validação quanto à pressão dos ambientes;

7.3.20.12. Localização dos pontos de eletricidade e suas respectivas potências;

7.3.20.13. Localização e caminhamento da drenagem de climatização;

7.3.20.14. Demais detalhes necessários;

7.3.20.15. Exportação do modelo em IFC para acompanhamento e compatibilização;

7.3.20.16. Quantitativo de materiais para obra.

7.3.21. PROJETO DE GEOMETRIA NA PLATAFORMA BIM

7.3.21.1. Os projetos geométricos abrangerão todas as vias, tendo como limite a pista de rolamento dessas vias. Os projetos apresentarão:

7.3.21.2. Todos os elementos planimétricos, representando o eixo viário, as curvas e demais elementos que caracterizam o traçado;

7.3.21.3. Todos os elementos altimétricos, representando o perfil longitudinal das vias e os aspectos referentes às mudanças de altitude ao longo do greide;

7.3.21.4. Seguindo as Instruções de serviço IS-208 - instruções de Serviço para Projeto Geométrico;

7.3.21.5. Planta Geral de Implantação;

7.3.21.6. Cortes longitudinal e transversal;

7.3.21.7. Dados projetados para locação;





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

7.3.21.8. Planilha de Resumo das Vias Urbanas e/ou Rodovia com as quantidades para subsidiar a planilha orçamentária.

7.3.22. PROJETO DE TERRAPLANAGEM NA PLATAFORMA BIM

7.3.22.1. Os projetos de terraplenagem serão desenvolvidos com base nos projetos geométricos e nos estudos geológicos e geotécnicos, seguindo as Instruções de serviços de terraplenagem aplicadas no DNIT:

7.3.22.2. Perfil longitudinal;

7.3.22.3. Seções transversais;

7.3.22.4. Seções Tipo de Terraplenagem;

7.3.22.5. Notas de Serviços;

7.3.22.6. Mapa de Cubação;

7.3.22.7. Mapa de distribuição;

7.3.22.8. Planilha de Resumo das Vias Urbanas e/ou Rodovia com as quantidades para subsidiar a planilha orçamentária.

7.3.23. PROJETO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO

7.3.23.1. O projeto topográfico deverá ser modelado como uma disciplina isolada e estará integrado às demais disciplinas do projeto, devendo ser elaborado de forma a garantir sua perfeita implantação e estar de acordo com suas coordenadas geográficas previamente determinadas pelo levantamento planialtimétrico, juntamente com levantamento topográfico de redes de distribuição de energia, quando for o caso. Ademais, os volumes de corte e aterro deverão ser extraídos do modelo digital, no caso de utilização de terraplanagem.

7.3.23.2. Levantamentos Planialtimétrico realizados "IN LOCO", utilizando equipamentos software, que possa interoperabilizar com a plataforma BIM dados as coordenadas UTM, azimutes cotas de nível e toda e qualquer informação técnica para documentar o processo juntos aos projetos da secretaria.

7.3.23.3. A captura da realidade pode ser descrita como: o processo de coleta de dados o qual irá reproduzir os objetos num ambiente virtual, utilizando fotogrametria ou laser scanner para elaborar a representação tridimensional através dos pontos e fotografias coletadas.

7.3.24. GESTÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DO MODELO EM BIM

7.3.24.1. A gestão e compatibilização do modelo em BIM abrange:

7.3.24.2. Fornecimento de todos os projetos devidamente integrados e harmonizados;

7.3.24.3. Coordenação dos projetos, supervisão do desenvolvimento deles, solicitando as alterações necessárias para atender à compatibilização;

7.3.24.4. Detecção e identificação de interferências e inconsistências entre projetos usando a função Clash Detection do Revit ou outro software BIM;





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 7.3.24.5. Análise crítica e propostas de aprimoramento;
- 7.3.24.6. Extração de quantitativos provenientes do modelo virtual;
- 7.3.24.7. Estruturação de dados e informações de projetos para posterior elaboração de orçamento;
- 7.3.24.8. A compatibilização dos projetos de arquitetura e complementares tem como objetivo unificar todos os projetos necessários para a realização de uma construção ou obra, bem como seus aspectos de custos, soluções técnicas e prazos, de acordo com os parâmetros preliminares estabelecidos pela comissão de acompanhamento e pelas exigências legais municipais ou administrativas.
- 7.3.24.9. Levar em consideração as condições de mercado, a viabilidade técnico- econômica do bem a ser construído, sua exequibilidade e a qualidade do processo de produção dos projetos é tarefa do compatibilizador entender os procedimentos, objetivos e conceitos definidos pela Instituição e aplicá-los ao nível de detalhe dos projetistas, bem como avaliar a consistência e adequação das soluções de projeto à realidade e expectativas do município de Boa Vista.
- 7.3.24.10. O compatibilizador deve possuir conhecimento multidisciplinar, tanto em projeto quanto em execução, e elevada capacidade de gestão para liderar o processo de trabalho dos projetistas conforme as orientações da comissão de acompanhamento.

7.4. Da compatibilização de projetos – BIM

- 7.4.1. A compatibilização de projetos deve seguir o padrão BIM (Building Information Modeling) conforme ABNT NBR 15965, com os seguintes objetivos:
- 7.4.2. Redefinir atribuições dos agentes envolvidos com foco nos resultados desejados;
- 7.4.3. Desenvolver estratégias para integrar os projetistas desde a fase de planejamento até as definições executivas (estudos preliminares, anteprojetos, projetos legais e anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos ou de produção);
- 7.4.4. Desenvolver estratégias para sistematizar informações, definir o nível de detalhamento dos projetos, revisar pendências e realizar reuniões periódicas de acompanhamento com os projetistas e a comissão técnica responsável pela supervisão da elaboração dos projetos;
- 7.4.5. Criar soluções para controle de produção e recebimento dos produtos técnicos, através de checklists e formas de certificação das revisões dos produtos de projeto, garantindo a conformidade dos resultados com os prazos e as exigências estabelecidas pela comissão técnica responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos. Essas ações visam eliminar erros graves por parte dos projetistas e facilitar a inspeção completa de todos os componentes do projeto. Quanto a esses mecanismos de controle, é importante que os projetistas entendam que são adotados com foco nos resultados do projeto e não no controle dos profissionais responsáveis;
- 7.4.6. Desenvolver soluções para garantir a qualidade dos projetos;





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 7.4.7. Acompanhar o uso de soluções colaborativas computacionais para a elaboração de projetos e sua interação com o tempo de projeto;
- 7.4.8. Realizar a compatibilização propriamente dita, identificando as interferências e programando reuniões com os projetistas para resolver problemas detectados, junto à comissão técnica responsável pela supervisão da elaboração dos projetos;
- 7.4.9. Conduzir uma análise crítica contínua dos projetos para avaliar a conformidade de cada etapa com os critérios de concepção, processos de projeto e resultados desejados; encaminhar e acompanhar as alterações projetuais necessárias durante o processo de elaboração dos projetos;
- 7.4.10. Garantir a conformidade dos custos para o desenvolvimento dos projetos;
- 7.4.11. Assegurar as estimativas de custos de construção previstas para os projetos em elaboração e verificar a coerência desses custos com os limites e referências;
- 7.4.12. Garantir que os projetos sejam sempre caracterizados como documentos técnicos para produção – anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos;
- 7.4.13. Verificar e validar soluções e revisões dos projetos;
- 7.4.14. Identificar e reportar desconformidades;
- 7.4.15. Gerar arquivos de avaliação de desenho específicos (arquivo do compatibilizador);
- 7.4.16. Planejar e adaptar reuniões de compatibilização com os projetistas de acordo com o volume de trabalho;
- 7.4.17. Compatibilizar projetos dois a dois;
- 7.4.18. Controlar a compatibilização e compartilhar os resultados com todos os agentes envolvidos;
- 7.4.19. Facilitar o fluxo de trabalho dos projetistas, garantindo que os prazos previstos no cronograma de projetos e de compatibilização sejam cumpridos.
- 7.4.20. Os projetos só serão liberados para os demais projetistas após a conclusão da compatibilização e solução das pendências por especialidade. O compatibilizador pode ser o próprio arquiteto projetista contratado pelo certame, desde que nenhuma das atividades de compatibilização seja comprometida por esse acúmulo de tarefas. O compatibilizador deve trabalhar junto à comissão técnica responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos na resolução, preparação e repasse de informações para os contratados, cobrando a execução adequada dos contratos em relação a custos, prazos de entrega e qualidade dos serviços. A critério da comissão técnica responsável pelo acompanhamento da elaboração dos projetos e pela fiscalização do contrato, pode-se exigir que o profissional compatibilizador seja uma pessoa diferente do projetista de quaisquer especialidades, caso em que o novo compatibilizador deve ser formalmente indicado pelo arquiteto contratado.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

8 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do serviço, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterà, dentre outros, informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias de execução, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

8.6. A Contratada deve ter registro das informações sobre a execução de todas as etapas executadas e ainda em andamento descritas neste Termo de Referência, com registro de datas de início e conclusão, estas informações devem ser disponibilizadas a qualquer tempo para os gestores da CONTRATANTE.

8.7. Preposto

8.7.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.7.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação dos serviços.

8.7.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.8. Fiscalização

8.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.9. Fiscalização Técnica





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

8.9.1. O acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa

8.9.2. O fiscal de contrato deve anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.9.3. Documentar e fazer constar todas as ocorrências durante a execução do contrato, com vistas a compor o processo documental, de modo a contribuir para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e dando ciência ao gestor quando excederem as suas competências;

8.9.4. Zelar pela fiel execução da obra/serviço, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados, bem como quanto aos aspectos ambientais;

8.9.5. Atestar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

8.9.6. Acompanhar e analisar os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução do objeto contratado, quando houver;

8.9.7. Informar ao gestor ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros; e

8.9.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados, conforme disposto em contrato;

8.9.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.10. Fiscalização Administrativa

8.10.1. Acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

8.11. Gestor do Contrato

8.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.11.2. O gestor do contrato e o seu substituto quando for o caso, têm como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, dentre as quais:

8.11.2.1. Instruir o processo com os documentos necessários às alterações contratuais, inclusive controlando os limites aplicáveis;

8.11.2.2. Encaminhar o requerimento de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;

8.11.2.3. Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, instruindo o processo com a documentação necessária;

8.11.2.4. Providenciar a celebração dos contratos e termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato;

8.11.2.5. Prover o fiscal do contrato das informações e dos meios necessários ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;

8.11.2.6. Comunicar as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência;

8.11.2.7. Adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência, cabendo a deflagração do respectivo procedimento, a notificação da contratada para a apresentação de defesa e a decisão final;

8.11.2.8. Promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor;

8.11.2.9. Propor, formalmente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;

8.11.2.10. Receber as notas fiscais atestadas pelo(s) fiscal(is) do contrato e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

8.11.2.11. Diligenciar para o acompanhamento de situações que possam impactar nos preços contratados, como a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais ou a





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

superveniência de disposições legais que repercutam no contrato, na forma do art. 134 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

8.11.2.12. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal n.º 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

8.11.2.13. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

8.11.2.14. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

8.11.2.15. Receber os pedidos de reajuste, repactuação e revisão de contratos, devendo emitir parecer quanto ao cabimento.

9 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Etapas do Pagamento

9.1.1. O pagamento relativo à prestação dos serviços será realizado em 4 (quatro) parcelas, vinculadas às entregas e aprovação dos produtos definidos no cronograma físico-financeiro.

9.1.2. As medições serão processadas com base nos produtos efetivamente entregues, e os pagamentos obedecerão aos seguintes percentuais do valor global do contrato:

- 20% (vinte por cento): Após a aprovação do Produto 01 – Relatório de Estudos Preliminares.
- 30% (trinta por cento): Após a aprovação do Produto 02 – Relatório de Projeto Básico.
- 30% (trinta por cento): Após a aprovação do Produto 03 – Projeto Executivo.
- 20% (vinte por cento): Após a aprovação do Produto 04 – Orçamento Analítico e Sintético.

9.1.3. Fica expressamente estabelecido que nos preços (unitários e globais) estejam inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços (softwares, equipe técnica, impostos, ARTs/RRTs, etc.), constituindo sua única remuneração.

9.2. Do Recebimento de Projetos

9.2.1. Após a entrega de cada Produto (Etapa) pela Contratada, a Fiscalização terá o prazo definido no cronograma para analisar o trabalho apresentado, conferir a compatibilização e emitir parecer.

9.2.2. Caso sejam identificadas não conformidades, a Fiscalização notificará a Contratada por escrito, indicando os pontos de divergência para que sejam realizados os devidos ajustes e a reapresentação do Produto.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

9.2.3. Para fins de medição de cada etapa, a Contratada deverá apresentar, juntamente com os produtos, a seguinte documentação:

- Guias de recolhimento de FGTS, GPS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Comprovação de Regularidade Fiscal (consulta ao SICAF ou certidões equivalentes);

9.2.4. ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RRTs (Registro de Responsabilidade Técnica) referentes aos produtos entregues naquela etapa.

9.2.5. O Recebimento Definitivo do objeto do contrato somente será emitido após a entrega e aprovação do "Produto 04" e a verificação da entrega de todas as versões finais de projetos, memoriais, planilhas, arquivos editáveis (nativo e IFC) e demais documentos técnicos.

9.2.6. O recebimento provisório (por etapa) ou definitivo (final) não excluirá a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos projetos, nem a responsabilidade ético-profissional.

9.3. Instrumento de Medição por Resultado (IMR)

9.3.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto abaixo.

9.3.2. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

9.3.3. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

9.3.4. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

9.3.5. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto de forma global por meio do instrumento de medição de resultado - IMR, conforme critérios previstos neste Termo de Referência.

9.3.6. A análise dos resultados destas avaliações pela fiscalização poderá resultar em penalidades caso a contratada não cumpra com os seus compromissos de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

9.3.7. Estabelece-se como Nota de Desempenho Global - NDG a avaliação da execução global do contrato, conforme critérios constantes nas tabelas a seguir:

PARÂMETRO	DESEMPENHO GLOBAL DO CONTRATO
Finalidade	Buscar o nível global da qualidade dos serviços



Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

Aferição	Condicional à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência
Periodicidade	De acordo com a rotina de execução dos serviços
Ocorrências a serem observadas	Conforme Tabela "Atribuição de pontos perdidos em função da descrição da ocorrência"

Pontuação máxima de 100 pontos. Descontos conforme faixa de pontuação (Tabela "Correlação do Fator de Desconto com a Nota de Desempenho do Contrato")

Atribuição de pontos perdidos em função da descrição da ocorrência (IMR)

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	INCIDÊNCIA	PONTOS PERDIDOS
Relatório e/ou produto entregue com baixa qualidade (Falta de completude entregues e/ou baixa qualidade técnica dos produtos)	Por notificação de cada produto não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 48h (onde couber)	3,0
Utilização de equipamentos obsoletos ou com mau funcionamento ou em desacordo com as especificações técnicas (se aplicável)	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 48h (onde couber)	2,0
Equipe de pessoal desqualificado para execução dos serviços (observar os itens de	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 48h (onde couber)	3,0





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

senioridade e competência do profissional)		
Lacuna técnica ou de prazo no atendimento de demandas avulsas	Por notificação não cumprida dentro de 48 h (onde couber)	2,0

Correlação do Fator de Desconto com a Nota de Desempenho do Contrato

9.3.8. A nota da contratada partirá de 100 (cem) pontos e será deduzida conforme ocorrências apontadas pela fiscalização.

9.3.9. As faixas e os percentuais de fator de desconto estão explicitados nas tabelas: Critérios de avaliação do instrumento de medição por resultado (IMR), Atribuição de pontos perdidos em função da descrição da ocorrência (IMR) e Correlação do Fator de Desconto com a Nota de Desempenho do Contrato.

9.3.10. A aplicação do fator de desconto é um procedimento ligado exclusivamente à medição dos serviços, e não elimina eventuais penalidades contratuais e previstas na lei de licitações referentes.

9.3.11. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em vistorias para aferição da execução do contrato, conforme critérios de ocorrências definidas na metodologia.

9.3.12. Caso seja identificada alguma ocorrência, de maneira preliminar a aplicação de alguma penalidade na nota do IMR, a fiscalização deverá dar ciência por escrito à contratada e prazo para correção das não conformidades.

9.3.13. Deve-se haver o redimensionamento do pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e demais ocorrências previstas nas tabelas, sempre que a contratada:

9.3.14. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

9.3.15. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; e

9.3.16. não atender as demandas solicitadas, devidamente formalizadas, pela fiscalização.

9.3.17. Após a entrega dos relatórios e/ou esgotando o prazo para correção das não conformidades, a avaliação do IMR deve ser consolidada, pela fiscalização, em até 10 (dez) dias.

9.3.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto realizado de forma periódica a execução das demandas.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

9.3.19. A avaliação do IMR não poderá sofrer alterações, a posteriori, após a finalização do processo de medição relacionado ao corrente mês.

9.3.20. Em caso de incidência continuada de redução de fator em três ocorrências consecutivas abaixo de 80 (oitenta) pontos, ou por mais de 5 (cinco) ocorrências abaixo de 80 (oitenta) pontos ao longo de um ano de prestação de serviços, poderá proceder com a notificação perante a contratada.

9.3.21. Em caso de incidência continuada de redução de fator em três ocorrências consecutivas abaixo de 50 (cinquenta) pontos, ou por mais de 5 (cinco) ocorrências abaixo de 50 (cinquenta) pontos ao longo de um ano de prestação de serviços, poderá proceder com a rescisão contratual unilateral.

9.3.22. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.3.23. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.3.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.3.25. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados;
- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.4. Liquidação

9.4.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão contratante; d) o período respectivo de execução (ou Produto/Etapa); e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa (ex: pendência documental), esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

9.4.3. Constatando-se a situação de irregularidade fiscal do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente sua defesa.

9.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto (Produto aprovado), os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.5. Prazo de Pagamento

9.5.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Economia, Planejamento, Orçamento, Finanças e Tecnologia da Informação – SMPOFTI, em até o 30 (trinta) dias corridos, após a liquidação das notas fiscais/fatura, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura/DANFE), devidamente atestada pelo(s) fiscal(is), após a análise e manifestação da Secretaria Municipal de Controle e Transparência – SMCT.

9.5.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data da efetiva realização, conforme índice a ser definido no Contrato.

9.6. Forma de Pagamento

9.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

9.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que apresente comprovação oficial de que faz jus ao tratamento favorecido.

9.7. Critério de Reajuste

9.7.1. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado).

9.8. Critério de Reequilíbrio Econômico-Financeiro

9.8.1. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será concedido exclusivamente nas hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO**.

10.1.2. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com a INSTRUÇÃO





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

critério de julgamento por técnica e preço, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

10.2. Equipe Técnica Básica:

10.2.1. A formação e a quantidade dos mencionados profissionais de nível superior deverão atender os perfis a seguir descritos. A experiência profissional de cada colaborador se fará por meio da apresentação do curriculum vitae. Para o Engenheiro Coordenador Geral, o Engenheiros Consultor de Projetos e o Engenheiro Sênior, deverão ainda ser apresentadas Certidões de Acervo Técnico – CAT com atestados, compatíveis com a função para a qual cada um dos profissionais foi designado, acompanhadas de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, certificados pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil). As CAT's e atestados deverão ser apresentados em cópias devidamente autenticadas. Para a execução dos mais diversos serviços/demandas de projetos, constantes do escopo deste Termo de Referência, deverá ser mobilizada a equipe específica, sendo detalhada aqui a equipe mínima geral:

SETOR	MACRO-ATIVIDADE	FUNÇÃO	QTDE
Coordenação/Gerência	Acompanhamento estratégico e operacional do desenvolvimento dos projetos	ENGENHEIRO/ARQUITETO COORDENADOR	1,00
Apoio Técnico	Apoio Técnico na Elaboração, Atualização e Revisão dos Projetos Básicos e Executivos desenvolvidos em resposta às demandas	ENGENHEIRO (PROJETOS) SÊNIOR	1,00
		ENGENHEIRO PLENO	1,00
		ENGENHEIRO JÚNIOR	2,00
		ENGENHEIRO AMBIENTAL SÊNIOR	1,00
		ARQUITETO PLENO	1,00
		TOPÓGRAFO	1,00
		AUX. DE TOPOGRAFIA	2,00
		MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	2,00

10.3. Critérios de Pontuação

10.3.1. A pontuação a ser atribuída às propostas apresentadas obedecerá aos critérios abaixo estabelecidos, onde, as notas assim obtidas, devem ser arredondadas até os centésimos (duas decimais), de acordo com os critérios da NBR-5891, ABNT – Regras de Arredondamento na numeração Decimal.

10.4. PROPOSTA TÉCNICA

10.4.1. A Nota da Proposta Técnica será calculada consoante os seguintes critérios:

PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT)

Pontuação Técnica (PT) = CT + EP + CM

Onde:

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KAYNARA CARVALHO DE OLIVEIRA EM 19/02/2026 10:40:24	
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14	
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31	
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020	
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB	





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

EP = Experiência Profissional da Equipe Técnica da Licitante	42 pontos
CM = Conhecimento e Metodologia da Licitante	26 pontos

10.4.2. Capacitação Técnica da Licitante:

10.4.2.1. A pontuação será atribuída conforme os fatores discriminados na tabela a seguir, mediante comprovação documental (atestados de capacidade técnica acompanhadas pela CAT/ CAO)

Item	Fator a ser avaliado	Por projeto	Inovação	Pontuação máxima
1	Elaboração de Projeto Executivo de Terminais e Abrigos de ônibus	2 pontos para cada projeto executado, até o limite de 3 projetos (6 pontos no máximo)	1 ponto adicional para cada projeto desenvolvido em metodologia LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) ou similar, até o limite de 2 projetos (3 pontos no máximo)	9 pontos
2	Elaboração de Projeto Executivo de Infraestrutura Urbana	Urbanização	3	15 pontos
		Geometria	2	
		Drenagem	2	
		Pavimentação	2	
		Terraplanagem	2	
		Projeto Social	1	
		Calçada	3	
3	Tempo de experiência da Licitante	A ser comprovado pelo tempo de registro no CREA	De 0 a 5 anos = 2 pontos De 5,1 a 10 anos = 5 pontos Acima de 10 anos = 8 pontos	8 pontos



DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KAYNARA CARVALHO DE OLIVEIRA EM 19/02/2026 10:40:24

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM

<https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB

Av. Santos Dumont, 1721 – Bairro São Francisco



Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

10.4.2.2. Observações

- a) Os atestados deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados das respectivas **CAT/CAO**;
- b) A Comissão Permanente de Contratação, a seu critério, poderá solicitar, em diligência, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome da licitante, detalhamento sobre serviços executados, dados complementares, visitas *in loco*, bem como as certidões de acervo técnico (CAT) e respectivas anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da licitante.
- c) Não serão aceitos atestados que não especificam o serviço executado para fins de comprovação da capacidade técnica da empresa licitante.

10.4.3. Experiência Profissional da Equipe Técnica da Licitante (EP):

10.4.3.1. A pontuação do fator Experiência Profissional da Equipe Técnica da Licitante (EP) **será efetuada com base no quadro a seguir:**

Item	Categorias Profissionais	Descrição	Pontuação
1	Coordenador Geral	Engenheiro Civil / Arquiteto com experiência em Gerenciamento / Supervisão / Fiscalização na elaboração de projetos na área de infraestrutura urbana e construção civil.	3 pontos para cada projeto executado, até o limite de 4 projetos (12 pontos no máximo).
2	Coordenador Setorial	Engenheiro Civil ou Arquiteto com experiência em Consultoria na elaboração de projetos na área de infraestrutura viária.	3 pontos para cada projeto executado, até o limite de 4 projetos (12 pontos no máximo).
3	Arquiteto Sênior ou Engenheiro Civil Sênior	Arquiteto ou Engenheiro Civil com experiência em projetos de infraestrutura urbana e Construção civil.	2 pontos para cada projeto executado, até o limite de 3 projetos (6 pontos no máximo).





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

Item	Categorias Profissionais	Descrição	Pontuação
4	Engenheiro Estrutural	Engenheiro Civil com experiência em projetos na área de Estruturas.	2 pontos para cada projeto executado, até o limite de 2 projetos (4 pontos no máximo).
5	Arquiteto Urbanista Responsável	Arquiteto e Urbanista com experiência em projetos na área de urbanismo	2 pontos para cada projeto executado, até o limite de 2 projetos (4 pontos no máximo).
6	Engenheiro Civil	Engenheiro Civil com experiência em projetos na área de infraestrutura urbana e construção civil.	2 pontos para cada projeto executado, até o limite de 2 projetos (4 pontos no máximo).

Pontuação máxima possível: 42 pontos

10.4.3.2. Observações

- c) A comprovação de realização de cada projeto pela equipe técnica será efetuada por Certidões de Acervo Técnico (CATs), devidamente registradas nos Conselhos Profissionais competentes (CAU/CREA).
- d) Em uma mesma especialidade, poderão ser considerados profissionais distintos, até que seja completado o número máximo de projetos permitidos, desde que todos estejam vinculados à licitante.
- e) O profissional deverá ser diretor, sócio ou empregado integrante do quadro permanente da empresa LICITANTE. A comprovação será realizada por meio de cópia do contrato social, registro CLT, contrato de prestação de serviços ou declaração formal de vínculo futuro.
- f) Considera-se nível sênior aquele com, no mínimo, 10 anos de experiência comprovada na área; e nível pleno, com 5 anos de experiência comprovada.
- g) O valor final da Experiência Profissional da Licitante (EP) será igual à soma dos pontos obtidos em cada item do quadro acima.

10.4.4. Conhecimento do objeto, metodologia, plano de trabalho e produtos entregues (CM)

10.4.4.1. A demonstração de conhecimento do objeto, da metodologia, do programa de trabalho e dos produtos esperados será feita por meio da **apresentação de um documento digital paginado**, em formato A4, com formatação simples entre parágrafos e fonte Arial, tamanho 12.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

10.4.4.2. Por meio deste documento, a licitante deverá apresentar uma **descrição clara e objetiva** das atividades que compõem o objeto contratual, explicitando como pretende realizar as tarefas, citando não só a metodologia de trabalho, mas também as ações de gerenciamento, controle de qualidade, indicadores de performance e integração entre disciplinas.

Item	Atividade	Detalhamento
1	Elaboração e análise de projetos Arquitetônico e Instalações	O documento deverá apresentar considerações sobre uma suposta elaboração de projeto executivo de abrigos e terminais urbanos , mencionando: a) a metodologia de elaboração e compatibilização multidisciplinar; b) indicadores de performance do projeto; c) a integração entre arquitetura e demais projetos; d) a proposição de um plano de trabalho e entregas; e) a legislação e as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 9050, NBR 15575, NBR 5410, NBR 9077, entre outras);
2	Elaboração e análise de projetos de Infraestrutura Urbana	a) a metodologia de elaboração e compatibilização multidisciplinar; b) indicadores de performance do projeto; c) a integração com demais projetos; d) a proposição de um plano de trabalho e entregas; e) a legislação e as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 9050, NBR 15575, NBR 5410, NBR 9077, entre outras);

10.4.4.3. Não haverá um gabarito ou espelho indicando o texto mais adequado para cada quesito. A avaliação deste ponto tem por objetivo apurar a compreensão da Licitante acerca do escopo do serviço bem como verificar sua capacidade de identificar e estruturar as ações necessárias para condução de cada atividade.

10.4.4.4. Será apurado se o documento mencionado no item 10.4.4 abordou todos os elementos especificados no detalhamento do Quadro Resumo CM.

10.4.4.5. Para fins de pontuação, cada atividade acima (1 e 2) será lida como um atributo que será avaliado separadamente quanto a clareza e objetividade do texto e qualidade de apresentação, conforme detalhamento do Quadro de CM e conceitos especificados na Tabela 1, ou seja, para cada atividade será atribuída a pontuação de 0 (zero), 10 (dez), 15 (quinze) ou 26 (vinte e seis):





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

Tabela 1 – Conceitos de Avaliação e Pontuação

Conceito	Aplicação	Pontuação
Não abordado ou erroneamente abordado	Será atribuído quando o texto não indicar ou quando as informações não corresponderem aos elementos solicitados, ou ainda quando estiver em desacordo com o objeto.	0
Regular	Será atribuído quando houver objetividade e clareza parcial, mas o texto abordar de forma incompleta ou superficial os elementos e indicadores solicitados.	10
Bom	Será atribuído quando o texto contiver informações adequadas, completas e coerentes, com clareza e alinhamento.	15
Excelente	Será atribuído quando o texto contiver informações adequadas, completas e coerentes sobre todos os elementos e indicadores de performance , com clareza, alinhamento e aplicabilidade.	26

A nota final deste critério será obtida pela **média das notas alcançadas nas duas atividades** descritas no Quadro-Resumo, resultando em pontuação máxima de **26 (vinte e seis) pontos**.

10.4.5. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

10.4.5.1. Não obtiverem pontuação em ao menos um dos profissionais da Experiência Profissional da Equipe Técnica da Licitante (EP) ou não pontuar em ao menos um dos itens da Capacitação Técnica da Licitante.

10.4.5.2. Obtiverem Nota Técnica Final menor do que 70.

10.5. PROPOSTA DE PREÇOS

10.5.1. Critérios de Aceitabilidade das PROPOSTAS DE PREÇOS

10.5.1.1. O prazo de validade das propostas é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

10.5.1.2. É OBRIGATÓRIA a apresentação da planilha da proposta de preços (em formato aberto) devidamente preenchida pela licitante, preservando toda a estrutura original do Orçamento Referencial.

10.5.1.3. Fica expressamente estabelecido que nos preços unitários estejam inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação,





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

10.5.1.4. Serão consideradas inexecutáveis as propostas que apresentarem valores de mão-de-obra abaixo dos pisos salariais estabelecidos em lei, definidos pelos Conselhos de Classes bem como aqueles estabelecidos em Convenções Coletivas das respectivas categorias profissionais com vigência no local da prestação dos serviços. Observar também que a tabela de Mão de Obra - FGV, constante na Planilha do Orçamento Referencial é um indicador para balizamento no que tange ao valor máximo para cada posto de trabalho. Contanto que haja nas convenções coletivas algum(s) valor(es) salarial(is) que estabeleça(m) um piso superior ao da Tabela de Mão-de-obra da FGV, exclusivamente neste(s) caso(s), poderá(ão) haver a(s) correção(ões) do salário(s) acima da referência da tabela de salários da FGV.

10.5.1.5. Quanto aos salários dos profissionais, as seguintes considerações devem ser consideradas pelos LICITANTES:

- Observar os valores salariais abrangidos pelas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada –Infraestrutura, com vigência no compreendida para o período das propostas de preços.
- NÃO serão aceitas a indicação de outras CCTs que não se enquadrem nas indicadas anteriormente ou ainda de outros municípios ou estados.
- O salário base dos postos de trabalho não poderá ser menor que o piso salarial da categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT;
- O salário base do posto de trabalho (salário + encargos) não poderá ser superior àquele indicado no Orçamento Referencial;
- No caso em que não houver convenção coletiva, para fins de isonomia das propostas, DEVERÁ ser respeitado os salários constantes na planilha do orçamento referencial;
- As propostas que não atenderem aos critérios supracitados estarão sujeitas à desclassificação.
- Para fins de isonomia, os LICITANTES, independentemente do(s) sindicato(s) a(s) qual(is) esteja(m) vinculada(s), para fins de isonomia das propostas, deverão seguir as convenções citadas neste Termo de Referência.

10.5.1.6. Cabe ressaltar que para os engenheiros deverá ser observada a jornada de 44 horas semanais (não será permitida a alocação de engenheiros com jornada semanal menor que 44 horas), em conformidade com o preconizado na Tabela de Consultoria do DNIT. O não-atendimento ao piso mínimo, resultará na desclassificação da Proposta da Proponente.

10.5.1.7. Considerando a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com níveis diversos de experiência, a CONTRATADA, para a definição das faixas salariais de todos os profissionais abrangidos por este Termo de Referência, deverá obedecer aos percentuais de diferenças entre os níveis de experiência contemplados nos postos para a categoria dos engenheiros. O orçamento de referência





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

adotou as premissas de níveis funcionais, de acordo com o tempo de experiência da mão de obra técnica especializada, estabelecidos na Nova Tabela de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020 da seguinte forma:

- Engenheiro Civil Coordenador: Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT ($= 1,5483 \times$ salário do engenheiro - júnior);
- Engenheiro Civil Sênior: Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT ($= 1,3438 \times$ salário do engenheiro - júnior);
- Engenheiro Civil Pleno: Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT ($= 1,0602 \times$ salário do engenheiro - júnior);
- Engenheiro Civil Júnior conforme entendimento exposto neste Capítulo;

10.5.1.8. A valoração dos salários para profissionais de nível superior DEVE observar a senioridade, sob pena de desclassificação da proposta da Proponente. Portanto, os LICITANTES devem respeitar o critério de Senioridade para os salários dos profissionais de nível superior.

10.5.1.9. Os Encargos Sociais adotados pelo DNIT no orçamento referencial são aqueles estabelecidos pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020. Cabe ainda destacar os seguintes aspectos:

- As LICITANTES deverão apresentar o detalhamento dos encargos sociais atendendo a legislação vigente, bem como os acordos e convenções coletivas que regulamentem a atividade de Consultoria, não sendo obrigatório adotar os mesmos percentuais estabelecidos pelo DNIT na composição dos Encargos Sociais;
- Caberá a contratada, assegurar aos integrantes da equipe, a garantia das obrigações previstas em lei, quanto aos encargos sociais obrigatórios (Grupo A), décimo terceiro, férias, reincidências e eventuais custo(s) com o(s) desligamentos) do(s) colaborador(es);
- Para a confecção de sua proposta de preço, no dimensionamento dos Encargos Sociais, caberá a contratada, assegurar que na ausência de qualquer colaborador, por qualquer razão, haverá a reposição do colaborador ausente, nas mesmas condições de contratação já explicitadas neste Instrumento Convocatório;
- Os encargos sociais para a mesma categoria, independentemente da senioridade não poderão variar entre si, ou seja, os encargos a serem considerados pela proponente para o profissional sênior DEVE ser o mesmo para o profissional júnior, por exemplo. Obs: este entendimento não cabe aos encargos complementares;
- Para fins de isonomia no processo de análise da(s) proposta(s), o LICITANTE deverá obedecer a estrutura e metodologia de cálculo dos Encargos Sociais disposto na Nova Tabela de Consultoria do DNIT.

10.5.1.10. Novamente trazendo à baila o princípio da Isonomia, NÃO serão aceitos na apresentação das propostas, que os LICITANTES indiquem que o vínculo dos profissionais à Contratada se dê por Pessoa





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

Jurídica. Portanto, a estrutura indicada na planilha deverá ser integralmente mantida, sob pena de desclassificação da Proposta.

10.5.1.11. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais, equipamentos e instalações a serem fornecidos pelo Licitante, de sua propriedade, em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta, cabendo à Licitante observar se o item a ser renunciado possui custos de operação relevantes ou não.

10.5.1.12. Em caso de apresentação de valor irrisório ou até igual a zero para o item de Imóvel Comercial (2,55% do C.M.C.C - SINAPI), a proponente deverá provar, por meio de documentação equivalente, que possui imóvel próprio ou já locado, em nome da empresa ou consórcio, no município de Boa Vista/RR.

10.5.1.13. Todos os insumos com desconto com valores apresentados iguais a zero ou com valores irrisórios, em relação ao preço previsto no orçamento referencial, serão objeto de verificação da exequibilidade. Nos casos de não apresentação da devida justificativa pela convocada, a proposta da referida licitante estará sujeita à desclassificação.

10.5.1.14. No que se refere ao BDI, as licitantes não poderão apresentar BDI superior àquele indicado no Orçamento Referencial. Além disso, deve ser observado o atendimento aos valores mínimos para o PIS (1,65%), COFINS (7,60%) e ISSQN (3,00%). Uma vez determinado pela licitante os valores para o BDI, NÃO será permitida a variação deste valor do Orçamento Referencial.

10.5.1.15. Reforçando o entendimento do item anterior, a licitante poderá adotar qualquer valor para o BDI, desde que respeitado o valor mínimo e máximo. Na parcela referente às Despesas Financeiras, o licitante poderá utilizar como parâmetro qualquer valor da SELIC entre a data base e a data de publicação do instrumento convocatório, desde que respeitada a forma de cálculo preconizada pelo SICRO. No entanto, uma vez estabelecido o valor do BDI pela licitante, a mesma deverá aplicar este valor na sua composição, não sendo permitida qualquer alteração posterior.

10.5.1.16. Na elaboração da sua proposta, as licitantes, primeiramente deverão respeitar os pisos salariais de cada categoria, observando a senioridade dos profissionais de nível superior, bem como aos encargos sociais mínimos obrigatórios. Respeitar a paridade dos preços dos insumos, e por fim, ao BDI.

10.5.1.17. Caso a Proposta de Preço do licitante vencedor apresente preço manifestadamente inexecutável, nos termos do § 4º do Artigo 59 da Lei 14.133/21, poderão ser efetuadas diligências na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21.

10.5.1.18. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

10.5.1.19. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.5.1.20. Eventuais erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. Nestes casos, a licitante será convocada por meio de diligência para a apresentação da proposta de preços corrigida, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

- O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5.1.21. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.1.22. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

10.6. PROPOSTA VENCEDORA

10.6.1. As propostas técnicas que atenderem em sua essência aos requisitos do edital e seus anexos, em conformidade com as premissas da lei 14.133/2021, serão objeto de avaliação pela banca que será que designada conforme determinação legal, e atribuirá notas de zero a cem, segundo os seguintes critérios objetivos abaixo.

10.6.2. Será classificada em primeiro lugar, a proposta que apresentar o maior Valor para Efeito de Classificação (VEC) obtido da seguinte forma, considerando que a proposta técnica tem peso de 70% e o preço, 30%:

$$VEC = \frac{70 \times PT + (30 \times (P_{\min}/PE) \times 100)}{100}$$

Onde:

- PT = Pontuação Técnica = (CT+ EP + CM)
- CT = Pontuação de Capacidade Técnica da Licitante (máx. 32 pontos);
- EP = Pontuação de Experiência Profissional da Equipe Técnica (máx. 42 pontos);





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- CM = Pontuação por Conhecimento e Metodologia (máx. 26 pontos).
- PE = menor preço entre as propostas válidas;
- Pi = preço da proposta da licitante em análise.

11 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

11.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.1.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.1.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.1.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

11.1.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.1.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

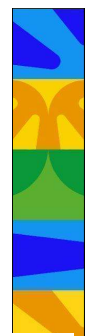
11.1.6. O licitante deverá apresentar declaração conforme §§2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

- declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.1.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente,





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.1.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.1.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei n.º 14.133/21, e demais legislações correlatas:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

11.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021);

11.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

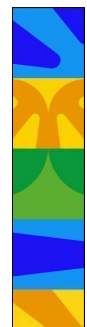
- a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) **superiores a 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º);





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- i. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- ii. Apresentação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.3.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta.

11.3.4. Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira (artigo 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.4.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.4.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4.2.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.4.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.4.2.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

11.4.2.6. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal;

11.4.2.7. Para empresas reunidas em consórcio, será exigidas as documentações em nome de cada integrante.

11.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

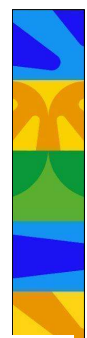
11.5.2. A capacidade técnico-operacional, prevista no art. 67º da Lei 14.133/2021, diz respeito à capacidade operativa da empresa licitante (comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação) e indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

11.5.3. A Experiência Específica da Proponente para Habilitação Técnica estará condicionada à comprovação das seguintes exigências:

11.5.3.1. Certidão de registro de pessoa jurídica no órgão competente, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com o objeto do presente Termo de referência, emitida pelo órgão competente da jurisdição da sede da licitante;

11.5.3.2. Prova de registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Profissional competente, relacionada às atividades de Gestão e de Engenharia Consultiva. No caso de formação de consórcio, sendo ao menos uma das empresas relacionadas a Engenharia Consultiva, a mesma deverá ser registrada junto ao CREA, bem como o próprio consórcio. A licitante deve possuir código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) compatível com as atividades exigidas como critério para Habilitação da Capacidade Operacional da Licitante;

11.5.3.3. A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação será feita mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços similares aos solicitados, abrangendo as seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- a) **Infraestrutura de Mobilidade Ativa:** Elaboração de projetos de engenharia para implantação ou adequação de ciclovias e/ou ciclofaixas em ambiente urbano, com extensão mínima acumulada de **40,0 km (quarenta quilômetros)**.

Justificativa: O quantitativo fixado representa aproximadamente 46% da meta total das intervenções previstas, observando o limite de 50% recomendado pela jurisprudência e pela norma municipal, visando garantir a segurança técnica sem restringir a competitividade.

- b) **Edificações e Terminais:** Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia para Terminais de Integração de Passageiros ou edificações públicas de complexidade similar, com área mínima de **750,0 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados)** para uma única edificação.

Justificativa: O parâmetro fundamenta-se na complexidade de integração de sistemas (estrutural, elétrico, hidrossanitário e fluxos de transporte) inerentes a terminais urbanos.

- c) **Infraestrutura de Transporte Coletivo:** Elaboração de projetos de engenharia para implantação de faixas exclusivas ou corredores estruturais de ônibus, com extensão mínima de **14,0 km (quatorze quilômetros)**.

11.5.3.4. A fixação dos quantitativos mínimos acima descritos pauta-se no Art. 67, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 66 do Decreto Municipal nº 083/E/2025. A Administração optou por índices inferiores a 50% da totalidade do objeto para as parcelas de maior relevância, garantindo que empresas com experiência comprovada em projetos de infraestrutura urbana de médio e grande porte possam participar. A diversidade dos itens (terminais, ciclovias e faixas exclusivas) reflete a natureza integrada do Plano de Mobilidade Urbana de Boa Vista, exigindo da futura contratada a capacidade técnica de compatibilização entre diferentes modais e sistemas urbanísticos, o que justifica a exigência dos atestados de forma segmentada por especialidade.

11.5.3.5. Não serão aceitos CAT's sem atestado (s) emitido(s) por empresa (s) do mesmo grupo empresarial do licitante.

11.5.3.6. Nos atestados deverão constar, explicitamente, todos os dados necessários a comprovação das características dos serviços executados, além das datas de início e término dos serviços.

11.5.4. A empresa deverá apresentar a comprovação de que possua Engenheiro ou Arquiteto registrado no conselho de classe competente que tenha experiência em projetos com certificação ambiental de sustentabilidade e desempenho. Comprovado pela Certidão de Acervo (CAT);

11.5.5. A empresa deverá apresentar um atestado ou conjunto de atestados, ou Certidão de Acervos Técnicos - CAT comprobatória de capacidade técnica, comprovando que a empresa ou profissional responsável técnico já tenha desenvolvido projetos na área de mesma especialidade do objeto deste Termo.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

11.5.6. EQUIPE TÉCNICA: RELAÇÃO NOMINAL DA EQUIPE TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR, QUE SERÁ ALOCADA AOS SERVIÇOS, ONDE DEVERÁ SER APRESENTADO:

11.5.6.1. Nome dos técnicos que serão alocados;

11.5.6.2. Função em cada serviço;

11.5.6.3. Tempo de experiência.

11.5.6.4. “Curriculum Vitae” dos técnicos de nível superior, integrantes da equipe que ficará vinculada aos serviços, objeto desta licitação, através do qual será avaliado o nível de experiência da equipe para executar os serviços previstos no Plano de Trabalho.

11.5.7. A coordenação será exercida, obrigatoriamente, por um engenheiro ou arquiteto do quadro permanente da proponente.

11.5.8. COORDENAÇÃO GERAL: Profissional de nível superior sênior com formação em Engenharia Civil ou Arquiteto, com 10 anos ou mais na função de Coordenador, Responsável Técnico ou Membro da Equipe Técnica, com experiência específica em Elaboração de Projetos e orçamento de obras de edificações e infraestrutura.

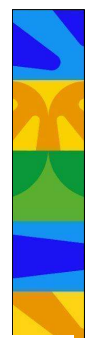
11.5.9. ENGENHEIRO SÊNIOR: Profissional de nível superior sênior com formação em Engenharia Civil, com 10 anos ou mais na função de Responsável Técnico ou Membro da Equipe Técnica, com experiência específica em Elaboração de Projetos de Engenharia e/ou infraestrutura para Edificações, e orçamentos de obras.

11.5.10. ARQUITETO SÊNIOR: Profissional de nível superior sênior com formação em Arquitetura, com 10 anos ou mais na função de Responsável Técnico ou Membro da Equipe Técnica, com experiência específica em Elaboração de Projetos e orçamentos, atendendo aos seguintes requisitos:

11.5.10.1. Experiências comprovadas em elaboração projetos e/ou coordenação de projetos em BIM, por meio de CAT's com atestados.

11.5.11. A exigência de profissionais sênior com mais de 10 anos de experiência na prestação de serviços de serviços técnicos de engenharia para elaboração de projetos, são sustentadas pelos seguintes motivos:

- ✓ Expertise Técnica Avançada: Profissionais com mais de 10 anos de experiência têm uma expertise técnica avançada e um conhecimento profundo adquirido ao longo de suas carreiras. Essa experiência permite a compreensão de nuances específicas, desafios complexos e soluções inovadoras, contribuindo para a eficácia gestão de serviços de engenharia.
- ✓ Tomada de Decisões Embasada: A experiência de profissionais sênior é crucial para a tomada de decisões embasadas e estratégicas, uma vez que estes já enfrentaram inúmeras situações





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

ao longo de suas carreiras, o que lhes confere a capacidade de antecipar problemas potenciais, mitigar riscos e tomar decisões fundamentadas para garantir o sucesso dos projetos.

✓ Habilidade na Resolução de Problemas Complexos: Projetos de obras e serviços técnicos de engenharia frequentemente apresentam desafios complexos que exigem soluções rápidas e eficientes. Profissionais com larga experiência desenvolveram habilidades na resolução de problemas, o que é essencial para lidar com imprevistos e garantir o progresso adequado do projeto.

✓ Relacionamento com Stakeholders: A experiência prolongada não apenas aprimora as habilidades técnicas, mas também fortalece as habilidades interpessoais. Profissionais sênior geralmente têm uma rede estabelecida de contatos e relacionamentos com stakeholders, o que facilita a comunicação eficaz e a negociação de acordos favoráveis para o sucesso do projeto.

✓ Orientação a Resultados Sustentáveis: Profissionais com uma longa trajetória profissional tendem a ter uma visão mais abrangente e sustentável em relação aos resultados. Isso significa que eles não apenas buscam soluções de curto prazo, mas também consideram o impacto a longo prazo, promovendo práticas que contribuam para a durabilidade e qualidade das obras e serviços.

11.5.12. Portanto, a exigência de profissionais sênior com mais de 10 anos de experiência é fundamentada na necessidade de assegurar que serviços técnicos de engenharia seja conduzida por indivíduos que possuam não apenas conhecimento técnico avançado, mas também uma compreensão abrangente dos aspectos práticos e estratégicos envolvidos, resultando em benefícios significativos para o contratante e o sucesso do projeto.

11.5.13. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

11.5.14. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.5.15. Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica, em nome dos profissionais designados para os serviços, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

11.5.16. Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela fiscalização do contrato.

11.5.17. A comprovação de vinculação profissional da equipe técnica deverá ser através de:

a) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;



Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
- d) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial do licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:
 - i. Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
 - ii. Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
 - iii. Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício.
 - iv. Profissional contratado: contrato de prestação de serviço ou contrato de prestação de serviço futuro.

11.5.18. Cada profissional poderá compor a equipe técnica de uma única empresa ou Consórcio, sob pena de inabilitação das Licitantes.

11.5.19. Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo contratante principal, deverá ser juntada documentação comprobatória do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, descrito nos Termos de Referência, contemplando pelo menos um dos seguintes documentos:

- a) declaração formal do contratante principal confirmando que o profissional tenha participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- b) autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do profissional subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
- c) declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi o responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos.

11.5.20. Caso a CONTRATADA necessite substituir algum dos profissionais designados na Habilitação técnica, deverá apresentar a respectiva motivação, devidamente justificada para a aprovação pela Fiscalização, atendendo todas as exigências técnicas do novo profissional previstas no Termo de Referência.

11.5.21. Será admitida a emissão de atestado parcial de capacidade técnica, apenas para as ações concluídas em sua totalidade antes do término contratual, ou que sejam passíveis de ser obtido através de medição eletrônica ou via relatório de programa. Para as ações que perdurarem até o término contratual ou que não seja objetiva a aferição parcial do quantitativo executado, não haverá emissão de atestados parciais de capacidade técnica, em qualquer fase do contrato, em nenhuma hipótese.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

11.5.21.1. Tal medida se justifica pela dificuldade na medição parcial do serviço, pela natureza predominantemente intelectual, dificultando, por conseguinte, a aferição dessa capacitação; algo intrínseco, incapaz de ser medido antes do término; acarreta gasto público não previsto, para emitir esse atestado.

11.5.22. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12 DA GARANTIA DO CONTRATO

12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

12.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

12.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

12.4. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no ato da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme determinam os artigos 96, 97, 98, 99, 100, 101 e 102 da Lei n. 14.133/21.

12.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.5.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.5.2. prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.5.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

12.5.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

12.6. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, conforme o item 10.1, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

12.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

12.8. Será considerada extinta a garantia:





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

12.8.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.8.2. com a extinção do contrato.

12.9. Isenção de Responsabilidade da Garantia

12.9.1. A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a.1) caso fortuito ou força maior;

a.2) alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

a.3) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE;

a.4) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da CONTRATANTE.

12.9.2. Caberá à própria CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens a.3 e a.4 deste Termo de Referência, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CONTRATANTE;

12.9.3. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

12.9.4. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

12.9.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, conforme o item 13.4, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

12.9.6. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

12.9.7. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

12.9.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12.9.9. Será considerada extinta a garantia:

12.9.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.9.9.2. com a extinção do contrato.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

13 PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. O prazo máximo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de expedição da respectiva Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado.

13.2. A entrega ART e/ou RRT, conforme reza o art. 3º da Resolução Nº 425/98 do CONFEA, para emissão da Ordem de Serviço (OS);

13.3. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogados nos termos da Lei Federal nº 14.133/21;

13.4. Prazos para Assinatura do Contrato é de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação sem prejuízo das penalidades.

13.5. Os serviços devem ser iniciados imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

13.6. O prazo para execução e entrega do serviço será estabelecido pelo cronograma físico-financeiro que será fornecido junto com o planejamento dos serviços a partir da emissão da O.S.

14 CONSÓRCIO

14.1. A participação de consórcios de empresas neste certame é permitida e incentivada, uma vez que pode trazer diversas vantagens, tais como:

14.2. Ampliação da concorrência, permitindo a participação de empresas de diferentes portes e especialidades, o que pode resultar em propostas mais competitivas e vantajosas para a Administração Pública.

14.3. Maior capacidade técnica e financeira para a execução do objeto, uma vez que as empresas consorciadas podem somar suas experiências e recursos, atendendo de forma mais eficiente às exigências do projeto.

14.4. Possibilidade de participação de empresas menores, que individualmente não teriam condições de atender a todos os requisitos, mas que, em consórcio, podem se complementar e viabilizar a participação.

14.5. Maior especialização e diversificação dos serviços prestados, uma vez que o consórcio pode reunir empresas com diferentes expertises, atendendo de forma mais abrangente às necessidades do objeto;

14.6. Dessa forma, a participação de consórcios neste certame é vista como uma oportunidade de ampliar a concorrência e obter soluções mais completas e vantajosas para a Administração Pública.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

15 OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

15.1. São obrigações do Contratante:

- 15.1.1. Orientar quanto à melhor forma de execução dos serviços e os padrões a serem adotados.
- 15.1.2. Promover reuniões para orientar quanto à forma de desenvolvimento dos trabalhos bem como prestar informações consideradas relevantes.
- 15.1.3. Orientar e acompanhar a Contratada em reuniões com outros órgãos públicos.
- 15.1.4. Avaliar/aprovar os trabalhos apresentados e suas etapas nos prazos estabelecidos.
- 15.1.5. Tomar providências para realização dos pagamentos devidos.
- 15.1.6. Emitir, após a assinatura do contrato, antes da execução dos serviços, a respectiva Ordem de Serviço para os produtos solicitados.
- 15.1.7. Atestar o recebimento do objeto contratado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste Termo de Referência.
- 15.1.8. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 15.1.9. Efetuar os pagamentos à Contratada conforme previsto neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- 15.1.10. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada.
- 15.1.11. Acompanhar a execução dos serviços por um representante da Contratante, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- 15.1.12. Homologar os serviços prestados, atestando as respectivas faturas.
- 15.1.13. Emitir Atestado de Capacidade Técnica a Contratada após as fazes executadas e aceitas pela fiscalização da contratante e em disposições neste Termo de Referência;
- 15.1.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 15.1.15. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 15.1.16. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 15.1.17. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 15.1.18. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.1.19. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo,





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

15.1.20. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

15.1.21. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.22. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.23. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.24. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

15.1.25. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Após a Assinatura do Contrato a empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, Relatório contendo a relação da Equipe Técnica que participará da elaboração dos produtos comprovando todas as qualificações dos profissionais exigidas;

16.2. Trabalhar sob a orientação da equipe Coordenadora da Contratante, e executar os trabalhos em conformidade com as normas técnicas e legislações vigentes, de acordo com as especificações presentes no Termo de Referência e dentro do melhor padrão técnico.

16.3. Suportar todos os custos para a elaboração dos produtos, inclusive as taxas de aprovação dos projetos pelas concessionárias locais, estando suas despesas inclusas no valor do serviço.

16.4. Cumprir as atribuições assumidas, assim como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o produto que estiver com vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, conforme verificação da Contratante.

16.5. Substituir imediatamente, a pedido da Contratante, profissional de sua equipe que tenha durante desenvolvimento dos trabalhos, demonstrado incapacidade técnica ou atuado de forma inconveniente ou desrespeitosa com a equipe Coordenadora da Contratante.

16.6. Comparecer às reuniões promovidas pela Contratante, sempre que solicitado pela Coordenação da Contratante.

16.7. Apresentar para a Contratante, sempre que solicitado, e conforme especificado, material representativo dos trabalhos em desenvolvimento.

16.8. Entregar os projetos no prazo e nos termos contratados, e em consonância com os anteprojetos, relatórios e todo material disponível já existente sobre este objeto.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KAYNARA CARVALHO DE OLIVEIRA EM 19/02/2026 10:40:24

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB

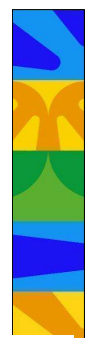




Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 16.9. Registrar o Contrato no CREA e/ou CAU e apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica", e matricular os serviços no INSS.
- 16.10. Fornecer, como condição prévia para execução dos serviços, cópia autenticada do documento de habilitação do profissional responsável técnico, bem como de sua ART e/ou RRT, e do documento comprobatório da inscrição no CREA e/ou CAU da sede da empresa.
- 16.11. Manutenção, durante a vigência do Contrato de todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle das arrecadações de tributos federais: SRF Dívida Ativa, FGTS, CND/INSS, e outras legalmente exigíveis, junto a esta Secretaria como caução mantenedora.
- 16.12. Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.
- 16.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa.
- 16.14. Indicar representante, aprovado pela Contratante, para representá-lo na execução do Contrato, comparecer às reuniões convocadas por essa Secretaria, de modo que nenhuma providência possa ser retardada ou suspensão, cabendo-lhe ainda o ônus ocasionado pelo não atendimento à convocação.
- 16.15. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- 16.16. Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços.
- 16.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta prestação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Boa Vista.
- 16.18. Responder pelas obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão ou não do objeto do contrato.
- 16.19. Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno.
- 16.20. Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviços prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa.
- 16.21. Assegurar livre acesso e trânsito nos escritórios de trabalho, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do CONTRATANTE, e que por este forem previamente credenciados.
- 16.22. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, as suas expensas, serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular dos trabalhos.
- 16.23. Comunicar a Fiscalização, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

- 16.24. Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, além de não empregar em qualquer trabalho menor de dezesseis anos, ressalvando o emprego de menor na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Tudo conforme dispõe a Lei Federal Nº 14.133/21.
- 16.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 16.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 16.27. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 16.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 16.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica a corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe ao FISCAL e ao GESTOR do contrato o cumprimento das seguintes obrigações:

- 17.2.1. Representar a CONTRATANTE na supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- 17.2.2. Comunicar por escrito ao setor de Contratos sobre qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA assim que tomar conhecimento, sob pena de





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

17.2.3. Rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer projeto que não esteja de acordo com o solicitado no Termo de Referência, bem como solicitar a sua substituição quando eventualmente fora das especificações, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, devendo a CONTRATADA efetuar as correções no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação do servidor.

17.3. Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as à unidade competente para posterior pagamento;

17.4. Emitir parecer com as justificativas, ao constatar a necessidade de acréscimo e/ou supressão legais do objeto contratado;

17.5. Manter sob sua guarda cópias do contrato em vigor, inclusive dos aditivos decorrentes, e do respectivo Termo de Referência;

17.6. Anexar aos autos do processo correspondente, cópias dos documentos escritos que comprovem as comunicações/solicitações de providências;

17.7. Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos, demandas e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso;

17.8. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços, ordenando à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes do serviço, objeto deste processo, executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

17.9. Acompanhar e aprovar os serviços executados, atestando o recebimento definitivo do objeto contratado;

17.10. Comunicar à Administração, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas pela CONTRATADA e passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a terceirizada;

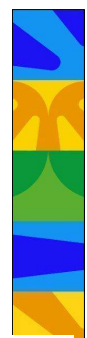
17.11. Informar à unidade de programação orçamentária e financeira, sempre que as obrigações financeiras não forem liquidadas dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência, a fim de que aquela unidade possa planejar a obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar, se for o caso.

18. CONDIÇÕES DE REAJUSTAMENTO

18.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

18.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado).

18.3. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo





Secretaria Municipal de Obras - SMO

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

18.4. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento exposto do Contratado.

18.5. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

Para cálculo do reajuste aplicar-se-á a seguinte fórmula: $R =$

$P_i \times (I_i - I_0)$ onde:

R = valor do reajustamento;

P_i = preço inicial dos serviços a serem reajustados;

i = índice geral de preços de mercado – IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no 13º mês, contados da data da apresentação da proposta.

I_0 = índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês da apresentação da proposta.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes com a contratação do objeto deste Termo de Referência ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Fonte de Recurso: Instrumento de Repasse **CI Nº 968396/2024** (1.700.0000)

Valor de repasse: **R\$ 3.045.000,00** (três milhões e quarenta e cinco mil reais).

Unidade Orçamentária: **020901**

Funcional Programática: **15 451 0039 2119**

Elemento de despesa: **4.4.90.51.00**

20. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – VOLUME ORÇAMENTÁRIO;

ANEXO II – ART;

ANEXO III – INTERVENÇÕES PROPOSTAS.

Boa Vista – RR, data constante no sistema.

(Assinatura Eletrônica)

JÉSSICA SOUZA CERQUINHO
Engenheira Civil CREA 0916927164





Secretaria Municipal de Obras - SMO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

PMBV/SMOU/PU - matrícula nº 967329-1
Superintendência de Projetos e Urbanização – SMO/PU

(Assinatura Eletrônica)

DENISON ALMEIDA DE SOUZA
Arquiteto e Urbanista CAU 93681-2
PMBV/SMOU/PU - matrícula nº 42533
Superintendência de Projetos e Urbanização – SMO/PU

Aprovo:

(Assinatura Eletrônica)

KAYNARA CARVALHO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Obras – Adjunta



DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KAYNARA CARVALHO DE OLIVEIRA EM 19/02/2026 10:40:24

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

PU@boavista.pr.gov.br

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB





Secretaria Municipal de Obras - SMO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

TR – 28/2025 - ANEXO - I

ORÇAMENTO - EQUIPE TÉCNICA												
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS,												
ITEM	Atividades	Categoria								VALOR UNITÁRIO COM BDI (R\$)	QUANTIDADE	
		CÓD DNIT / CONSULTORIA	UNIDADE	QUANT. HOMEM X MÊS	MESES	PRODUTO	SALÁRIO	ENCARGOS TOTAIS	VALOR UNITÁRIO (R\$)			
1	Gerenciamento Geral									R\$	755.222,20	
1.1	Equipe Técnica - Nível Superior									R\$	549.296,12	
1.1.1	ENGENHEIRO COORDENADOR	P8061	MÊS	1,00	4,00	4,00	R\$ 19.378,99	R\$ 16.315,83	R\$ 35.694,82	R\$ 50.518,88	R\$ 202.075,52	
1.1.2	ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR	P8067	MÊS	1,00	4,00	4,00	R\$ 16.952,51	R\$ 14.415,53	R\$ 31.368,04	R\$ 44.395,19	R\$ 177.580,76	
1.1.3	ENGENHEIRO AMBIENTAL SÊNIOR	P8059	MÊS	1,00	4,00	4,00	R\$ 16.134,52	R\$ 13.830,83	R\$ 29.965,35	R\$ 42.409,96	R\$ 169.639,84	
1.2	Equipe Técnica - Nível Médio									R\$	52.899,56	
1.2.1	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	P8151	MÊS	1,00	4,00	4,00	R\$ 4.601,83	R\$ 4.742,40	R\$ 9.344,23	R\$ 13.224,89	R\$ 52.899,56	
1.3	Equipe Administrativa									R\$	136.304,48	
1.3.1	SECRETÁRIA	P8135	MÊS	1,00	4,00	4,00	R\$ 2.903,48	R\$ 3.469,94	R\$ 6.373,42	R\$ 9.020,30	R\$ 36.081,20	
1.3.2	CHEFE DE ESCRITÓRIO	P8038	MÊS	1,00	4,00	4,00	R\$ 3.743,41	R\$ 4.041,60	R\$ 7.785,01	R\$ 11.018,12	R\$ 44.072,48	
1.3.3	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	P8026	MÊS	1,00	4,00	4,00	R\$ 1.977,58	R\$ 2.789,10	R\$ 4.766,67	R\$ 6.746,27	R\$ 26.985,08	
1.3.4	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	P8113	MÊS	1,00	4,00	4,00	R\$ 2.208,96	R\$ 2.942,89	R\$ 5.151,86	R\$ 7.291,43	R\$ 29.165,72	
1.4	Veículos									R\$	16.722,04	
1.4.1	VEÍCULO LEVE - 53 Kw	001	MÊS	1,00	4,00	4,00			R\$ 2.953,80	R\$ 4.180,51	R\$ 16.722,04	
2	Mini Terminais									R\$	649.926,28	
2.1	Concepção arquitetônica, acessibilidade, estrutura e fundações, instalações elétricas e hidráulicas, prevenção contra incêndio, circulação de ônibus, paisagismo, orçamento e cronograma									R\$	615.510,46	
2.1.1	ARQUITETO PLENO/ ARQUITETO URBANISTA	P8014	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$ 14.617,04	R\$ 12.545,84	R\$ 27.162,88	R\$ 38.443,62	R\$ 115.330,86	
2.1.2	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO DE CIVIL	P8066	MÊS	1,00	2,50	2,50	R\$ 14.698,04	R\$ 12.647,80	R\$ 27.345,84	R\$ 38.702,57	R\$ 96.756,43	
2.1.3	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO ELETRICISTA	P8066	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 14.698,04	R\$ 12.647,80	R\$ 27.345,84	R\$ 38.702,57	R\$ 77.405,14	
2.1.4	ENGENHEIRO DE PROJETO JÚNIOR/ ENGENHEIRO SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	P8065	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 12.443,57	R\$ 10.880,07	R\$ 23.323,64	R\$ 33.009,95	R\$ 66.019,90	
2.1.5	ENGENHEIRO DE PROJETO JÚNIOR/ ENGENHEIRO DE TRANSPORTE	P8065	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 12.443,57	R\$ 10.880,07	R\$ 23.323,64	R\$ 33.009,95	R\$ 66.019,90	
2.1.6	ARQUITETO JÚNIOR/ PAISAGISTA	P8013	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 12.443,57	R\$ 10.847,27	R\$ 23.290,84	R\$ 32.963,53	R\$ 65.927,06	
2.1.7	ENGENHEIRO DE PROJETO JÚNIOR/ ORÇAMENTISTA	P8065	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 12.443,57	R\$ 10.880,07	R\$ 23.323,64	R\$ 33.009,95	R\$ 66.019,90	
2.1.8	AUXILIAR / CADISTA	P8025	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$ 1.706,03	R\$ 2.644,47	R\$ 4.350,50	R\$ 6.157,26	R\$ 18.471,78	
2.1.9	TOPOGRÁFO	P8163	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$ 2.627,36	R\$ 3.297,79	R\$ 5.925,15	R\$ 8.385,86	R\$ 25.157,58	
2.1.10	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	P8028	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$ 1.706,03	R\$ 2.628,01	R\$ 4.334,04	R\$ 6.133,97	R\$ 18.401,91	
2.2	Equipe Administrativa									R\$	21.874,29	
2.2.1	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	P8113	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$ 2.208,96	R\$ 2.942,89	R\$ 5.151,86	R\$ 7.291,43	R\$ 21.874,29	
2.3	Veículos									R\$	12.541,53	
2.3.1	VEÍCULO LEVE - 53 Kw	001	MÊS	1,00	3,00	3,00			R\$ 2.953,80	R\$ 4.180,51	R\$ 12.541,53	
3	Abrigo de Ônibus									R\$	372.996,16	
3.1	Projeto arquitetônico, estrutura e materiais, iluminação, ergonomia e conforto dos usuários									R\$	338.580,34	
3.1.1	ARQUITETO PLENO/ ARQUITETO URBANISTA	P8014	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$ 14.617,04	R\$ 12.545,84	R\$ 27.162,88	R\$ 38.443,62	R\$ 115.330,86	
3.1.2	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO DE CIVIL	P8066	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 14.698,04	R\$ 12.647,80	R\$ 27.345,84	R\$ 38.702,57	R\$ 77.405,14	
3.1.3	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO ELETRICISTA	P8066	MÊS	1,00	1,50	1,50	R\$ 14.698,04	R\$ 12.647,80	R\$ 27.345,84	R\$ 38.702,57	R\$ 58.053,86	
3.1.4	ENGENHEIRO DE PROJETO JÚNIOR/ ORÇAMENTISTA	P8065	MÊS	1,00	1,50	1,50	R\$ 12.443,57	R\$ 10.880,07	R\$ 23.323,64	R\$ 33.009,95	R\$ 49.514,93	
3.1.5	AUXILIAR / CADISTA	P8025	MÊS	1,00	1,50	1,50	R\$ 1.706,03	R\$ 2.644,47	R\$ 4.350,50	R\$ 6.157,26	R\$ 9.235,89	
3.1.6	TOPOGRÁFO	P8163	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 2.627,36	R\$ 3.297,79	R\$ 5.925,15	R\$ 8.385,86	R\$ 16.771,72	
3.1.7	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	P8028	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 1.706,03	R\$ 2.628,01	R\$ 4.334,04	R\$ 6.133,97	R\$ 12.267,94	
3.2	Equipe Administrativa									R\$	21.874,29	
3.2.1	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	P8113	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$ 2.208,96	R\$ 2.942,89	R\$ 5.151,86	R\$ 7.291,43	R\$ 21.874,29	
3.3	Veículos									R\$	12.541,53	
3.3.1	VEÍCULO LEVE - 53 Kw	001	MÊS	1,00	3,00	3,00			R\$ 2.953,80	R\$ 4.180,51	R\$ 12.541,53	
4	Calçadas									R\$	373.182,05	
4.1	Acessibilidade (piso tátil, rampas), pavimentação, drenagem superficial, integração com arborização e mobiliário urbano									R\$	338.766,23	
4.1.1	ARQUITETO PLENO/ ARQUITETO URBANISTA	P8014	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$ 14.617,04	R\$ 12.545,84	R\$ 27.162,88	R\$ 38.443,62	R\$ 115.330,86	
4.1.2	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO DE CIVIL	P8066	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$ 14.698,04	R\$ 12.647,80	R\$ 27.345,84	R\$ 38.702,57	R\$ 77.405,14	
4.1.3	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO ELETRICISTA	P8066	MÊS	1,00	1,00	1,00	R\$ 14.698,04	R\$ 12.647,80	R\$ 27.345,84	R\$ 38.702,57	R\$ 38.702,57	

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



4.1.4	ARQUITETO JÚNIOR/ PAISAGISTA	P8013	MÊS	1,00	1,00	1,00	R\$	12.443,57	R\$	10.847,27	R\$	23.290,84	R\$	32.963,53	R\$	32.963,53
4.1.5	ENGENHEIRO DE PROJETO JÚNIOR/ ORÇAMENTISTA	P8065	MÊS	1,00	1,00	1,00	R\$	12.443,57	R\$	10.880,07	R\$	23.323,64	R\$	33.009,95	R\$	33.009,95
4.1.6	AUXILIAR / CADISTA	P8025	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	1.706,03	R\$	2.644,47	R\$	4.350,50	R\$	6.157,26	R\$	12.314,52
4.1.7	TOPOGRÁFO	P8163	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	2.627,36	R\$	3.297,79	R\$	5.925,15	R\$	8.385,86	R\$	16.771,72
4.1.8	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	P8028	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	1.706,03	R\$	2.628,01	R\$	4.334,04	R\$	6.133,97	R\$	12.267,94
4.2	Equipe Administrativa														R\$	21.874,29
4.2.1	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	P8113	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$	2.208,96	R\$	2.942,89	R\$	5.151,86	R\$	7.291,43	R\$	21.874,29
4.3	Veículos														R\$	12.541,53
4.3.1	VEÍCULO LEVE - 53 Kw	001	MÊS	1,00	3,00	3,00					R\$	2.953,80	R\$	4.180,51	R\$	12.541,53
5	Faixa Exclusiva de Ônibus														R\$	317.229,73
5.1	Estudos de demanda, traçado da faixa, pavimentação e drenagem, semaforização, integração com pedestres e ciclovias														R\$	294.285,85
5.1.1	ARQUITETO PLENO/ ARQUITETO URBANISTA	P8014	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$	14.617,04	R\$	12.545,84	R\$	27.162,88	R\$	38.443,62	R\$	115.330,86
5.1.2	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO DE CIVIL	P8066	MÊS	1,00	1,50	1,50	R\$	14.698,04	R\$	12.647,80	R\$	27.345,84	R\$	38.702,57	R\$	58.053,86
5.1.3	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO ELETRICISTA	P8066	MÊS	1,00	1,00	1,00	R\$	14.698,04	R\$	12.647,80	R\$	27.345,84	R\$	38.702,57	R\$	38.702,57
5.1.4	ENGENHEIRO DE PROJETO JÚNIOR/ ORÇAMENTISTA	P8065	MÊS	1,00	1,00	1,00	R\$	12.443,57	R\$	10.880,07	R\$	23.323,64	R\$	33.009,95	R\$	33.009,95
5.1.5	AUXILIAR / CADISTA	P8025	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$	1.706,03	R\$	2.644,47	R\$	4.350,50	R\$	6.157,26	R\$	18.471,78
5.1.6	TOPOGRÁFO	P8163	MÊS	1,00	2,20	2,20	R\$	2.627,36	R\$	3.297,79	R\$	5.925,15	R\$	8.385,86	R\$	18.448,89
5.1.7	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	P8028	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	1.706,03	R\$	2.628,01	R\$	4.334,04	R\$	6.133,97	R\$	12.267,94
5.2	Equipe Administrativa														R\$	14.582,86
5.2.1	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	P8113	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	2.208,96	R\$	2.942,89	R\$	5.151,86	R\$	7.291,43	R\$	14.582,86
5.3	Veículos														R\$	8.361,02
5.3.1	VEÍCULO LEVE - 53 Kw	001	MÊS	1,00	2,00	2,00					R\$	2.953,80	R\$	4.180,51	R\$	8.361,02
6	Ciclovias														R\$	481.015,98
6.1	Definição de tipologia, segurança viária, projeto geométrico, pavimentação, drenagem, integração com calçadas e áreas verdes														R\$	446.600,16
6.1.1	ARQUITETO PLENO/ ARQUITETO URBANISTA	P8014	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$	14.617,04	R\$	12.545,84	R\$	27.162,88	R\$	38.443,62	R\$	115.330,86
6.1.2	ENGENHEIRO DE PROJETO PLENO/ ENGENHEIRO DE CIVIL	P8066	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	14.698,04	R\$	12.647,80	R\$	27.345,84	R\$	38.702,57	R\$	77.405,14
6.1.3	ENGENHEIRO DE PROJETO JÚNIOR/ ENGENHEIRO DE TRANSPORTE	P8065	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	12.443,57	R\$	10.880,07	R\$	23.323,64	R\$	33.009,95	R\$	66.019,90
6.1.4	ARQUITETO JÚNIOR/ PAISAGISTA	P8013	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	12.443,57	R\$	10.847,27	R\$	23.290,84	R\$	32.963,53	R\$	65.927,06
6.1.5	ENGENHEIRO DE PROJETO JÚNIOR/ ORÇAMENTISTA	P8065	MÊS	1,00	2,00	2,00	R\$	12.443,57	R\$	10.880,07	R\$	23.323,64	R\$	33.009,95	R\$	66.019,90
6.1.6	AUXILIAR / CADISTA	P8025	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$	1.706,03	R\$	2.644,47	R\$	4.350,50	R\$	6.157,26	R\$	18.471,78
6.1.7	TOPOGRÁFO	P8163	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$	2.627,36	R\$	3.297,79	R\$	5.925,15	R\$	8.385,86	R\$	25.157,58
6.1.8	AUXILIAR DE TOPOGRAFIA	P8028	MÊS	1,00	3,00	2,00	R\$	1.706,03	R\$	2.628,01	R\$	4.334,04	R\$	6.133,97	R\$	12.267,94
6.2	Equipe Administrativa														R\$	21.874,29
6.2.1	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE	P8113	MÊS	1,00	3,00	3,00	R\$	2.208,96	R\$	2.942,89	R\$	5.151,86	R\$	7.291,43	R\$	21.874,29
6.3	Veículos														R\$	12.541,53
6.3.1	VEÍCULO LEVE - 53 Kw	001	MÊS	1,00	3,00	3,00					R\$	2.953,80	R\$	4.180,51	R\$	12.541,53
8	Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos														R\$	95.427,60
8.1	Imóveis														R\$	35.685,72
8.1.1	IMÓVEL COMERCIAL	002	MÊS	1,00	4,00	4,00					R\$	6.303,56	R\$	8.921,43	R\$	35.685,72
8.2	Mobiliário														R\$	24.373,84
9.2.1	ESCRITÓRIO	003	MÊS	1,00	4,00	4,00					R\$	4.305,42	R\$	6.093,46	R\$	24.373,84
8.3	Instalações														R\$	25.542,16
9.1.1	LABORATÓRIO DE SOLOS	B8957	MÊS	1,00	2,00	2,00					R\$	3.597,39	R\$	5.091,39	R\$	10.182,78
9.1.1	TOPOGRAFIA	B8958	MÊS	1,00	2,00	2,00					R\$	5.426,19	R\$	7.679,69	R\$	15.359,38
9.4	Custos diversos														R\$	9.825,88
9.1.1	ESCRITÓRIO	004	MÊS	1,00	4,00	4,00					R\$	1.735,65	R\$	2.456,47	R\$	9.825,88
												VALOR TOTAL			R\$	3.045.000,00

Documento assinado digitalmente



JESSICA SOUZA CERQUINHO

Data: 06/11/2025 15:17:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87BE

COMPOSIÇÃO PRÓPRIA						
COMPOSIÇÃO	A1	VEÍCULO LEVE - 53 Kw		MÊS		2.953,80
SICRO	E8889	VEÍCULO LEVE - 53 Kw (sem motorista) (PRODUTIVO)	H	45	36,65	1.649,25
SICRO	E8889	VEÍCULO LEVE - 53 Kw (sem motorista) (IMPRODUTIVO)	H	195	6,69	1.304,55
COMPOSIÇÃO	A2	IMÓVEL COMERCIAL		MÊS		6.303,56
SICRO	B8951	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	125,494	50,23	6.303,56
COMPOSIÇÃO	A3	MOBILIÁRIO ESCRITÓRIO		MÊS		4.305,42
SICRO	B8953	Escritório	ocupante x mês	9	478,38	4.305,42
COMPOSIÇÃO	A4	CUSTOS DIVERSOS ESCRITÓRIOS		MÊS		1.735,65
SICRO	B8959	Escritório	ocupante x mês	9	192,85	1.735,65



TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA
Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Planilha de Cálculo Exemplificativa para o BDI na Tabela de Preços de Consultoria

Descrição das Parcelas		Valores	
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	7,07	10,00
Despesas Financeiras	1,04% sobre (PV - Lucro)	0,95	1,34
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,71
Seguros e Garantias Contratuais	0,10% do PV	0,10	0,14
Subtotal 1		8,61	12,19
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,48	12,00
Subtotal 2		8,48	12,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD
PIS	1,65% do PV	1,65	2,34
COFINS	7,60% do PV	7,60	10,76
ISSQN*	5,00% do PV	3,00	4,25
Subtotal 3		12,25	17,34
Total - BDI (%)		29,34	41,53

Observação: (*) Limite máximo adotado de 5%, valor variável em função da legislação de cada município. As empresas licitantes deverão adotar as alíquotas pertinentes.

Documento assinado digitalmente
gov.br JESSICA SOUZA CERQUINHO
Data: 06/11/2025 15:17:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA
Relatório de Consolidação de Custos de Mão de Obra
julho/2025

Código	Categoria	Unid.	Salário	Encargos Sociais		Encargos Complementares										Encargos Adicionais						Encargos Totais			Valor Total
						Alimentação		EPI		Ferramenta		Transporte		Exame Ocupacional		Cesta Básica		Assistência Médica		Seguro de Vida					
			R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$	R\$
P8001	Advogado júnior	mês	5.064,07	78,11	3.955,55	15,33	776,57	0,52	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	3,10	0,00	0,00	6,06	306,84	0,20	9,98	100,29	5.078,53	10.142,60	
P8002	Advogado pleno	mês	6.752,09	78,11	5.274,06	11,50	776,57	0,39	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	3,10	0,00	0,00	4,54	306,84	0,15	9,98	94,74	6.397,04	13.149,14	
P8003	Advogado sênior	mês	12.224,44	78,11	9.548,51	6,35	776,57	0,22	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	3,10	0,00	0,00	2,51	306,84	0,08	9,98	87,30	10.671,49	22.895,93	
P8007	Analista de desenvolvimento de sistemas júnior	mês	4.278,79	78,23	3.347,30	18,15	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	3,03	0,00	0,00	7,17	306,84	0,23	9,98	103,85	4.443,72	8.722,50	
P8008	Analista de desenvolvimento de sistemas pleno	mês	5.705,05	78,23	4.463,06	13,61	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	3,03	0,00	0,00	5,38	306,84	0,17	9,98	97,45	5.559,48	11.264,53	
P8009	Analista de desenvolvimento de sistemas sênior	mês	10.184,53	78,23	7.967,36	7,62	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	3,03	0,00	0,00	3,01	306,84	0,10	9,98	89,00	9.063,78	19.248,31	
P8013	Arquiteto júnior	mês	12.443,57	78,15	9.724,65	6,24	776,57	0,21	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	2,74	0,00	0,00	2,47	306,84	0,08	9,98	87,17	10.847,27	23.290,84	
P8014	Arquiteto pleno	mês	14.617,04	78,15	11.423,22	5,31	776,57	0,18	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	2,74	0,00	0,00	2,10	306,84	0,07	9,98	85,83	12.545,84	27.162,88	
P8015	Arquiteto sênior	mês	16.790,52	78,15	13.121,79	4,63	776,57	0,16	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	2,74	0,00	0,00	1,83	306,84	0,06	9,98	84,84	14.244,41	31.034,92	
P8019	Assistente social júnior	mês	3.324,84	78,80	2.619,97	23,36	776,57	0,80	26,49	0,00	0,00	1,49	49,41	0,13	4,32	0,00	0,00	9,23	306,84	0,30	9,98	114,10	3.793,58	7.118,43	
P8020	Assistente social pleno	mês	4.433,12	78,80	3.493,30	17,52	776,57	0,60	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	4,32	0,00	0,00	6,92	306,84	0,23	9,98	104,16	4.617,50	9.050,62	
P8021	Assistente social sênior	mês	7.555,65	78,80	5.953,86	10,28	776,57	0,35	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	4,32	0,00	0,00	4,06	306,84	0,13	9,98	93,68	7.078,06	14.633,71	
P8025	Auxiliar	mês	1.706,03	80,07	1.366,02	45,52	776,57	1,89	32,25	0,10	1,65	8,59	146,54	0,27	4,63	0,00	0,00	17,99	306,84	0,58	9,98	155,01	2.644,47	4.350,50	
P8026	Auxiliar administrativo	mês	1.977,58	78,95	1.561,30	39,27	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	6,59	130,25	0,21	4,16	0,00	0,00	15,52	306,84	0,50	9,98	141,04	2.789,10	4.766,67	
P8027	Auxiliar de laboratório	mês	1.886,70	79,02	1.490,87	41,16	776,57	1,71	32,25	0,18	3,41	7,19	135,70	0,23	4,42	0,00	0,00	16,26	306,84	0,53	9,98	146,29	2.760,03	4.646,73	
P8028	Auxiliar de topografia	mês	1.706,03	79,13	1.349,98	45,52	776,57	1,89	32,25	0,08	1,44	8,59	146,54	0,26	4,41	0,00	0,00	17,99	306,84	0,58	9,98	154,04	2.628,01	4.334,04	
P8032	Biólogo júnior	mês	3.235,90	78,44	2.538,24	24,00	776,57	0,82	26,49	0,00	0,00	1,69	54,75	0,10	3,18	0,00	0,00	9,48	306,84	0,31	9,98	114,84	3.716,04	6.951,94	
P8033	Biólogo pleno	mês	4.314,53	78,44	3.384,32	18,00	776,57	0,61	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	3,18	0,00	0,00	7,11	306,84	0,23	9,98	104,47	4.507,38	8.821,90	
P8034	Biólogo sênior	mês	7.874,56	78,44	6.176,80	9,86	776,57	0,34	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	3,18	0,00	0,00	3,90	306,84	0,13	9,98	92,70	7.299,86	15.174,42	
P8038	Chefe de escritório	mês	3.743,41	78,05	2.921,73	20,74	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	24,30	0,06	2,19	0,00	0,00	8,20	306,84	0,27	9,98	107,97	4.041,60	7.785,01	
P8040	Contador júnior	mês	4.450,31	78,12	3.476,58	17,45	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	2,48	0,00	0,00	6,89	306,84	0,22	9,98	102,74	4.572,45	9.022,76	
P8041	Contador pleno	mês	5.933,75	78,12	4.635,44	13,09	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	2,48	0,00	0,00	5,17	306,84	0,17	9,98	96,59	5.731,31	11.665,06	
P8042	Contador sênior	mês	11.336,95	78,12	8.856,43	6,85	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	2,48	0,00	0,00	2,71	306,84	0,09	9,98	87,79	9.952,30	21.289,25	
P8044	Coordenador ambiental	mês	19.218,44	78,60	15.105,70	4,04	776,57	0,13	24,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	3,79	0,00	0,00	1,60	306,84	0,05	9,98	84,43	16.227,07	35.445,51	
P8045	Economista júnior	mês	4.787,47	77,45	3.707,90	16,22	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	2,03	0,00	0,00	6,41	306,84	0,21	9,98	100,33	4.803,31	9.590,78	
P8046	Economista pleno	mês	6.383,29	77,45	4.943,86	12,17	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	2,03	0,00	0,00	4,81	306,84	0,16	9,98	94,61	6.039,28	12.422,57	
P8047	Economista sênior	mês	9.385,69	77,45	7.269,22	8,27	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	2,03	0,00	0,00	3,27	306,84	0,11	9,98	89,12	8.364,64	17.750,33	
P8054	Engenheiro agrônomo júnior	mês	12.443,57	78,05	9.712,21	6,24	776,57	0,21	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	3,15	0,00	0,00	2,47	306,84	0,08	9,98	87,08	10.835,24	23.278,81	
P8055	Engenheiro agrônomo pleno	mês	13.405,28	78,05	10.462,82	5,79	776,57	0,20	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	3,15	0,00	0,00	2,29	306,84	0,07	9,98	86,43	11.585,85	24.991,14	
P8056	Engenheiro agrônomo sênior	mês	14.367,00	78,05	11.213,44	5,41	776,57	0,18	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	3,15	0,00	0,00	2,14	306,84	0,07	9,98	85,87	12.336,47	26.703,47	
P8057	Engenheiro ambiental júnior	mês	12.443,57	78,76	9.800,56	6,24	776,57	0,21	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	3,41	0,00	0,00	2,47	306,84	0,08	9,98	87,79	10.923,84	23.367,41	
P8058	Engenheiro ambiental pleno	mês	14.289,04	78,76	11.254,05	5,43	776,57	0,19	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	3,41	0,00	0,00	2,15	306,84	0,07	9,98	86,62	12.377,34	26.666,38	
P8059	Engenheiro ambiental sênior	mês	16.134,52	78,76	12.707,55	4,81	776,57	0,16	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	3,41	0,00	0,00	1,90	306,84	0,06	9,98	85,72	13.830,83	29.965,35	
P8060	Engenheiro consultor especial	mês	23.254,78	78,41	18.234,08	3,34	776,57	0,10	24,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	3,18	0,00	0,00	1,32	306,84	0,04	9,98	83,23	19.354,84	42.609,63	
P8061	Engenheiro coordenador	mês	19.378,99	78,41	15.195,06	4,01	776,57	0,12	24,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	3,18	0,00	0,00	1,58	306,84	0,05	9,98	84,19	16.315,83	35.694,82	
P8062	Engenheiro de pesca júnior	mês	12.443,57	78,90	9.817,98	6,24	776,57	0,21	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	4,59	0,00	0,00	2,47	306,84	0,08	9,98	87,94	10.942,44	23.386,01	
P8063	Engenheiro de pesca pleno	mês	14.160,98	78,90	11.173,01	5,48	776,57	0,19	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	4,59	0,00	0,00	2,17	306,84	0,07	9,98	86,84	12.297,47	26.458,45	
P8064	Engenheiro de pesca sênior	mês	15.878,38	78,90	12.528,04	4,89	776,57	0,17	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	4,59	0,00	0,00	1,93	306,84	0,06	9,98	85,98	13.652,51	29.530,89	
P8065	Engenheiro de projetos júnior	mês	12.443,57	78,41	9.757,00	6,24	776,57	0,21	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	3,18	0,00	0,00	2,47	306,84	0,08	9,98	87,44	10.880,07	23.323,64	
P8066	Engenheiro de projetos pleno	mês	14.698,04	78,41	11.524,73	5,28	776,57	0,18	26,4																

TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA
Relatório de Consolidação de Custos de Mão de Obra
julho/2025

Código	Categoria	Unid.	Salário	Encargos Sociais		Encargos Complementares										Encargos Adicionais						Encargos Totais		Valor Total
						Alimentação		EPI		Ferramenta		Transporte		Exame Ocupacional		Cesta Básica		Assistência Médica		Seguro de Vida				
			R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	R\$
P8094	Jornalista sênior	mês	8.425,07	78,25	6.592,62	9,22	776,57	0,31	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	3,12	0,00	0,00	3,64	306,84	0,12	9,98	91,58	7.715,62	16.140,69
P8098	Laboratorista	mês	2.515,60	79,02	1.987,82	30,87	776,57	1,18	29,70	0,00	0,00	3,89	97,96	0,18	4,42	0,00	0,00	12,20	306,84	0,40	9,98	127,73	3.213,29	5.728,89
P8102	Médico veterinário	mês	12.443,57	77,82	9.683,59	6,24	776,57	0,21	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	2,32	0,00	0,00	2,47	306,84	0,08	9,98	86,84	10.805,78	23.249,35
P8106	Meteorologista júnior	mês	5.498,81	78,35	4.308,32	14,12	776,57	0,48	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	3,04	0,00	0,00	5,58	306,84	0,18	9,98	98,77	5.431,24	10.930,05
P8107	Meteorologista pleno	mês	7.331,75	78,35	5.744,43	10,59	776,57	0,36	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	3,04	0,00	0,00	4,19	306,84	0,14	9,98	93,67	6.867,34	14.199,10
P8108	Meteorologista sênior	mês	11.957,48	78,35	9.368,69	6,49	776,57	0,22	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	3,04	0,00	0,00	2,57	306,84	0,08	9,98	87,74	10.491,60	22.449,08
P8112	Motorista de caminhão	mês	2.541,29	79,03	2.008,38	28,99	736,74	1,27	32,25	0,00	0,00	3,79	96,42	0,13	3,38	0,00	0,00	12,07	306,84	0,39	9,98	125,68	3.193,99	5.735,28
P8113	Motorista de veículo leve	mês	2.208,96	78,63	1.736,91	33,35	736,74	1,46	32,25	0,00	0,00	5,27	116,36	0,17	3,81	0,00	0,00	13,89	306,84	0,45	9,98	133,23	2.942,89	5.151,86
P8117	Oceanógrafo júnior	mês	4.832,53	81,59	3.942,86	16,07	776,57	0,55	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	6,80	0,00	0,00	6,35	306,84	0,21	9,98	104,90	5.069,55	9.902,08
P8118	Oceanógrafo pleno	mês	6.443,38	81,59	5.257,15	12,05	776,57	0,41	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	6,80	0,00	0,00	4,76	306,84	0,15	9,98	99,08	6.383,83	12.827,21
P8119	Oceanógrafo sênior	mês	11.766,56	81,59	9.600,33	6,60	776,57	0,23	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	6,80	0,00	0,00	2,61	306,84	0,08	9,98	91,17	10.727,02	22.493,57
P8129	Pedagogo júnior	mês	2.451,10	87,56	2.146,18	31,68	776,57	1,08	26,49	0,00	0,00	4,15	101,83	0,17	4,14	0,00	0,00	12,52	306,84	0,41	9,98	137,57	3.372,04	5.823,13
P8130	Pedagogo pleno	mês	3.268,13	87,56	2.861,58	23,76	776,57	0,81	26,49	0,00	0,00	1,62	52,81	0,13	4,14	0,00	0,00	9,39	306,84	0,31	9,98	123,57	4.038,41	7.306,54
P8131	Pedagogo sênior	mês	4.342,48	87,56	3.802,28	17,88	776,57	0,61	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	4,14	0,00	0,00	7,07	306,84	0,23	9,98	113,44	4.926,30	9.268,78
P8135	Secretária	mês	2.903,48	79,12	2.297,23	26,75	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	2,57	74,69	0,16	4,63	0,00	0,00	10,57	306,84	0,34	9,98	119,51	3.469,94	6.373,42
P8139	Sondador	mês	2.219,18	78,71	1.746,71	34,99	776,57	1,34	29,70	0,00	0,00	5,22	115,75	0,18	4,01	0,00	0,00	13,83	306,84	0,45	9,98	134,72	2.989,56	5.208,74
P8143	Técnico ambiental	mês	3.033,20	79,23	2.403,20	25,60	776,57	0,98	29,70	0,00	0,00	2,21	66,91	0,14	4,12	0,00	0,00	10,12	306,84	0,33	9,98	118,60	3.597,32	6.630,52
P8147	Técnico de obras	mês	3.323,33	78,83	2.619,78	23,37	776,57	0,89	29,70	0,00	0,00	1,49	49,50	0,10	3,34	0,00	0,00	9,23	306,84	0,30	9,98	114,21	3.795,70	7.119,03
P8151	Técnico de segurança do trabalho	mês	4.601,83	79,43	3.655,23	16,01	736,74	0,65	29,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	3,90	0,00	0,00	6,67	306,84	0,22	9,98	103,05	4.742,40	9.344,23
P8155	Técnico em geoprocessamento	mês	2.912,88	78,24	2.279,04	26,66	776,57	1,02	29,70	0,00	0,00	2,54	74,13	0,11	3,09	0,00	0,00	10,53	306,84	0,34	9,98	119,45	3.479,34	6.392,22
P8163	Topógrafo	mês	2.627,36	79,13	2.079,03	29,56	776,57	1,13	29,70	0,00	0,00	3,47	91,26	0,17	4,41	0,00	0,00	11,68	306,84	0,38	9,98	125,52	3.297,79	5.925,15
P8167	Arquivista júnior	mês	2.805,38	78,78	2.210,08	27,68	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	2,87	80,58	0,12	3,35	0,00	0,00	10,94	306,84	0,36	9,98	120,75	3.387,40	6.192,78
P8168	Arquivista pleno	mês	3.740,51	78,78	2.946,77	20,76	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	24,47	0,09	3,35	0,00	0,00	8,20	306,84	0,27	9,98	108,75	4.067,98	7.808,49
P8169	Arquivista sênior	mês	6.187,97	78,78	4.874,88	12,55	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	3,35	0,00	0,00	4,96	306,84	0,16	9,98	96,50	5.971,62	12.159,59
P8173	Administrador júnior	mês	3.594,07	78,38	2.817,03	21,61	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,93	33,26	0,09	3,09	0,00	0,00	8,54	306,84	0,28	9,98	109,81	3.946,77	7.540,84
P8174	Administrador pleno	mês	4.792,10	78,38	3.756,05	16,21	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	3,09	0,00	0,00	6,40	306,84	0,21	9,98	101,26	4.852,53	9.644,62
P8175	Administrador sênior	mês	8.655,04	78,38	6.783,82	8,97	776,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	3,09	0,00	0,00	3,55	306,84	0,12	9,98	91,05	7.880,30	16.535,34
P8180	Engenheiro agrimensor júnior	mês	12.443,57	78,92	9.820,47	6,24	776,57	0,21	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	4,83	0,00	0,00	2,47	306,84	0,08	9,98	87,96	10.945,18	23.388,75
P8181	Engenheiro agrimensor pleno	mês	13.738,43	78,92	10.842,37	5,65	776,57	0,19	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	4,83	0,00	0,00	2,23	306,84	0,07	9,98	87,11	11.967,08	25.705,50
P8182	Engenheiro agrimensor sênior	mês	15.033,28	78,92	11.864,27	5,17	776,57	0,18	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	4,83	0,00	0,00	2,04	306,84	0,07	9,98	86,40	12.988,98	28.022,26
P8183	Geógrafo júnior	mês	4.160,02	78,39	3.261,04	18,67	776,57	0,64	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	2,96	0,00	0,00	7,38	306,84	0,24	9,98	105,38	4.383,88	8.543,90
P8184	Geógrafo pleno	mês	5.546,69	78,39	4.348,05	14,00	776,57	0,48	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	2,96	0,00	0,00	5,53	306,84	0,18	9,98	98,63	5.470,90	11.017,59
P8185	Geógrafo sênior	mês	11.068,85	78,39	8.676,87	7,02	776,57	0,24	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	2,96	0,00	0,00	2,77	306,84	0,09	9,98	88,53	9.799,72	20.868,57
P8186	Antropólogo júnior	mês	3.557,77	82,83	2.946,90	21,83	776,57	0,74	26,49	0,00	0,00	1,00	35,43	0,13	4,67	0,00	0,00	8,62	306,84	0,28	9,98	115,43	4.106,88	7.664,65
P8187	Antropólogo pleno	mês	4.743,70	82,83	3.929,20	16,37	776,57	0,56	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	4,67	0,00	0,00	6,47	306,84	0,21	9,98	106,54	5.053,75	9.797,44
P8188	Antropólogo sênior	mês	7.689,09	82,83	6.368,87	10,10	776,57	0,34	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	4,67	0,00	0,00	3,99	306,84	0,13	9,98	97,46	7.493,42	15.182,50
P8189	Arqueólogo júnior	mês	2.959,70	83,26	2.464,25	26,24	776,57	0,90	26,49	0,00	0,00	2,41	71,32	0,27	7,88	0,00	0,00	10,37	306,84	0,34	9,98	123,77	3.663,32	6.623,02
P8190	Arqueólogo pleno	mês	3.946,27	83,26	3.285,66	19,68	776,57	0,67	26,49	0,00	0,00	0,31	12,12	0,20	7,88	0,00	0,00	7,78	306,84	0,25	9,98	112,15	4.425,54	8.371,81
P8191	Arqueólogo sênior	mês	5.796,23	83,26	4.825,94	13,40	776,57	0,46	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	7,88	0,00	0,00	5,29	306,84	0,17	9,98	102,72	5.953,70	11.749,93
P8192	Historiador júnior	mês	4.184,91	80,02	3.348,76	18,56	776,57	0,63	26,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	3,59	0,00								

Tabela 1 - Custos de veículos

Item	Código	Tipo	Custo Produtivo (R\$/h)	Custo Improdutivo (R\$/h)
Veículos	E8889	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	36,65	6,69
	E8890	Veículo leve - 53 kW (com motorista)	64,54	34,57
	E8891	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t - 147 kW (sem motorista)	78,98	23,64
	E8888	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (sem motorista)	54,56	16,90
	E8887	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (com motorista)	82,44	44,79

Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos

Item	Código	Tipo	Unidade	Custo unitário (R\$/un)
Imóveis	B8951	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	50,23
	B8952	Residencial (2,45% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	48,26
Mobiliário	B8953	Escritório	ocupante x mês	478,38
	B8954	Residência	ocupante x mês	43,06
Cesta das Instalações	B8955	Laboratório de asfalto	mês	5.879,50
	B8956	Laboratório de concreto	mês	4.714,48
	B8957	Laboratório de solos	mês	3.597,39
	B8958	Topografia	mês	5.426,19
	B8961	Topografia por VANT	mês	904,73
Custos Diversos	B8959	Escritório	ocupante x mês	192,85
	B8960	Residência	ocupante x mês	251,57

Documento assinado digitalmente



JESSICA SOUZA CERQUINHO
 Data: 06/11/2025 15:17:25-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
 VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



CRONOGRAMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO										
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS,										
ITEM	DESCRIÇÃO	PRODUTO	Valor (R\$)	PERÍODO					VALOR UNITÁRIO	
				30 dias	45 dias	75 dias	90 dias	105 dias		120 dias
1	Gerenciamento Geral									
1	VOLUME ÚNICO		R\$ 755.222,20	R\$ 63.589,71 8,42%	R\$ 110.489,01 14,63%	R\$ 201.795,37 26,72%	R\$ 212.746,09 28,17%	R\$ 139.640,58 18,49%	R\$ 26.961,43 3,57%	R\$ 755.222,19 100,00%
2	Mini Terminais									
1	VOLUME 1: RELATÓRIO DE ESTUDOS PRELIMINARES (20%)	Apresentação do Volume 1	R\$ 129.985,26	R\$ 103.988,20 80,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 103.988,20 3,42%
				R\$ -	R\$ 25.997,05 20,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 25.997,05 0,85%
		Aprovação do Volume 1								
				Sub-total	R\$ 103.988,20	R\$ 25.997,05	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	VOLUME 2: RELATÓRIO DE PROJETO BÁSICO (30%)	Apresentação do Volume 2	R\$ 194.977,88	R\$ -	R\$ 155.982,31 80,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 155.982,31 5,12%
				R\$ -	R\$ -	R\$ 38.995,58 20,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 38.995,58 1,28%
		Aprovação do Volume 2								
				Sub-total	R\$ -	R\$ 155.982,31	R\$ 38.995,58	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	VOLUME 3: PROJETO BÁSICO DE EXECUÇÃO (30%)	Apresentação do Volume 3	R\$ 194.977,88	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 155.982,31 80,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ 155.982,31 5,12%
				R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 38.995,58 20,00%	R\$ -	R\$ 38.995,58 1,28%
		Aprovação do Volume 3								
				Sub-total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 155.982,31	R\$ 38.995,58	R\$ -
4	VOLUME 4: ORÇAMENO BÁSICO DAS OBRAS E RELATÓRIO FINAL (20%)	Apresentação do Volume 4 e Relatório Final	R\$ 129.985,26	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 103.988,20 80,00%	R\$ -	R\$ 103.988,20 3,42%
				R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 25.997,05 20,00%	R\$ 25.997,05 0,85%
		Aprovação do Volume 4 e Relatório Final								
				Sub-total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 103.988,20	R\$ 25.997,05
								Sub-total	R\$ 649.926,28	
3	Abrigo de Ônibus									
1	VOLUME 1: RELATÓRIO DE ESTUDOS PRELIMINARES (20%)	Apresentação do Volume 1	R\$ 74.599,23	R\$ -	R\$ 59.679,39 80,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 59.679,39 1,96%
				R\$ -	R\$ -	R\$ 14.919,85 20,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 14.919,85 0,49%
		Aprovação do Volume 1								
				Sub-total	R\$ -	R\$ 59.679,39	R\$ 14.919,85	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	VOLUME 2: RELATÓRIO DE PROJETO BÁSICO (30%)	Apresentação do Volume 2	R\$ 111.898,85	R\$ -	R\$ -	R\$ 89.519,08 80,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 89.519,08 2,94%
				R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 22.379,77 20,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ 22.379,77 0,73%
		Aprovação do Volume 2								
				Sub-total	R\$ -	R\$ -	R\$ 89.519,08	R\$ 22.379,77	R\$ -	R\$ -
3	VOLUME 3: PROJETO BÁSICO DE EXECUÇÃO (30%)	Apresentação do Volume 3	R\$ 111.898,85	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 89.519,08 80,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ 89.519,08 2,94%
				R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 22.379,77 20,00%	R\$ -	R\$ 22.379,77 0,73%
		Aprovação do Volume 3								
				Sub-total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 89.519,08	R\$ 22.379,77	R\$ -

4	VOLUME 4: ORÇAMENO BASICO DAS OBRAS E RELATÓRIO FINAL (20%)		RS	74.599,24	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	80,00%	-	RS	14.919,85	RS	14.919,85		
		Aprovação do Volume 4 e Relatório Final			RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	20,00%	RS	0,49%	
					Sub-total	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	59.679,39	RS	14.919,85	RS	74.599,24	
																		Sub-total			RS	372.996,17		
4	Calçadas																							
1	VOLUME 1: RELATÓRIO DE ESTUDOS PRELIMINARES (20%)	Apresentação do Volume 1	RS	74.636,41	RS	-	RS	59.709,13	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	59.709,13		
					0,00%	-	RS	80,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	1,96%				
		Aprovação do Volume 1					RS	0,00%	-	RS	14.927,28	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	14.927,28	
					0,00%	-	RS	20,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,49%				
2	VOLUME 2: RELATÓRIO DE PROJETO BÁSICO (30%)		Sub-total		RS	-	RS	59.709,13	RS	14.927,28	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	74.636,41		
		Apresentação do Volume 2		RS	111.954,62	RS	-	RS	-	RS	89.563,69	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	89.563,69	
						0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	80,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	2,94%			
		Aprovação do Volume 2						RS	0,00%	-	RS	-	RS	22.390,92	RS	-	RS	-	RS	-	RS	22.390,92		
	0,00%	-	RS			0,00%	-	RS	20,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,74%						
3	VOLUME 3: PROJETO BÁSICO DE EXECUÇÃO (30%)		Sub-total		RS	-	RS	-	RS	89.563,69	RS	22.390,92	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	111.954,61		
		Apresentação do Volume 3		RS	111.954,62	RS	-	RS	-	RS	-	RS	89.563,69	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	89.563,69	
						0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	80,00%	-	RS	0,00%	-	RS	2,94%						
		Aprovação do Volume 3						RS	0,00%	-	RS	-	RS	-	RS	22.390,92	RS	-	RS	-	RS	22.390,92		
	0,00%	-	RS			0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	20,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,74%						
4	VOLUME 4: ORÇAMENO BÁSICO DAS OBRAS E RELATÓRIO FINAL (20%)		Sub-total		RS	-	RS	-	RS	-	RS	89.563,69	RS	22.390,92	RS	-	RS	-	RS	-	RS	111.954,61		
		Apresentação do Volume 4 e Relatório Final		RS	74.636,41	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	59.709,13	RS	-	RS	-	RS	-	RS	59.709,13	
						0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	80,00%	-	RS	1,96%						
		Aprovação do Volume 4 e Relatório Final						RS	0,00%	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	14.927,27	RS	14.927,27				
	0,00%	-	RS			0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	20,00%	RS	0,49%							
			Sub-total		RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	59.709,13	RS	14.927,27	RS	74.636,40						
																	Sub-total			RS	373.182,03			
5	Faixa Exclusiva de Ônibus																							
1	VOLUME 1: RELATÓRIO DE ESTUDOS PRELIMINARES (20%)	Apresentação do Volume 1	RS	63.445,95	RS	50.756,76	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	50.756,76		
					80,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	1,67%				
		Aprovação do Volume 1					RS	-	RS	12.689,20	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	12.689,20
					0,00%	-	RS	20,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,00%	-	RS	0,42%				
2	VOLUME 2: RELATÓRIO DE PROJETO BÁSICO (30%)		Sub-total		RS	50.756,76	RS	12.689,20	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	63.445,96		
		Apresentação do Volume 2		RS	95.168,92	RS	-	RS	76.135,14	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	76.135,14	
							80,00%	-	RS	0,00%	-	RS				2,50%								
		Aprovação do Volume 2						RS	-	RS	-	RS	19.033,78	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	19.033,78	
			20,00%			-	RS	0,00%	-	RS				0,63%										
3	VOLUME 3: PROJETO BÁSICO DE EXECUÇÃO (30%)		Sub-total		RS	-	RS	76.135,14	RS	19.033,78	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	95.168,92		
		Apresentação do Volume 3		RS	95.168,92	RS	-	RS	-	RS	76.135,14	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	76.135,14	
								80,00%	-	RS				2,50%										
		Aprovação do Volume 3						RS	-	RS	-	RS	-	RS	19.033,78	RS	-	RS	-	RS	-	RS	19.033,78	
			20,00%			-	RS	0,00%	-	RS				0,63%										
4	VOLUME 4: ORÇAMENO BÁSICO DAS OBRAS E RELATÓRIO FINAL (20%)		Sub-total		RS	-	RS	-	RS	76.135,14	RS	19.033,78	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	95.168,92		
		Apresentação do Volume 4 e Relatório Final		RS	63.445,95	RS	-	RS	-	RS	50.756,76	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	50.756,76	
								80,00%	-	RS				1,67%										
		Aprovação do Volume 4 e Relatório Final						RS	-	RS	-	RS	-	RS	12.689,19	RS	-	RS	-	RS	-	RS	12.689,19	
			20,00%			-	RS				0,42%													
			Sub-total		RS	-	RS	-	RS	50.756,76	RS	12.689,19	RS	-	RS	-	RS	-	RS	-	RS	63.445,95		

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



Sub-total										R\$	317.229,75
6	Ciclovias										
1	VOLUME 1: RELATÓRIO DE ESTUDOS PRELIMINARES (20%)	Apresentação do Volume 1	R\$ 96.203,20	R\$ -	R\$ 76.962,56	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 76.962,56	
				80,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,53%			
		Aprovação do Volume 1		R\$ -	R\$ -	R\$ 19.240,64	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 19.240,64	
				0,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,63%			
			Sub-total	R\$ -	R\$ 76.962,56	R\$ 19.240,64	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 96.203,20	
2	VOLUME 2: RELATÓRIO DE PROJETO BÁSICO (30%)	Apresentação do Volume 2	R\$ 144.304,79	R\$ -	R\$ -	R\$ 115.443,84	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 115.443,84	
				80,00%				3,79%			
		Aprovação do Volume 2		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 28.860,96	R\$ -	R\$ -	R\$ 28.860,96	
					20,00%			0,95%			
			Sub-total	R\$ -	R\$ -	R\$ 115.443,84	R\$ 28.860,96	R\$ -	R\$ -	R\$ 144.304,80	
3	VOLUME 3: PROJETO BÁSICO DE EXECUÇÃO (30%)	Apresentação do Volume 3	R\$ 144.304,78	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 115.443,83	R\$ -	R\$ -	R\$ 115.443,83	
					80,00%			3,79%			
		Aprovação do Volume 3		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 28.860,96	R\$ -	R\$ 28.860,96	
						20,00%		0,95%			
			Sub-total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 115.443,83	R\$ 28.860,96	R\$ -	R\$ 144.304,79	
4	VOLUME 4: ORÇAMENO BÁSICO DAS OBRAS E RELATÓRIO FINAL (20%)	Apresentação do Volume 4 e Relatório Final	R\$ 96.203,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 76.962,56	R\$ -	R\$ 76.962,56	
					0,00%	0,00%	80,00%		2,53%		
		Aprovação do Volume 4 e Relatório Final		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 19.240,64	R\$ 19.240,64	
						0,00%	20,00%	0,63%			
			Sub-total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 76.962,56	R\$ 19.240,64	R\$ 96.203,20	
Sub-total										R\$ 481.016,00	
8	Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos										
1	EQUIPAMENTO		R\$ 95.427,60	R\$ 19.085,52	R\$ 19.085,52	R\$ 19.085,52	R\$ 19.085,52	R\$ 9.542,75	R\$ 9.542,75	R\$ 95.427,58	
				20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	10,00%	10,00%	3,13%	
		Sub-total		R\$ 19.085,52	R\$ 19.085,52	R\$ 19.085,52	R\$ 19.085,52	R\$ 9.542,75	R\$ 9.542,75	R\$ 95.427,58	
VALOR TOTAL			R\$ 3.045.000,00	R\$ 237.420,19	R\$ 596.729,31	R\$ 749.416,53	R\$ 787.695,14	R\$ 562.149,84	R\$ 111.588,99	R\$ 3.045.000,00	
				7.80%	19.60%	24.61%	25.87%	18.46%	3.66%	100.00%	

Documento assinado digitalmente



JESSICA CERQUINHO BUSS

Data: 11/02/2026 12:55:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadeao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



Secretaria Municipal de Obras - SMO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

TR – 28/2025 - ANEXO - II

smou.pu@boavista.rr.gov.br

(DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

Página 1 de 1

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RR

ART OBRA / SERVIÇO
Nº RR20250169417

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima

INICIAL

1. Responsável Técnico

JÉSSICA SOUZA CERQUINHO

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**

RNP: **0916927164**

Registro: **0916927164RR**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Município de Boa Vista**

RUA GENERAL PENHA BRASIL

Complemento:

Cidade: **BOA VISTA**

Bairro: **SÃO FRANCISCO**

UF: **RR**

CPF/CNPJ: **05.943.030/0001-55**

Nº: **1011**

CEP: **69305130**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 0,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **CONVÊNIO COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO - SMOU**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA GENERAL PENHA BRASIL

Nº: **1011**

Complemento:

Bairro: **SÃO FRANCISCO**

Cidade: **BOA VISTA**

UF: **RR**

CEP: **69305130**

Data de Início: **01/07/2025**

Previsão de término: **31/10/2025**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **Município de Boa Vista**

CPF/CNPJ: **05.943.030/0001-55**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

35 - Elaboração de orçamento > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E MOBILIÁRIOS URBANOS > DE CONCEPÇÃO DE ELEMENTO URBANÍSTICO > #TOS_10.10.1.1 - DE EQUIPAMENTO E ACESSÓRIO URBANO

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS,

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RR, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima



Documento assinado eletronicamente
 com credenciais de login e senha

JÉSSICA SOUZA CERQUINHO

RNP: **0916927164**

Data: **30/10/2025 09:26:59**

_____, _____ de _____ de _____

Local

data

JÉSSICA SOUZA CERQUINHO - CPF: 020.186.272-79

Município de Boa Vista - CNPJ: 05.943.030/0001-55

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 103,03**

Registrada em: **30/10/2025**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://sitac.crearr.org.br/publico/>, com a chave: 4x7yY

Impresso em: 30/10/2025 às 09:27:00 por: , ip: 131.255.233.214

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

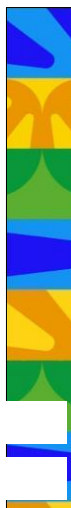
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB





Secretaria Municipal de Obras - SMO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS – SMO-SP

TR – 28/2025 - ANEXO - III



smou.pu@boavista.rr.gov.br

Página 1 de 1

(DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

Boa Vista, RR, CEP 69.305-105

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



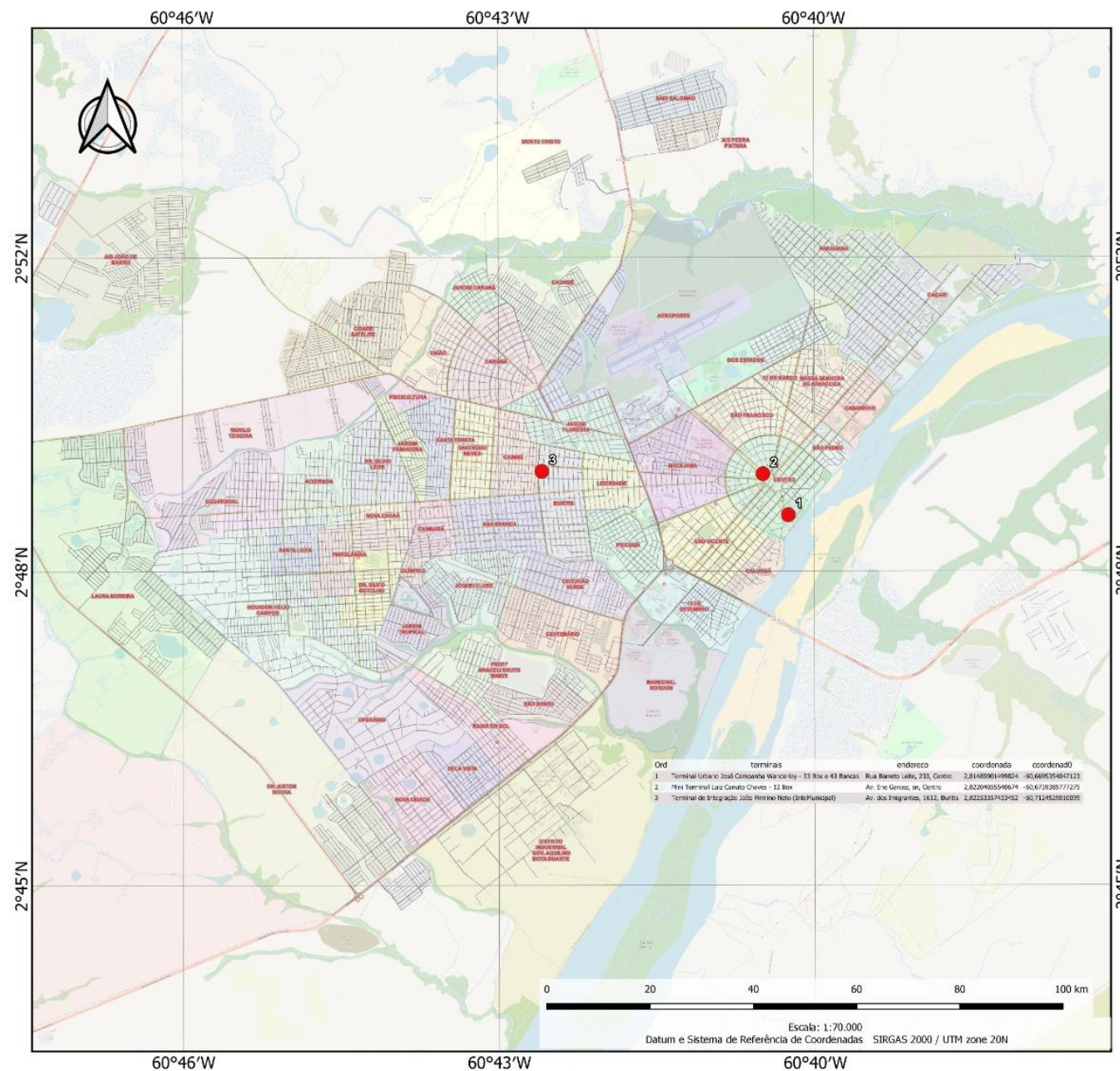
ANEXO III – INTERVENÇÕES PROPOSTAS



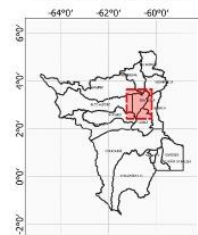
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



Mapa de Localização Estado de RORAIMA



Município de Boa Vista



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
Secretaria Municipal de Obras - SMO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

TERMINAIS DE ONIBUS URBANO
EXISTENTES: 3

Legenda

Terminais

- Terminal Existente (3)

Figura 1 - Terminais de ônibus existentes

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB

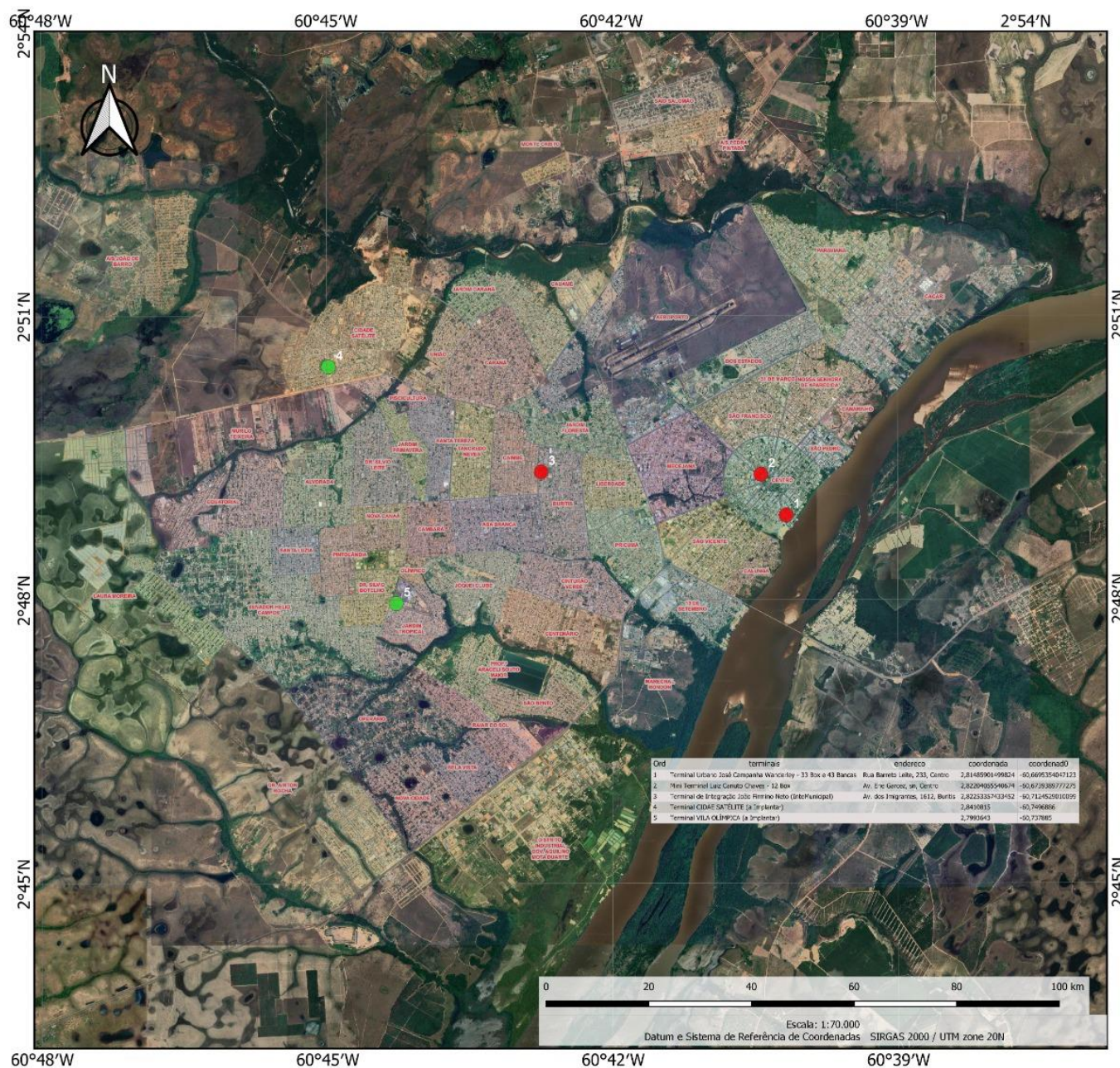


Figura 2- Terminais existentes e a implantar

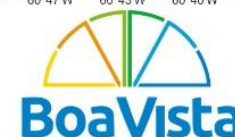
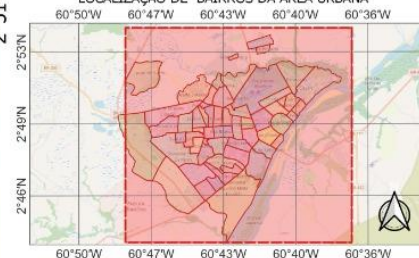
Mapa de Localização Estado de RORAIMA



Município de Boa Vista



CIDADE DE BOA VISTA LOCALIZAÇÃO DE BAIRROS DA ÁREA URBANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
Secretaria Municipal de Obras - SMO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

TERMINAIS DE ONIBUS URBANO
EXISTENTES : 3
NOVOS (a implantar): 2

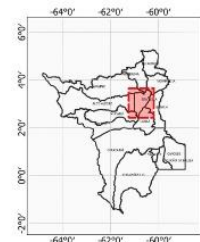
Legenda

Terminais

- Existente (3)
- Novos (a implantar) (2)



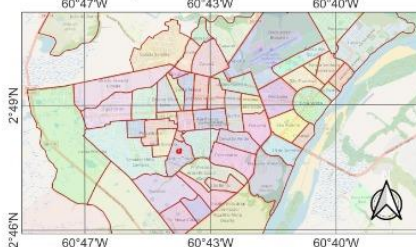
Mapa de Localização Estado de RORAIMA



Município de Boa Vista



CIDADE DE BOA VISTA LOCALIZAÇÃO DE BAIRROS DA ÁREA URBANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
Secretaria Municipal de Obras - SMO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

TERMINAL

Local: Av. Olímpica - Bairro Jardim Tropical

Pontos	Coordenadas
1	60°44'5,192\"W / 2°47'53,168\"N

Legenda

- Pontos de Coordenadas
- Terminal

Figura 3 - Localização de Terminal no Bairro Jardim Tropical

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



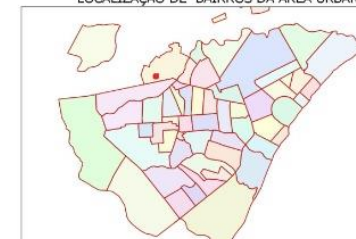
Mapa de Localização Estado de RORAIMA



Município de Boa Vista



CIDADE DE BOA VISTA LOCALIZAÇÃO DE BAIRROS DA ÁREA URBANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
Secretaria Municipal de Obras - SMO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Local:
Avenida Consolação de Matos c/ Avenida da Terra - Bairro Cidade Satélite

Pontos	Coordenadas
1	60°44'58,890\"W / 2°50'27,910\"N

Legenda

- Pontos de Coordenadas - Terminal

Figura 4 - Localização do Terminal no Bairro Cidade Satélite

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB

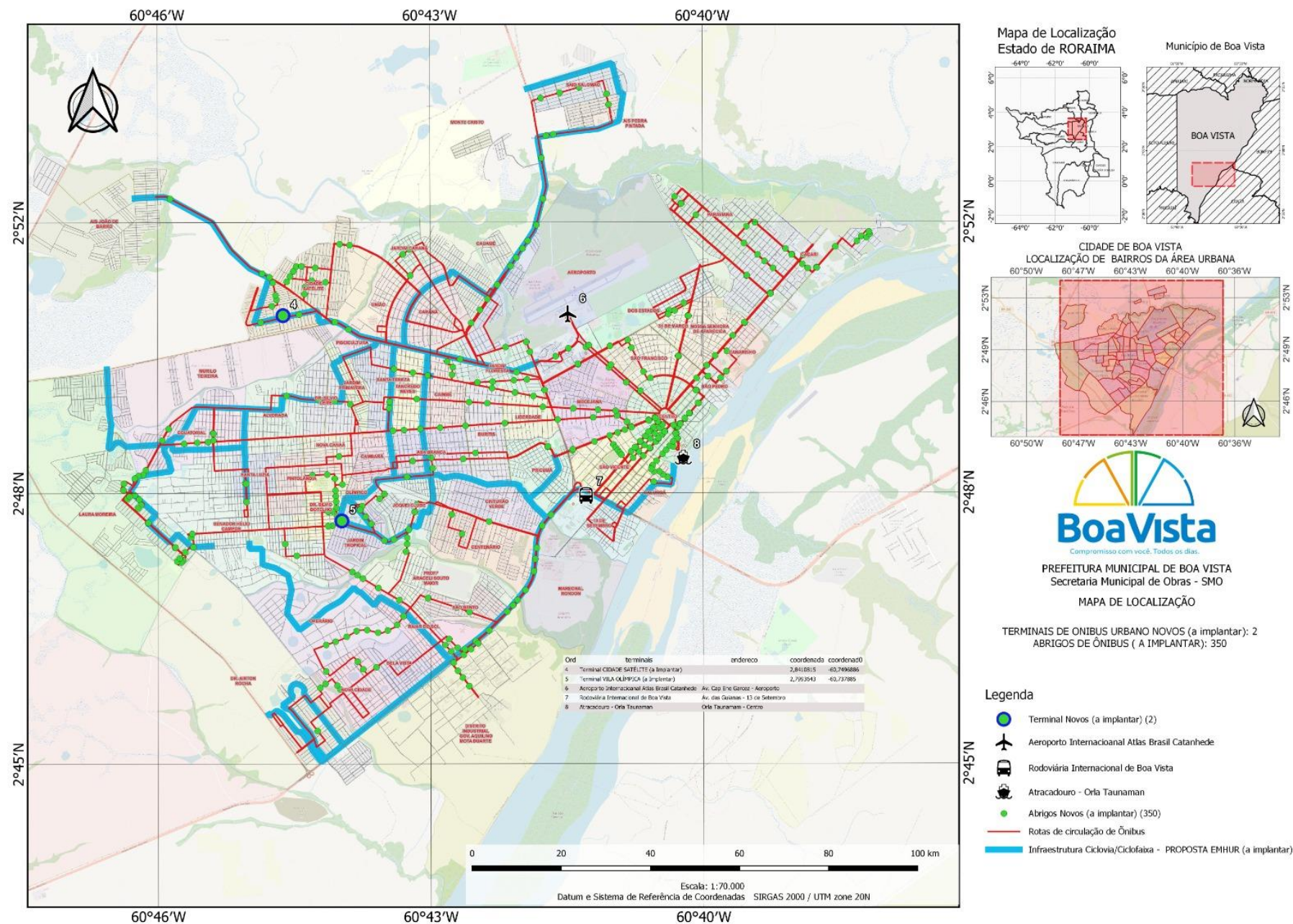
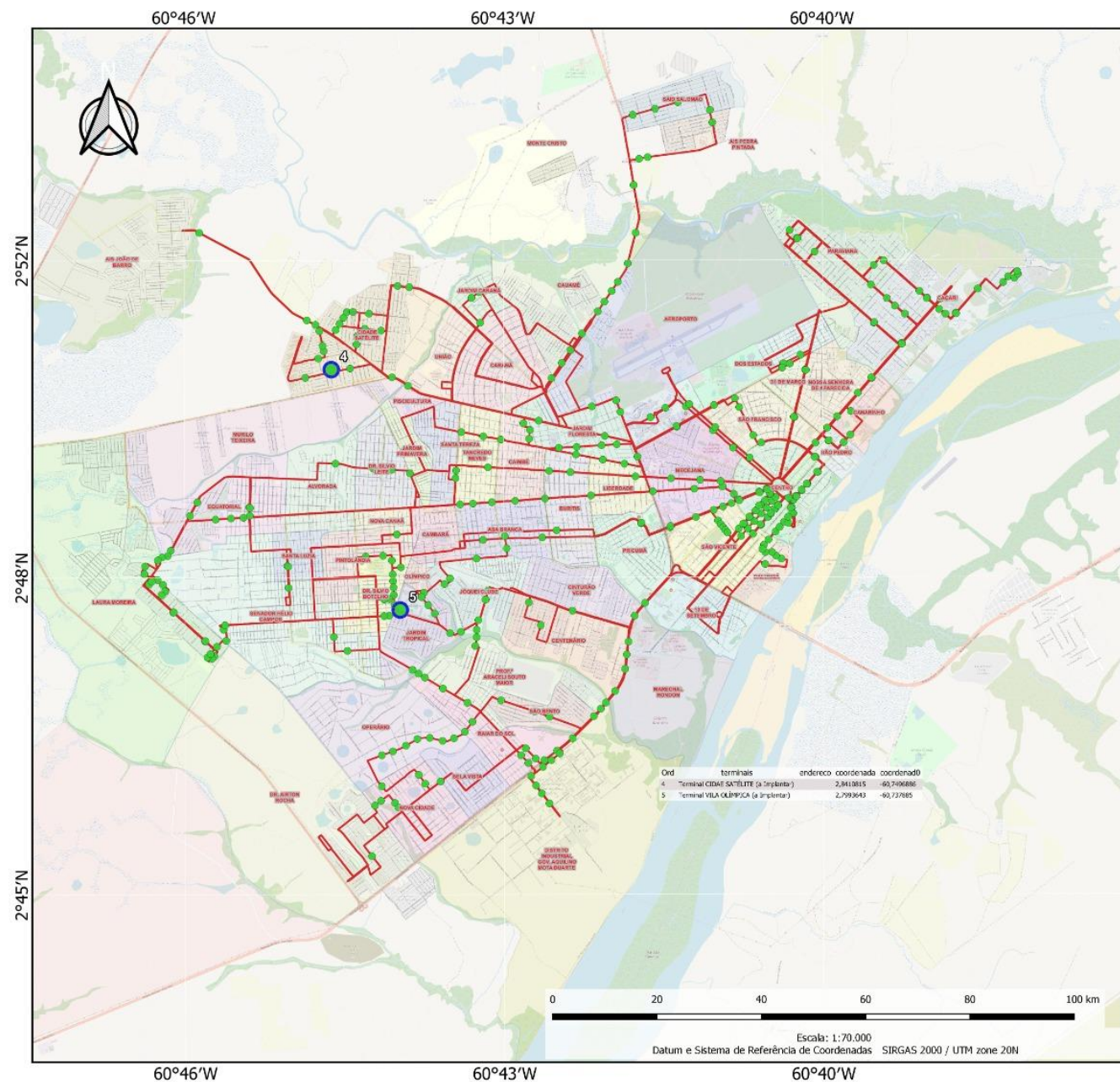


Figura 5 - Intervenções a Serem implantadas

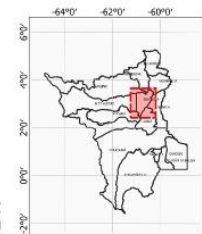
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



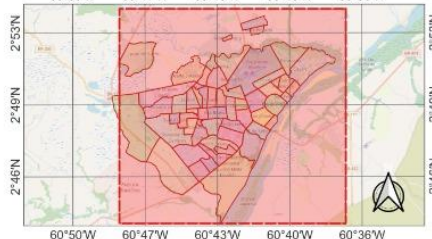
Mapa de Localização Estado de RORAIMA



Município de Boa Vista



CIDADE DE BOA VISTA LOCALIZAÇÃO DE BAIRROS DA ÁREA URBANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
Secretaria Municipal de Obras - SMO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

TERMINAIS DE ONIBUS URBANO NOVOS (a implantar): 2
ABRIGOS DE ONIBUS (A IMPLANTAR): 350

Legenda

- Terminal Novos (a implantar) (2)
- Abrigos Novos (a implantar) (350)
- Rotas de circulação de Ônibus

Figura 6 - Abrigos novos e terminais novos

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB

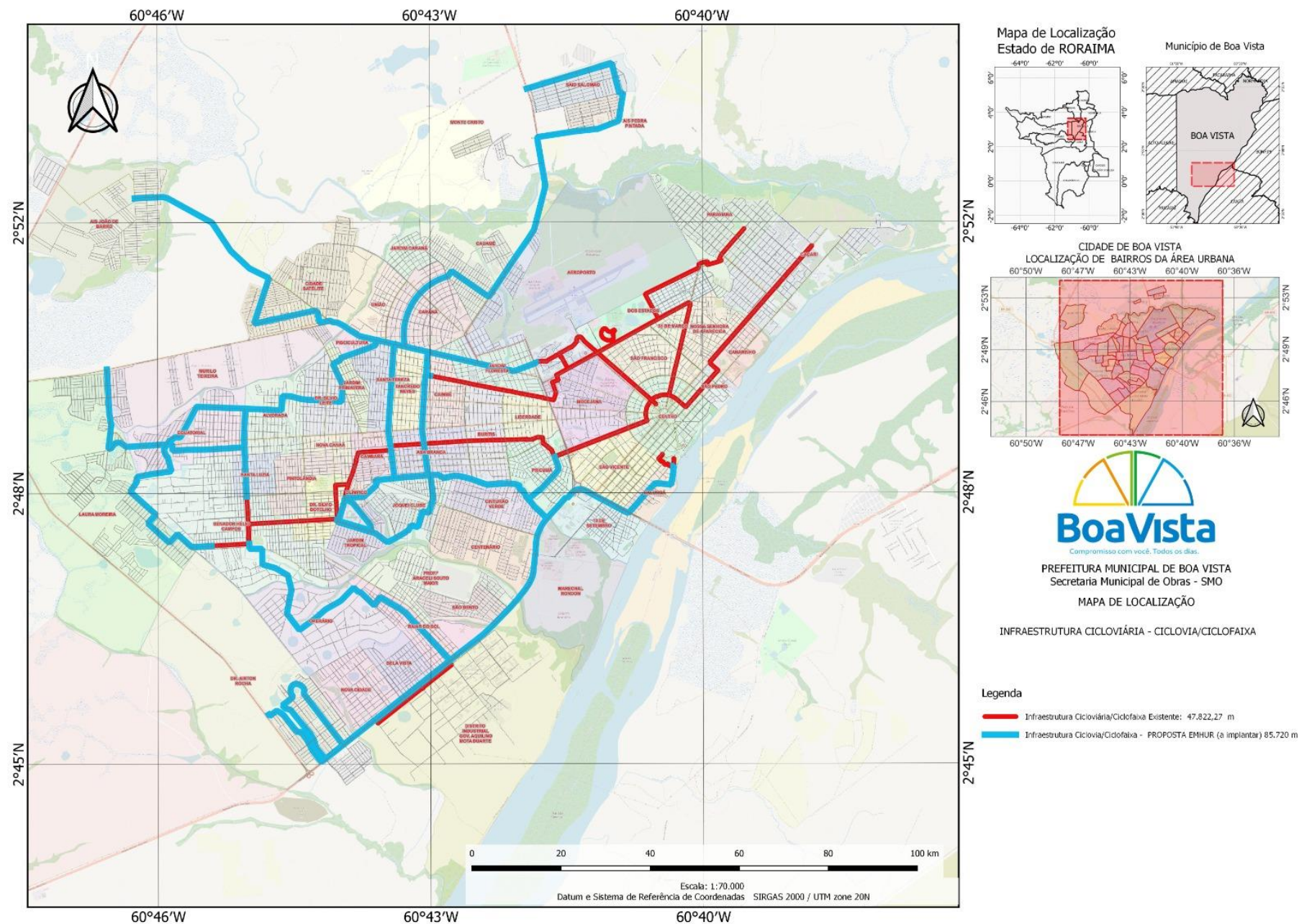


Figura 7 - Ciclovias existentes e a implantar

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB

Síntese das partes que constituem o objeto da proposta

PROJETOS PAC - MOBILIDADE			
ITEM	DESCRIÇÃO	Und	QUANT.
1	CONSTRUÇÃO DE CICLOFAIXA	KM	85,72
2	CONSTRUÇÃO CALÇADAS	KM	42
3	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS SIMPLES	UND	275
4	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS CLIMATIZADOS	UND	75
5	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE ÔNIBUS	UND	2
6	FAIXAS EXCLUSIVAS DE ÔNIBUS	KM	29,22



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301****MINUTA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N. XXX**

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO, brasileiro, portador do RG nº 147028 SSP/RR e CPF nº 508.596.922-72, com a interveniência da XXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência XXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de engenharia de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 968396/2024 – PAC/MCIDADES/PMBV/CAIXA**, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT-SER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração de Projetos – Implantação de Abrigos, Terminais, Ciclofaixas e Faixas Exclusivas e calçadas	809	UND	1	R\$ -	R\$ -

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados;
- O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogados nos termos da Lei Federal nº 14.133/21;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301****CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da totalidade dos serviços da execução do objeto, a terceiro, conforme apresentado **no item 2.17 do Termo de Referência**, anexo I deste edital.

Somente será permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitando o limite máximo de até 30% (trinta por cento) do valor total, apenas com prévia e expressa anuência da CONTRANTE, sob pena de extinção, conforme apresentado **no item 2.16 do Termo de Referência**

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

O valor total da contratação é de **R\$ valores em reais (valores por extenso)**. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item **09 do Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação **do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)**.

Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

Para cálculo do reajuste aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = P_i \times (I_i - I_0) \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento;

P_i = preço inicial dos serviços a serem reajustados;

i = índice geral de preços de mercado – IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV no 13º mês, contados da data da apresentação da proposta.

I₀ = índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês da apresentação da proposta.

Enquanto não divulgado o índice correspondente do mês de aniversário da proposta, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice correto;

O reajuste do preço deverá ser apresentado em Fatura/Nota fiscal complementar.

A data do orçamento estimado em questão é **novembro de 2025**.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria Geral do Município.

Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I, deste edital) e na minuta do contrato (Anexo II, deste edital).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**São obrigações do Contratado:**

Após a Assinatura do Contrato a empresa vencedora deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, Relatório contendo a relação da Equipe Técnica que participará da elaboração dos produtos comprovando todas as qualificações dos profissionais exigidas;

Trabalhar sob a orientação da equipe Coordenadora da Contratante, e executar os trabalhos em conformidade com as normas técnicas e legislações vigentes, de acordo com as especificações presentes no Termo de Referência e dentro do melhor padrão técnico.

Suportar todos os custos para a elaboração dos produtos, inclusive as taxas de aprovação dos projetos pelas concessionárias locais, estando suas despesas inclusas no valor do serviço.

Cumprir as atribuições assumidas, assim como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o produto que estiver com vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, conforme verificação da Contratante.

Substituir imediatamente, a pedido da Contratante, profissional de sua equipe que tenha durante desenvolvimento dos trabalhos, demonstrado incapacidade técnica ou atuado de forma inconveniente ou desrespeitosa com a equipe Coordenadora da Contratante.

Comparecer às reuniões promovidas pela Contratante, sempre que solicitado pela Coordenação da Contratante. 15.6. Apresentar para a Contratante, sempre que solicitado, e conforme especificado, material representativo dos trabalhos em desenvolvimento.

Entregar os projetos no prazo e nos termos contratados, e em consonância com os anteprojetos, relatórios e todo material disponível já existente sobre este objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

Registrar o Contrato no CREA e/ou CAU e apresentar o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica", e matricular os serviços no INSS.

Fornecer, como condição prévia para execução dos serviços, cópia autenticada do documento de habilitação do profissional responsável técnico, bem como de sua ART e/ou RRT, e do documento comprobatório da inscrição no CREA e/ou CAU da sede da empresa.

Manutenção, durante a vigência do Contrato de todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle das arrecadações de tributos federais: SRF Dívida Ativa, FGTS, CND/INSS, e outras legalmente exigíveis, junto a esta Secretaria como caução mantenedora.

Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa.

Indicar representante, aprovado pela Contratante, para representá-lo na execução do Contrato, comparecer às reuniões convocadas por essa Secretaria, de modo que nenhuma providência possa ser retardada ou suspensa, cabendo-lhe ainda o ônus ocasionado pelo não atendimento à convocação.

Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.

Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta prestação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

Responder pelas obrigações e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão ou não do objeto do contrato.

Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno.

Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviços prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa.

Assegurar livre acesso e trânsito nos escritórios de trabalho, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do CONTRATANTE, e que por este forem previamente credenciados.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, as suas expensas, serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular dos trabalhos.

Comunicar a Fiscalização, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, além de não empregar em qualquer trabalho menor de dezesseis anos, ressaltando o emprego de menor na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Tudo conforme dispõe a Lei Federal Nº 14.133/21.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), bem como o DECRETO MUNICIPAL Nº 039/E, DE 26 DE ABRIL DE 2024, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

• **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

• **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

• **Multa:**

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas
O atraso injustificado no cumprimento do objeto contratado ou de prazos estipulados.	Multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor total contratado ou, se for o caso, sobre o valor correspondente à parte executada com atraso, limitada a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto, sem prejuízo da extinção unilateral do contrato.
Comportar-se de modo inidôneo.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do contrato.
Fizer declaração falsa.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do contrato.
Apresentar documentação falsa.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do contrato.
Cometer fraude fiscal.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do contrato.
Inexecução total.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do contrato.
Inexecução parcial.	Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre a parcela do contrato não executada.
Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no Edital do Certame, onde não se comine outra penalidade.	Multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor total contratado, limitada a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto, sem prejuízo da extinção unilateral do contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301**

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Demais obrigações constantes no Termo de Referência, anexo I deste edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC****SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC****COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI****UASG: 980301****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

A extinção contratual ocorrerá imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrerem as situações previstas artigo 155, inciso I, II e III e artigo 137 da Lei 14.133/21 na forma prescrita nos artigos 137, 138 e 139, do mencionado Diploma Legal;

O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes com a contratação do objeto deste Projeto Básico ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Urbanismo 15 451 0039 2119

Órgão: Secretaria Municipal de Obras

Unidade: 0901 Função: 15 – Urbanismo

SUBFUNÇÃO: 451 – Infra Estrutura Urbana

Programa: 0039 – Fortalecimento e Ampliação da Infraestrutura Urbana

Ação: 2119 – Elaboração de Projetos de Infraestrutura de Drenagem, Pavimentação, Urbanismo, Paisagismo e Serv. De Consultoria Técnica.

Elemento de despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012 e Decreto Municipal nº 049/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da cidade de Boa Vista para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Boa Vista – RR, ____ de ____ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1- _____
2- _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SULIC
COORDENAÇÃO DE EDITAIS - COEDI
UASG: 980301



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(em papel timbrado da licitante)

AO: MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCESSO Nº 001107/2026 - SMO.
CONCORRÊNCIA nº 90003/2026.
ABERTURA DIA: 15/04/2026.
HORÁRIO: 10h:00min. Horário de Brasília – DF.

CNPJ

Prezados Senhores;

Encaminhamos a V.S.^a nossa proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS - IMPLANTAÇÃO DE ABRIGOS, TERMINAIS, CICLOFAIXAS E FAIXAS EXCLUSIVAS, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 968396/2024 – PAC/MCIDADES/PMBV/CAIXA**, a saber:

- **Valor Global:** R\$ _____ (_____).
- **Prazo de validade:** _____ (_____) dias, contados a partir da data desta licitação;
- **Prazo de execução:** _____ (_____) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Obras – SMO;
- **Responsável (eis) Técnico(s):** _____ ;
- **Responsável Legal:** _____ ;
- **Banco:** _____, **Agência:** _____, **Conta Corrente nº** _____ ;

Atenciosamente;

Boa Vista – RR, // 2026.

 (INCLUIR NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(N.º DA CARTEIRA DE IDENTIDADE COM INDICAÇÃO DO ÓRGÃO EXPEDIDOR)

REFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES

F COMPRAS - UASG: 980301 Palácio 9 de Julho, Rua General Penha Brasil, 1011, Boa Vista - RR
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ELTON DE AZEVEDO SALVADOR EM 19/02/2026 12:26:14
 DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO EM 19/02/2026 12:20:31

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 4944F87EB

